FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 102 ★ Nº 33.947 | DOMINGO, 13 DE MARÇO DE 2022 | R$ 7,00

A pandemia em 12.mar
Dados das 20h

POPULAÇÃO VACINADA

No Brasil

Ao menos uma dose (dose única ou 1ª dose)	83,8 %
1º ciclo vacinal completo (dose única ou 2ª dose)	73,4 %
Dose de reforço	32,2 %

ESTÁGIO DA DOENÇA

Óbitos

Média móvel 429 ↓ -38%*

Em 24 h 381

Total 654.993

*Variação em relação a 14 dias

Preço de fertilizante explode com retenção por empresas

Sanções à Rússia deixam produto entre volatilidade e escassez, o que ameaça pressionar alimentos

Produtores de fertilizantes no Brasil estão suspendendo as vendas do produto ou, de forma alternada, elevando seu preço a níveis considerados altíssimos pelo mercado. O temor é de que a oferta cesse por causa das sanções internacionais à Rússia após a invasão da Ucrânia.

O Brasil importa 85% do fertilizante que usa — 95% no caso do potássio, metade do qual é comprado de empresas russas ou da Belarus, aliada a Moscou. Com guerra e sanções, a lista de preços, com valores de compra e venda, tem sido suspensa, impedindo transações e preocupando quem planta.

O aumento dos preços que acompanha o mercado internacional, ou, pior, a escassez de fertilizantes, encarece o custo para o produtor e passa a pressionar ainda mais os já elevados valores dos alimentos. Federações agrícolas têm orientado seus associados a não comprar agora.

"A cada movimento da guerra, as listas de preços vão e voltam, com os valores sempre altos, mesmo com o dólar caindo; o mercado está volátil", diz Décio Teixeira, presidente da Aprosoja-RS. "Como pode um país como o Brasil ter essa dependência internacional?"

Pequenos produtores também são afetados. No cinturão verde na região metropolitana de São Paulo, Simone Silotti, presidente da CAQ (Cooperativa Agrícola de Quatinga), foi alertada de que os estoques estão baixos, a reposição é lenta, o preço subiu e há risco de falta. Mercado A17

Bolsonaro critica Petrobras e fala em zerar tributos

O presidente Jair Bolsonaro (PL) disse neste sábado (12) que a Petrobras demonstrou insensibilidade com a população ao anunciar mega-aumento de combustíveis. Governo estuda zerar o PIS/Cofins para a gasolina. Mercado A22

Internado, FHC será operado para tratar o fêmur

Internado no hospital Albert Einstein, em São Paulo, após sofrer uma queda e fraturar o fêmur, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), 90, passará por cirurgia nos próximos dias. Política A11

Receita devassou apurações contra clã Bolsonaro

Um subsecretário da Receita pediu devassa sobre investigações contra pessoas próximas de Jair Bolsonaro, além do presidente. A pesquisa foi maior que a solicitada pela defesa de Flávio Bolsonaro no caso "rachadinhas". Política A9

Alckmin toma café em padaria como vice de Lula

Ex-governador tem ido a estabelecimentos para falar com aliados e movimentos sociais e formatar seu provável papel de vice na chapa do petista. A6

Rafaela Araújo/Folhapress

CASOS DE FURTO DE COMIDA SE TORNARAM MAIS COMUNS NA PANDEMIA, AFIRMAM DEFENSORIAS

Yan, filho de Elaine Costa Silva (com as filhas Elaiza, à esq., e Evenly em Salvador), foi morto após acusação de furto de carne na rede Atakarejo Cotidiano B1

Ricardo Semler

É hora de união para evitar o pior

Chega de centrão, ou acreditar que a direita de baixo intelecto é solução. É hora de negociar com Lula um Armínio, Malan ou Arida. Hora de financiar um caminho saudável, manifestar-se contra a barbárie burra em que nos metemos por falta de visão. Opinião A3

Rússia ameaça atacar comboio que levar armas à Ucrânia

O vice-premiê de Relações Exteriores, Serguei Riabkov, disse ter alertado os EUA sobre o envio de armas à Ucrânia. "Não é apenas um ato perigoso, mas também transforma esses comboios em alvos legítimos", disse, citando sistemas de defesa aérea portáteis. Mundo A13

Mulheres são 15% das tropas de Kiev após lutarem por aceitação A13

Marilene Felinto

O trem do racismo na fuga da guerra

Quem já foi chamado de "macaco" conhece aquele trem cuja porta se fecha a negros em fuga da Ucrânia. Militares, armas na mão, mandam para o fim da fila africanos, indianos, árabes, brasileiros. "Sai desse trem", dizem à gente escura. Ilustríssima C3

Zeca Camargo resenha livro de viagem de Graciliano Ramos à URSS C10

Peça inédita de Roberto Schwarz retrata crise política da última década C4

MÔNICA BERGAMO

Mayara Magri debuta em Londres como bailarina principal do Royal Opera House C2

Esporte B7

Camisa 9 de Ronaldo

Ex-Brusque e aos 29, Edu ganha aval de ex-atleta e vira pilar para levantar Cruzeiro

EDITORIAIS A2

Guerra aos fatos
Sobre máquina de propaganda e censura de Putin.

Constituição sagrada
Acerca de projeto para regular uso do termo 'Bíblia'.

ATMOSFERA

São Paulo hoje

	Hoje	Amanhã
Rio	23 32	22 33
Brasília	17 28	17 28
Ribeirão	20 29	21 28

Fonte: www.climatempo.com.br

ISSN 1414-5723
9 771414 572018 33947

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Paulo Narcélio Simões Amaral *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Marcelo Benez *(comercial)* e Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*

Jean Galvão

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Guerra aos fatos

Não se pode confundir a máquina de falsificação e censura de Putin com o que ocorre no Ocidente

Tornou-se um lugar-comum a máxima de que, na guerra, a primeira vítima é a verdade. Não se trata de um enunciado vazio de conteúdo, o que a invasão militar da Ucrânia pela Rússia tem deixado patente.

O controle e a manipulação das informações em períodos bélicos justificam-se porque está em jogo a vida, a morte e a liberdade de uma nação, costumam argumentar os defensores desses estratagemas. De fato, a distorção propagandística e a censura à imprensa foram recursos utilizados por todos os lados em conflitos passados.

Sobre o atual confronto no Leste Europeu, por vezes se nota viés favorável à Ucrânia em veículos e comentaristas ocidentais. Isso ocorre seja porque o desgaste da Rússia interessa aos serviços de inteligência de países como EUA e Reino Unido, fontes frequentes do noticiário, seja porque há afinidades óbvias entre povos democráticos.

Nesses quadros parciais, as defesas ucranianas podem exibir mais força e eficiência do que possuem na realidade, e os russos, menos capacidade e competência militar do que de fato detêm. Através desses filtros, os efeitos colaterais nada triviais para as economias do Ocidente das sanções contra Moscou amiúde aparecem suavizados.

Seria um despropósito, no entanto, deixar de notar que estão presentes nas próprias engrenagens dos regimes abertos democráticos os antídotos para esse gênero de má comunicação. Há ampla liberdade de crítica e de imprensa; organizações públicas e privadas dedicam-se sem embaraços a fiscalizar os Poderes constituídos.

Pouco disso ocorria na autocracia de Vladimir Putin em situação de paz. Nada disso funciona agora, com a mobilização de guerra. A máquina de falsificações, de censura e de repressão à crítica e à livre expressão do Kremlin converge para o padrão da ditadura soviética.

Quem mencionar a palavra "guerra" para referir-se à agressão contra a Ucrânia ou divulgar o que o governo considerar notícia falsa está sujeito a prisão. A propaganda de Putin —de que os militares estariam apenas defendendo russos étnicos de "genocídio" perpetrado por "neonazistas" na Ucrânia— atinge sem contrastes a massa dos telespectadores na Rússia.

O soerguimento de uma cortina de fumaça para confundir o que ocorre no regime russo em termos de desinformação, de um lado, com a veiculação de informações distorcidas ou parciais na mídia ocidental, do outro, só interessa aos defensores do autoritarismo.

Como não há dúvidas sobre quem é a agressora —a Rússia— e quem é agredida —a Ucrânia— no conflito, tampouco as há sobre quem representa o silenciamento do que não é conveniente ao tirano nesse episódio: Vladimir Putin.

Constituição sagrada

Com ajuda à esquerda e à direita, avança projeto estapafúrdio para regular o uso do termo 'Bíblia'

Com um português ruim e uma lógica pior, o deputado federal Pastor Sargento Isidório (Avante-BA) apresentou no começo de 2019 um projeto de lei que, em condições normais de temperatura e pressão, estaria fadado ao solene esquecimento nas gavetas da Câmara.

O pastor deputado quer proibir o uso da palavra "Bíblia" e da expressão "Bíblia sagrada" fora do contexto tradicional cristão. O veto valeria para publicações impressas e eletrônicas, e seu descumprimento configuraria estelionato e crime contra o sentimento religioso.

Na forma e no conteúdo, não passa de iniciativa parlamentar estapafúrdia como tantas outras que encorpam o folclore do Congresso.

Ocorre que, em dezembro de 2021, um conjunto de 16 líderes e ex-líderes de partidos assinaram um requerimento para a proposta tramitar em regime de urgência, de modo que ela estaria dispensada de passar pelas comissões da Casa e saltaria direto para o plenário.

A mobilização chama a atenção pelo que tem de eclética. Ela não só reuniu agremiações da esquerda à direita como contou com siglas de três candidatos a presidente bem colocados nas pesquisas: o PT de Lula, o PL de Jair Bolsonaro e o Podemos de Sergio Moro.

Nenhum deles ignora que o eleitorado religioso parece ganhar relevância nas disputas majoritárias, e seus partidos decerto traçam estratégias para conquistar a simpatia desse segmento.

Convencer a população a votar neste ou naquele candidato faz parte do jogo. Rasgar a Constituição, entretanto, não faz.

A sugestão de proibir o uso de alguma palavra ou expressão contraria princípios caros ao Estado democrático de Direito, como a livre manifestação do pensamento e o veto a qualquer forma de censura.

O caso é ainda mais grave porque, ao justificar sua proposta, o deputado se revela preocupado com a edição de uma "Bíblia Gay" e diz: "Há indícios que tal livro pretende tirar as referências que condenam o homossexualismo".

Ou seja, ele se escora na homofobia, prática que por boas razões o Supremo Tribunal Federal equiparou ao racismo —um crime imprescritível e inafiançável.

Na última quinta (10), o requerimento para acelerar a tramitação do projeto entrou na ordem do dia da Câmara, mas sua votação acabou adiada. Quando voltar à pauta, que os deputados se lembrem de que o livro mais sagrado do Estado brasileiro é a Constituição.

Sem fazer prisioneiros

Hélio Schwartsman

Para que não haja mais guerras, devemos travá-las como animais, sem fazer prisioneiros e sendo tão cruéis quanto possível com o inimigo. Chocante? Hoje, sem dúvida, mas esse tipo de raciocínio era relativamente comum até o início do século 20. Ele está presente, por exemplo, nas reflexões que Leon Tolstói põe na boca do príncipe André, um dos protagonistas de "Guerra e Paz". É verdade que, à medida que Tolstói foi se tornando um fanático religioso, também foi abraçando um pacifismo que soa menos paradoxal a nossos ouvidos modernos. Mas talvez o príncipe André não estivesse tão errado assim.

"Humane" (humanitário), de Samuel Moyn (Yale), mostra como os esforços para disciplinar a guerra, tornando-a menos letal, acabaram modificando-a —e de um jeito que talvez não seja o melhor. Enquanto alguns ativistas, tidos por românticos irrealistas, insistiam que era preciso tornar as guerras um crime, os pragmáticos diziam que, dada a inevitabilidade dos conflitos, o melhor a fazer é definir alguns crimes de guerra e tentar bani-los. Especialmente após a Primeira Guerra, a visão do segundo grupo preponderou, e os conflitos foram se tornando, no papel, cada vez mais regulados.

O governo e os militares americanos (o livro é principalmente sobre os EUA) abraçaram a causa. Mesmo quando estavam dispostos a violar as regras, mobilizavam divisões de advogados para tentar justificar coisas como "waterboarding", prisões sem acusação etc. Houve também consideráveis avanços tecnológicos. Unidades de operações especiais e drones substituíram infantarias e bombardeios.

O resultado é que as guerras, agora menos letais, se tornaram ubíquas e mais duradouras. Os EUA hoje se dão o direito de eliminar "terroristas" em qualquer país e a qualquer tempo. Operações tipicamente policiais são executadas sob a rubrica e as leis da guerra, o que representa um retrocesso em termos de direitos humanos.

helio@uol.com.br

O chuchu e o socialista

Bruno Boghossian

Lula abriu os braços para personagens de campos políticos opostos na última semana. Num canto, o petista reconheceu o avanço de suas negociações com Geraldo Alckmin e repetiu o interesse em ter o ex-tucano como candidato a vice. De outro lado, ele enviou uma mensagem ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto e prometeu dar protagonismo ao grupo se vencer a eleição.

Esses dois aliados de Lula são mais do que tímidos adversários políticos. Guilherme Boulos (PSOL), líder do MTST, já acusou Alckmin de cometer uma barbárie ao ordenar a remoção da comunidade do Pinheirinho, no interior de São Paulo. O ex-governador, por sua vez, se referiu ao psolista como um "desocupado" num debate presidencial de 2018.

Até aqui, Lula deu poucos sinais de como deve administrar atritos na coalizão que ele pretende montar para a disputa deste ano. O petista acredita que a chave para a eleição é uma aliança com gente que pensa diferente, mas essa tarefa também apresenta alguns desafios.

O aceno ao MTST veio na esteira de uma insatisfação persistente em parte da esquerda com o enlace entre Lula e Alckmin. Ainda que descartem a possibilidade de perda de apoio de movimentos sociais desse campo, dirigentes do PT querem mantê-los mobilizados durante a disputa e evitar a imagem de um futuro governo engolido pelos interesses da centro-direita.

Há efeitos colaterais nesse movimento. Os principais oponentes de Lula enxergaram no gesto aos sem-teto uma brecha para despertar um sentimento antiesquerdista no eleitorado. O deputado Eduardo Bolsonaro aproveitou a deixa e tentou vincular o ex-presidente ao que chamou de "conflito" e desrespeito à propriedade privada.

Repetir uma onda de rejeição à esquerda é a principal arma do bolsonarismo para recuperar terreno até a próxima eleição. Lula busca um ponto de equilíbrio. Para o ex-presidente, a campanha só funcionará se preservar uma base com Boulos e chegar aos simpatizantes de Alckmin.

Filmes estalando de novos

Ruy Castro

"O Poderoso Chefão", filme de 1972 de Francis Ford Coppola, fez 50 anos. Cinquentinha! É incrível, e mais ainda porque, visto hoje —e pela primeira vez para muitos—, seu impacto, ritmo e gramática parecem não trair esse meio século. Em contraste, nós que o vimos no lançamento sabemos como era, em 1972, assistir a filmes de 50 anos antes, de 1922. Por mais fabulosos, e mesmo que de Murnau, Abel Gance ou Erich von Stroheim, só tinham direito à telinha de 16 mm dos cineclubes ou à sessão de meia-noite num cinema de arte. Eram quase uma expedição à pré-história.

Os clássicos dos anos 30, vistos hoje, também costumam acusar idade. Os 30 foram uma década instável para o cinema, de muitas adaptações técnicas —ao som, ao Technicolor de três cores, à montagem mais dinâmica. Mas, dos anos 40 para cá, os filmes dominaram uma sintaxe básica que faz com que, exceto pelos cigarros e chapéus, possamos vê-los sem estranhamento.

De 1942, por exemplo, são "Casablanca", de Michael Curtiz, "Contrastes Humanos", o maior filme de Preston Sturges, e "O Fogo Sagrado", de George Cukor. De 1952, "Cantando na Chuva", de Gene Kelly e Stanley Donen, "Assim Estava Escrito", de Vincente Minnelli, "Matar ou Morrer", de Fred Zinnemann, "Scaramouche", de George Sidney, "Desejos Proibidos", de Max Ophuls.

De 1962, "O Milagre de Ana Sullivan", de Arthur Penn, "Sob o Domínio do Mal", de John Frankenheimer, "Lolita", de Stanley Kubrick, "Lawrence da Arábia", de David Lean, "Aquele que Sabe Viver", de Dino Risi, "Boccaccio '70", de Fellini, Visconti e De Sica.

E 1972 não se limita a "O Poderoso Chefão". Muitos filmes daquele ano continuam estalando de novos até hoje: "Cabaré", de Bob Fosse, "Gritos e Sussurros", de Ingmar Bergman, "Tudo que Você Sempre Quis Saber sobre Sexo...", de Woody Allen, "Estado de Sítio", de Costa-Gavras, "Avanti!", de Billy Wilder. E ponha estalando nisso.

Moleques e fulanos

Muniz Sodré

Professor emérito da UFRJ, autor, entre outros, de "A Sociedade Incivil" e "Pensar Nagô". Escreve aos domingos

"Fulanização da política" não pertence ao léxico acadêmico, mas já pontuou comentário jornalístico. Fulano é palavra de origem árabe para indeterminar alguém, é uma "não pessoa". Aplicada às eleições, sinaliza para o fato de que a representação democrática, classicamente mediada por partidos, tende a ser substituída por um indivíduo sem qualidades cívicas além da notoriedade midiática ou do acaso populista. É o equivalente do Big Brother na política.

Ao mesmo tempo, começa-se a identificar fulanização com molecagem na esfera pública. Moleque vem do quimbundo "muleke", mas também do árabe ("molaique"), neste último caso com o sentido de pequeno escravo, alguém que obedece à voz de um dono visível ou escondido. Isso dá margem a outro ângulo, à luz do publicado nas redes sociais sobre firmas de consultoria americanas que abrigam como biombos atividades da inteligência de Estado.

É que, de parte da potência imperial, parece ter acabado a era das intervenções explícitas na periferia dependente. É a vez de usar o direito para fins ilegítimos com a retaguarda dos porões que cobrem a vida aberta e a paralela. A nova equação do "regime change" é mídia com lawfare ou ataque legal contra um atrator de indignação pública, a exemplo da corrupção, um motivo levantado apenas quando interessa. No porão, faz-se o "coaching" de um fulano como gerente do estado invertebrado da representação política. Aos ouvidos céticos, isso soa a enredo de thriller. Porão teria muitas caras, nenhuma tão transparente, embora quase nada se oculte à mídia de hoje. Algo a se ponderar.

Mas se o roteiro é verossímil, um determinado fulano não encarnaria o papel do autocrata, como aqueles alçados por acaso ao topo das catástrofes populistas. Pelo contrário, o escolhido estrearia como personagem de um fake cívico, para só depois baixar na boca de cena política qual um herói da moralidade ou da "dignidade", que foi, aliás, a hashtag da deposição do presidente eleito na Ucrânia em 2014.

O esquema da fulanização pode funcionar até certo ponto (operações policiais ruidosas, holofotes da grande mídia, impeachment etc.), mas não é imune a problemas na continuidade. A melhor das fachadas pode ser arruinada por variáveis de ocasião e de caráter pessoal. Talvez por isso, meses atrás, alguém tenha se referido a um fulano brasileiro como moleque. O fato é que a trama desanda se o fulano é pequeno demais, se a olhos avisados, é um moleque que não segura a exibição da vontade de dinheiro e poder: um adulto-que-ainda-aprende-a-falar, metendo os pés pelas mãos antes da hora. Haja porão para lidar com uma variável dessas.

TENDÊNCIAS / DEBATES

Às *armas, companheiros*

Empresários, é hora de união para evitar o pior

Ricardo Semler
Empresário, sócio da Semco Style Institute e fundador das escolas Lumiar; foi professor visitante da Harvard Law School e de liderança no MIT (EUA)

"Quer passear de MIG, comigo pilotando?" Foi o convite que recebi de um oligarca russo, Oleg Deripaska, há muitos anos, em Moscou. Fui falar sobre empresa democrática (riram muito de mim). A ideia de visitar a fazenda dele na Sibéria era demais —declinei, covardemente.

Hoje não me surpreende Vladimir Putin querer refazer a União Soviética e se tornar o novo Stálin. Nem fico surpreso ao ver o Brasil citado como aliado passivo do líder russo —combina. O que espanta é ver colegas da elite não se mobilizando para terminar com o reinado em vigor.

Há alguns anos estava óbvio que a elite seria omissa, o que levaria a um Brasil humilhado, mais pobre e de baixo QI. A ideia de que Paulo Guedes, de pouca competência e alta vaidade, seria o porto seguro dos empresários já era risível.

Agora, a obstinada procura míope pela terceira via continua criando um risco substancial à nação. Lula (PT) segue líder nas pesquisas, mas há sinais de que sua vitória pode estar em perigo. A jogada do Auxílio Brasil, obtida com ampla corrupção no Congresso, ainda não fez efeito —nem o fim da pandemia, com o aumento de empregos que virá junto.

Também as ondas da Ucrânia chegarão aqui. Em forma de inflação, mas também como inspiração de truculência ditatorial, tão atrativa ao nosso presidente Jair Bolsonaro (PL).

Parece difícil imaginar o Brasil dobrando o seu orçamento militar, mas a Alemanha acaba de triplicá-lo e será seguida por parte das maiores economias do mundo. Pergunto: é impossível imaginar Bolsonaro arrumando conflitos nas fronteiras com Argentina ou Venezuela? Ou se imaginando um autocrata eleito para ser beligerante? Está longe dos sonhos dele ser o "Putin das bananas"?

Se ele se reeleger, o Brasil vai para a categoria de "rogue country" —pária institucional, como já tem ocorrido na prática. Irá se juntar à Hungria, à Venezuela e às Filipinas como um "paiseco" que aguarda o fim da ditadura democratizada.

Empresários têm uma inteligência focada. São bons de dinheiro, mas pobres em inteligência emocional e afetiva. Haja vista Elon Musk, Bill Gates e Mark Zuckerberg, ou os fundadores de WeWork e Uber. Conheço alguns pessoalmente e posso afirmar que são gênios de business, mas completos babacas como humanos.

Talvez seja esta a explicação pela qual os empresários de peso deste país, e os novos fundadores de startups, estejam presos na balela de uma terceira via. Na prática, eles se abstêm de responsabilidades e derramam lamúrias em almoços na Faria Lima. Correm o risco de deixar o Brasil derreter numa segunda gestão bolsonarista desastrosa.

Repete-se a ladainha do perigo vermelho e outras posições ignorantes —ora, o PT nada mais é do que um socialismo brando europeu. A opção, aliar-se ao que o Brasil tem de mais corrupto e sórdido, o centrão, é miopia medonha.

Claro, o PT —em medida menor, mas também indesculpável— deixou grassar a corrupção que sempre definiu o Brasil, mas vale dar votos para que tenha havido um aprendizado. Da mesma maneira que uma Alemanha militarizada não me sugere novos nazistas, espera-se que um novo PT tenha se reformado. Os indícios não são ruins: nem Lula nem Dilma Rousseff tem ilhas secretas ou dinheiro em contas suíças —Putin, num país de economia menor, roubou algo como US$ 100 bilhões, e os nossos ACMs, Malufs, Quércias, Sarneys —todos terceiras vias apoiados pela elite econômica— foram acusados de desvios bilionários.

É hora de empresários importantes e as centenas de jovens milionários se associarem para evitar o pior. Chega de centrão, ou acreditar que a direita de baixo intelecto é uma solução para o país. É hora de negociar com Lula um Arminio Fraga, um Pedro Malan ou um Pérsio Arida. Hora de financiar um caminho saudável, manifestar-se contra a barbárie burra em que nos metemos por falta de visão.

Armemo-nos em favor do Brasil, usando as muitas inteligências que Deus nos deu. Em vez de pistolas engatilhadas por machões, vamos de tiros que vêm do tirocínio. A hora é esta.

F.N.

Fido Nesti

A *incultura internacional do bolsonarismo*

Há quem veja genialidade, mas é só incompetência

Guilherme Casarões
Cientista político e professor da FGV-Eaesp
(Fundação Getulio Vargas - Escola de Administração de Empresas de São Paulo)

Li com interesse o artigo do deputado federal Marco Feliciano (PL-SP) nesta **Folha** ("O gênio estratégico de Bolsonaro", 7/3). Trata-se, afinal, de uma rara defesa da errática política exterior do governo Jair Bolsonaro (PL). Chama a atenção o texto não ter sido escrito pelo chanceler. Ou pelo assessor internacional. Ou pelo ministro da Defesa. Mas que bom que alguém teve essa coragem.

O que, na superfície, parece uma discussão relativamente sóbria sobre política externa, não passa de um amontoado de ideias no melhor estilo bolsonarista: elogios ao chefe e críticas à imprensa embalados em palavras rebuscadas e temperados por teorias conspiratórias. Tudo para, no fim, fazer uma defesa sorrateira da invasão russa —e das reais predileções do presidente.

O mote central do artigo —de que nações se movem não por ideologias, mas por interesses— não está errado. Essa é a primeira lição de quem se envereda profissionalmente pelas relações internacionais. Não à toa diplomatas, acadêmicos e analistas se revoltam diariamente com a displicência do governo ao substituir considerações estratégicas, de longo prazo, pelos devaneios ideológicos de um populista e sua trupe.

Estamos diante do presidente que mais banalizou a política externa: antagonizou parceiros históricos por serem "comunistas" ou "globalistas", fez campanha eleitoral para os colegas de extrema direita e retirou o país de todos os debates multilaterais relevantes a nosso povo. Isso para não dizer do negacionismo sanitário que nos envergonha diante do mundo.

É curioso o porta-voz do governo que fez do Brasil um pária internacional vir falar em interesse nacional como se sempre o tivesse defendido. Dá a sensação de que, às vésperas de uma eleição em que a derrota é quase certa, quisesse —mais uma vez— reescrever a história e adaptar a narrativa que anima a militância. Outro dia Jair Bolsonaro (PL) era o messias que levaria a paz para o Leste Europeu. Hoje, o presidente é o "gênio estratégico" que transita, habilidosamente, entre Washington, Pequim e Moscou.

Afirmações como essa desafiam a inteligência das pessoas. Não precisa ser íntimo do presidente para reconhecer seu desprezo pelo conteúdo e pela forma da diplomacia. Bolsonaro sempre falou o que lhe deu na telha, no tom virulento costumeiro com que se posiciona nas redes sociais ou no cercadinho do Alvorada.

E fico me perguntando se alguém da base governista realmente crê que os líderes das três maiores potências militares do mundo se deixam enganar pelas declarações vagas e ambíguas do mandatário brasileiro. É quase tão ingênuo quanto acreditar que as chancelarias estrangeiras já não estejam em compasso de espera para 2023, quando o próximo presidente tomará posse.

No afã de oferecer uma lição sobre realismo político, Feliciano, nosso chanceler de ocasião, se esquece do segundo mandamento das relações internacionais: na diplomacia, não há nada pior que a incerteza e a inconstância. Países querem saber o que esperar dos parceiros. No Brasil de hoje, nem o próprio governo sabe quem fala pela política externa. Há quem chame isso de genialidade. No fundo, é a mais pura incompetência.

PAINEL DO LEITOR

ASSUNTO DE QUE MODO O MACHISMO AFETA O SEU DIA A DIA?

Na necessidade de ter que ficar me justificando se o meu esposo concorda sempre que saio, viajo ou faço qualquer coisa que diga respeito somente a mim. É um pouco desgastante, porque quando ele faz a parte dele, cuidando das crianças, fazendo compras e cuidando da casa, as pessoas aplaudem, como se esse não fosse o papel natural do homem. E isso o faz acreditar que é um ser especial.
Priscila Pedroso (São Paulo, SP)

*

Meu biotipo é de uma mulher com ancas largas e fartas. Isso me fez sofrer desde criança. Na rua, ouvia dos homens as piores barbaridades e morria de vergonha. No colégio, um professor me assediou, me prendendo na sala de aula sozinha com ele. Às vezes queria ser invisível. Tenho 63 anos e me sinto assediada desde pequena.
Odete dos Santos (São Paulo, SP)

*

Em todos os atos daqueles que me envolvem: um chefe que dá funções mais simples para uma mulher apenas por ser mulher; um colega que faz sexo com uma mulher e depois espalha sua experiência para todos, sem nenhum pudor; um motorista que fala "tinha que ser mulher". Eu repreendo essas atitudes e sou visto como "mulherzinha".
Gabriel Barbosa de Almeida (Praia Grande, SP)

*

Eu, como homem, vejo recorrentemente casos de machismo em meu dia a dia, até mesmo na minha família. Mas sempre que vejo algum caso desse tipo o corrijo. É claro que há uma diferença física entre homens e mulheres, mas isso nunca se estendeu ao nível intelectual. E quanto maior for a diversidade de gênero em cargos de alta representatividade, mais a sociedade tem a ganhar.
Caio Massi de Souza (São Paulo, SP)

*

Sou mãe de uma criança de 4 anos e estou há dois anos em home office. Minha sobrecarga é totalmente invisível para meu marido e demais familiares, que deveriam ser a minha rede de apoio. Dizem que eu reclamo de barriga cheia por estar trabalhando de casa. Mas além do trabalho tenho casa, comida, roupa e filho para cuidar. A responsabilidade da criação dos filhos recai somente sobre a mãe.
Andréa Pereira (Porto Alegre, RS)

*

Em pleno século 21, a mulher ainda é vista como mercadoria. A gente vive com medo! Sempre tenho que pensar na roupa que usarei para sair à noite, principalmente se for usar transporte público, uber ou caminhar na rua. Se estou com uma roupa mais decotada, coloco um casaco para o deslocamento.
Daniela Franco (São Paulo, SP)

*

Afeta porque eu trabalho só com homens e não sou ouvida. Apenas me escutam quando estão me perguntando algo. Mas quando tenho alguma ideia, é como se estivesse falando para as paredes. Tratam-me como se eu não soubesse de nada.
Talita Spadaccini Sanches (São Paulo, SP)

*

Afeta na desqualificação da minha competência profissional, da minha sensibilidade, da minha capacidade cognitiva. No medo constante de estar sozinha e ser mulher.
Patrícia Almeida (Brasília, DF)

*

No trabalho, clientes homens às vezes não aceitam meu parecer e exigem falar com meu chefe. Mas eu não tenho chefe, eu sou chefe de mim mesma. Mas eles reagem bem quando o mesmo parecer é dado pelo meu funcionário, que é o único homem da empresa.
Camila Antunes da Luz (Florianópolis, SC)

*

Quando me posiciono assertivamente sou vista como arrogante, mas colegas homens fazem o mesmo e são elogiados. Quando digo que não quero ser mãe, sou vista como menos amorosa que outras mulheres. Mas o mais grave é ver que ocupo um cargo de maior remuneração (professora de cursinho) excepcionalmente. Sou praticamente a única mulher entre 25 homens.
Cristina Alves Barbosa Santos (Goiânia, GO)

*

Pratico futebol duas vezes por semana, além de várias outras atividades físicas. No verão, uso roupas curtas, como top e short de academia. O que passo usando essas vestimentas é surreal. Assobios, buzinas, falas constrangedoras, oferta de carona... Ser mulher é difícil. Mas a cada dia que passa acredito mais no feminismo e na futura igualdade de gêneros.
Letícia Beauchamp (Florianópolis, SC)

Temas mais comentados pelos leitores no site

De 5 a 11.mar - Total de comentários: 13.550

482	Arthur do Val diz que áudios sexistas foram erro em momento de empolgação (Poder) 5.mar
217	Alta do diesel faz líder caminhoneiro Chorão se dizer arrependido de apoiar Bolsonaro (Mercado) 10.mar
198	Além de não ter derretido, Bolsonaro é competitivo e pode vencer (Reinaldo Azevedo) 10.mar

OUTROS ASSUNTOS

Combustíveis

"Líder de caminhoneiros diz que Brasil tem que parar contra aumento da Petrobras" (Mônica Bergamo, 11/3). Caminhoneiros foram usados pelo genocida, da mesma forma que os (ricos) donos de terra e gado agora estão sendo usados e vão se lascar com o preço dos insumos e grãos, da mesma forma que os religiosos também vêm sendo usados pelo "mito". E assim vamos em frente, manipulados por políticos delinquentes e corruptos.
Carlos Becker (Curitiba, PR)

*

Pena nenhuma de vocês! O que ganharam, de verdade, em 2018? Nada! E sabem o que ganharão do mito(mano) se repetirem aquele ano? Borracha no lombo, muita!
Ricardo Cândido de Araújo (Taboão da Serra, SP)

A cor das unhas

"Aras é criticado após dizer que mulheres têm 'o prazer de escolher a cor das unhas'" (Política, 11/3). Bom seria se, além do sapato e da cor do esmalte, as mulheres pudessem escolher também o procurador-geral da República.
Marco Antonio Zanfra (Florianópolis, SC)

*

O procurador-geral da República é um primitivo reforçado e acabado, completo. E, como todos os primitivos, constitui parte deste desgoverno brasiliense e brasileiro também, por que não? Gente, como foi que caímos nessa fundura? Ou melhor, quando foi que começamos a cair nessa fundura de mentes?
Eleny Corina Heller (São Paulo, SP)

política

PAINEL | Fábio Zanini

painel@grupofolha.com.br

Carona

Prefeitos de capitais querem aproveitar o mega-aumento dos combustíveis para pressionar pela aprovação na Câmara do projeto de lei que cria um financiamento federal para as gratuidades no transporte público para idosos. "O que era urgente agora virou urgentíssimo. Não tem mais como segurar os reajustes nas passagens, e o colapso dos sistemas é iminente sem esse recurso federal", diz o presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, Edvaldo Nogueira, de Aracaju (SE).

BOMBA A Frente Nacional dos Prefeitos pediu ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ajuda para pautar rapidamente o projeto. Nos cálculos da entidade, o reajuste do diesel deve resultar em aumento de 6,6% nas tarifas do transporte público.

ESTRELAS O PP filiou neste sábado (12) o ex-lutador de MMA Wanderlei Silva, apoiador de Jair Bolsonaro (PL), e a ex-tenista Gisele Miró. Eles devem disputar as eleições de 2022 pelo partido.

PRESTÍGIO O evento aconteceu em Curitiba e contou com a participação de Ricardo Barros, líder do governo na Câmara, Arthur Lira, presidente da Casa, Ciro Nogueira, ministro da Casa Civil, todos do PP, e Ratinho Júnior, governador do Paraná (PSD).

BOMBETA O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) tem vendido mais de 3.000 bonés por mês nas 28 lojas do Armazém do Campo, que comercializam em 13 estados e no DF os produtos provenientes de assentamentos.

FASHION Os bonés viraram motivo de polêmica nas redes sociais após uma usuária criticar as pessoas que os utilizam sem fazer parte do MST, apenas como um "acessório de balada". O movimento diz avaliar positivamente o uso do objeto por grupos variados, pois expressa apoio e dissemina a causa.

BOOM Desde o início do debate nas redes sociais, na semana passada, o site do Armazém passou a vender 300 bonés por dia. O MST registra crescimento de 50% na venda do produto desde o final de 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro (PL).

TCHAU Lideranças do MBL (Movimento Brasil Livre) têm debatido a possibilidade de deixar o Podemos, ao qual se filiaram em janeiro, diante do fim do projeto de candidatura do deputado estadual Arthur do Val, o Mamãe Falei, ao Governo de SP.

PRETERIDOS MBL e Podemos têm entendimentos distintos sobre a escolha do substituto de Do Val. O movimento acredita que o acordo previa que teria direito ao posto, ao passo que a sigla entende que a costura se referia especificamente ao deputado.

IRREDUTÍVEL Apesar da ameaça do prefeito de BH, Alexandre Kalil (PSD), de romper a aliança com Lula por uma disputa sobre o candidato ao Senado por Minas Gerais, o PT não está disposto a recuar da intenção de indicar o deputado Reginaldo Lopes para a vaga.

NADA DISSO "O que sei é que sou o pré-candidato do Lula ao Senado, indicado de forma unificada pelo PT, para alinhar a reconstrução de Minas com o Brasil", diz Lopes. Kalil, no entanto, diz que essa definição ainda não existe e prefere como candidato o atual senador Alexandre Silveira (PSD).

MENOS UM Com dificuldade para montar palanques estaduais, Sergio Moro poderá ter mais um revés, em Tocantins. Nome mais forte do Podemos para o governo, o ex-prefeito de Araguaína Ronaldo Dimas deve deixar o partido. Uma das possibilidades é migrar para o PL, de Jair Bolsonaro.

SEM-TETO A justificativa para a mudança partidária é a maior facilidade para construir alianças para o governo. Caso a migração se concretize, Moro precisará buscar outro nome para representá-lo no estado.

MARACA Pré-candidato ao Governo de São Paulo, Márcio França (PSB) brinca que já definiu qual a primeira pergunta que faria num debate a Tarcísio de Freitas, em referência ao fato de ele não ser paulista: "Para que time você torce?". Carioca, o ministro de Bolsonaro é flamenguista.

EU VOLTEI O ex-ministro da Educação Abraham Weintraub tem pronta a estratégia de sua pré-campanha ao Governo de SP, entre abril e julho. De saída do Banco Mundial, ele de novo quer percorrer o estado, como fez em janeiro e fevereiro, além de estreitar relações com movimentos conservadores.

DOIS PESOS O cerne do discurso do ex-ministro será criticar o PT e os tucanos no estado. Sobre Tarcísio de Freitas, candidato de Jair Bolsonaro (PL), haverá alfinetadas sutis, como dizer que não se pode fazer "turismo eleitoral", nem depender do centrão. Freitas é carioca e deve se filiar ao PL ou ao Republicanos, dois dos principais expoentes deste bloco no Congresso Nacional.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
DO 1º AO 3º MÊS	R$ 1,90	R$ 1,90
DO 4º AO 12º MÊS	R$ 9,90	R$ 9,90
A PARTIR DO 13º MÊS	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 5	R$ 7	R$ 827,90
DF, SC	R$ 5,50	R$ 8	R$ 1.044,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 6	R$ 8,50	R$ 1.318,90
AL, BA, PE, SE	R$ 9,25	R$ 11	R$ 1.420,90
Outros estados	R$ 10	R$ 11,50	R$ 1.764,90

*A vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
363.733 exemplares (janeiro de 2022)

Arthur do Val, que desistiu da candidatura pelo Podemos após áudios sexistas Adriano Vizoni - 26.jan.22/Folhapress

Saída de Arthur do Val redesenha eleição em SP e amplia impasses

Políticos e estrategistas dizem que desistência de deputado após falas sexistas pulveriza votos entre direita e centro na disputa ao governo

Joelmir Tavares e Carolina Linhares

SÃO PAULO A retirada da pré-candidatura do deputado estadual Arthur do Val (sem partido) ao Governo de São Paulo, após o vazamento de falas de teor sexista, inaugurou a fase de definições do cenário eleitoral e mexeu com o tabuleiro da centro-direita, mas o xadrez ainda tem várias peças em movimentação.

Além do impasse à esquerda, com a possível sobreposição das candidaturas de Fernando Haddad (PT) e Márcio França (PSB), as campanhas de Rodrigo Garcia (PSDB), Tarcísio de Freitas (rumo ao PL) e Vinicius Poit (Novo) sofrem reflexos da desistência do integrante do MBL (Movimento Brasil Livre).

Com 2% na pesquisa Datafolha de dezembro, Arthur, conhecido como Mamãe Falei, projetava alta com base nos surpreendentes 9,8% dos votos válidos que obteve na disputa para prefeito da capital paulista em 2020. Apostava também na vinculação ao presidenciável Sergio Moro (Podemos).

Tragado pelo escândalo da divulgação de mensagens com comentários ofensivos sobre as mulheres da Ucrânia, para onde viajou com a justificativa de ajudar vítimas da invasão pela Rússia, o deputado recuou da candidatura ao governo e até de tentar a reeleição, além de pedir desfiliação do Podemos. Ele é alvo de processo de cassação na Assembleia.

Políticos e estrategistas envolvidos no certame paulista afirmam que a desistência de Arthur pulveriza seus votos entre candidatos da direita e do centro —apenas Haddad e Guilherme Boulos (PSOL), por serem de esquerda, não teriam benefício algum.

A hipótese de que um substituto de Arthur no Podemos herde sua fatia no eleitorado é considerada remota, já que as pré-candidaturas aventadas para seu lugar não foram levadas a sério até agora e não teriam o mesmo potencial do deputado-youtuber.

Como mostrou a **Folha**, o MBL, alojado no Podemos desde janeiro, e Moro trabalham para isolar o caso Arthur e manter a aliança na eleição.

Um impasse a ser resolvido, porém, é o fato de que o Podemos indicou que a presidente da sigla, deputada federal Renata Abreu (SP), poderá concorrer ao Palácio dos Bandeirantes, enquanto o movimento quer lançar outro de seus líderes, o vereador da capital Rubinho Nunes (Podemos).

Na prática, porém, a aposta em outras campanhas é a de que o nome de Renata ou de Rubinho será usado como chamariz para a formação da chapa ao Legislativo, sem que o partido de fato leve a candidatura majoritária até o fim.

Neste sábado (12), em evento do Podemos Mulher, Moro voltou a defender a candidatura de Renata, mas admitiu o apoio a outro candidato. "Não vai faltar espaço em São Paulo. Esse palanque será construído. Ou vai ser um candidato próprio, ou vamos apoiar alguém", afirmou à **Folha**.

Aliados do vice-governador Rodrigo Garcia acreditam que o tucano é o mais beneficiado com a saída de Arthur do páreo. O raciocínio se baseia no fato de que o MBL defende a chamada terceira via —que no estado seria mais bem representada por Rodrigo.

Em segundo lugar, apoiadores do vice lembram que, mesmo com a candidatura de Arthur vigente, boa parte do Podemos paulista, incluindo prefeitos e deputados estaduais, já havia declarado que faria campanha pelo tucano.

O vácuo deixado pela desistência empurraria o partido para Rodrigo de vez, inclusive como parte da coligação, o que poderia aumentar seu tempo de TV. "Continuamos apoiando o Rodrigo e acredito que os votos do Arthur serão direcionados para ele, porque Arthur nunca foi esquerdista, sempre bateu muito no PT e no presidente Jair Bolsonaro [PL]", afirma o líder do Podemos na Assembleia de São Paulo, Márcio da Farmácia.

> **O eleitorado do Podemos e do MBL é mais próximo do Rodrigo [Garcia], não encaixa com Haddad, Tarcísio ou França**
>
> **Fernando Alfredo**
> presidente do PSDB da capital paulista

> **Ele [Arthur do Val] teria pouquíssimos votos e serviria ao projeto do PSDB. Seria uma linha auxiliar tucana para desgastar outras candidaturas. A saída dele pode dar uns poucos votos que ele teria ao Garcia**
>
> **Gil Diniz (PL)**
> deputado estadual e apoiador de Tarcísio de Freitas

Questionado sobre a possibilidade de Renata ser candidata, ele afirmou que não comentaria boatos —embora o nome dela tenha sido indicado por Moro, que quer garantir um palanque no estado.

"O eleitorado do Podemos e do MBL é mais próximo do Rodrigo, não encaixa com Haddad, Tarcísio ou França", defende o presidente do PSDB da capital, Fernando Alfredo.

Tanto membros do Podemos quanto do PSDB, no entanto, avaliam ser difícil a viabilização de Rodrigo como palanque de Moro por causa da ligação profunda entre o vice e o governador João Doria, presidenciável tucano.

A saída de Arthur também animou alas do partido Novo, que viram uma brecha para avançar sobre o eleitorado de perfil liberal que Arthur buscaria aglutinar. Poit, que tem marcado 1%, disse esperar subir para um patamar de 4% a 5%, e relatou ter notado migração de apoios para ele.

"Tenho sido procurado por pessoas que ficaram desapontadas com tudo que houve e têm visto em nós a melhor opção agora, justamente porque pararam para observar e enxergam nosso histórico de trabalho focado em soluções e com entregas concretas", afirma.

Apesar do otimismo, avaliações feitas nos bastidores lembram que o recorte ideológico é menos determinante para o eleitor em disputas locais do que em nacionais. Poit, que em 2021 chegou a ser convidado por Arthur para ser vice dele, quer se apresentar como opção de renovação.

"Podemos partir de um patamar menor, mas com potencial de crescimento mais orgânico", diz o presidente estadual do Novo, Alfredo Fuentes.

Entre aliados de Bolsonaro, que apoiará seu ministro da Infraestrutura na eleição paulista, a exclusão de Arthur foi recebida com um misto de desdém e satisfação.

Continua na pág. A5

Continuação da pág. A4

O deputado do MBL virou inimigo do bolsonarismo.

Para o deputado estadual Gil Diniz (PL-SP), o colega de Assembleia caminhava para um desempenho fraco na briga pelo Bandeirantes.

"Ele teria pouquíssimos votos e serviria ao projeto do PSDB. A saída dele pode dar uns poucos votos que ele teria ao Garcia", diz.

Sem o estilo incendiário e midiático de Arthur na campanha, a tendência é que o confronto entre os candidatos bolsonarista e governista ganhe espaço, impulsionado pelo embate entre Bolsonaro e Doria, que, querendo ou não, será vinculado a Rodrigo.

Para a campanha do ex-ministro Abraham Weintraub (Brasil 35), a derrocada do membro do MBL "não muda nada", afirma o advogado Victor Metta, um dos principais auxiliares do pré-candidato.

"A candidatura do Arthur nunca foi relevante no cenário. O resultado bom que ele teve na eleição para prefeito teve a ver com a falta de qualidade das pessoas que estavam concorrendo. E agora ele teria na direita bons nomes fazendo o enfrentamento", diz Metta, citando Weintraub, Tarcísio e Poit.

Já o entorno de França sustenta a tese de que o candidato do PSB é a segunda opção para os eleitores dos demais candidatos e, por isso, tende a se beneficiar com os votos que seriam de Arthur. Aliados do ex-governador lembram que ele transita bem entre os campos da direita e da esquerda.

De acordo com o deputado estadual Caio França (PSB), filho do pré-candidato ao governo, os simpatizantes do MBL podem ver em França um competidor com chances de vencer. "É um candidato leve, que agrada à chapa toda, que tem facilidade com muitos setores", completa.

O ex-governador está no centro de outros movimentos que podem, assim como a saída de Arthur, impactar o desenho da eleição paulista.

Com PT e PSB acertados em torno da campanha do ex-presidente Lula (PT), resta o impasse em São Paulo entre Haddad e França. O pessebista propôs que o mais bem posicionado em pesquisas em maio seja o candidato.

Mas a hipótese de que ambos disputem não está descartada. Nesse caso, França espera contar com o apoio do PDT e do PSD, partidos com os quais conversa. O PDT lançou Ciro Gomes ao Planalto, enquanto o PSD busca uma candidatura própria e espera que Eduardo Leite (PSDB) aceite esse convite. Segundo aliados de França, o ex-governador não teria problemas em dividir seu apoio a três presidenciáveis —Lula, Ciro e Leite.

Há ainda a possibilidade de que o PDT e o PSD tenham candidaturas próprias em São Paulo. O partido de Ciro cogita lançar algum quadro oriundo do interior. Dialoga, por exemplo, com Elvis Cezar, ex-prefeito de Santana de Parnaíba que está de saída do PSDB. Já o PSD espera a decisão do prefeito de São José dos Campos, Felicio Ramuth (PSD).

Outros pré-candidatos ao Governo de SP

Fernando Haddad (PT) Não seria impactado pela saída de Arthur por ser da esquerda e inimigo do MBL. Apoiado por Lula (PT), ainda busca unificar seu campo, dividido com França e Boulos

Márcio França (PSB) Pode herdar votos de Arthur por transitar também na direita. Decide se retira a candidatura por Haddad ou se mantém, tentando atrair PSD e PDT

Tarcísio de Freitas (rumo ao PL) Aliados do ministro desdenham do desempenho de Arthur, mas adversários veem benefício a ele com a saída do deputado estadual

Guilherme Boulos (PSOL) É outro nome que, por estar em campo oposto, não teria eleitores de Arthur. É pressionado a desistir em prol de Haddad, já que o PSOL apoiará Lula (PT)

Rodrigo Garcia (PSDB) É visto como beneficiário da saída de Arthur porque já tinha apoio de membros do Podemos e agora pode atrair o partido de vez para sua coligação

Vinicius Poit (Novo) Diz ver migração de eleitores do MBL para ele, que também aposta no perfil liberal e chegou a ser convidado por Arthur para ser candidato a vice

Abraham Weintraub (Brasil 35) Não vê relevância na candidatura de Arthur, mas aliados acham que pode herdar votos por ser combativo como o deputado do MBL

OMBUDSMAN

folha.com/ombudsman
ombudsman@grupofolha.com.br

Ombudsman tem mandato de um ano, com possibilidade de renovação, para criticar o jornal, ouvir os leitores e comentar, aos domingos, o noticiário da mídia.
Tel.: 0800-015-9000; fax:(11) 3224-3895

Carvall

C@sa de f*rr*iro, espeto de pau

Bastião da liberdade de expressão, Folha apanha ao moderar comentários

José Henrique Mariante

"Quais palavras em minha resposta indicam que a mensagem não pode ser publicada automaticamente e exigem moderação?" A pergunta ao ombudsman é frequente. No caso, o leitor reclama ao ver barrada resposta sua a comentário feito por outro assinante em uma coluna publicada na sexta-feira (11). Não havia nada de errado na réplica, apenas considerações polidas sobre se o segundo, dono do comentário original, conhecia autores que o primeiro listava sobre o assunto em discussão. Por que então a observação caiu na moderação?

Antes de responder, vale uma explicação mínima sobre o sistema de comentários da **Folha**, *desenhado para dar mais luz aos debates naturalmente propostos por reportagens e artigos do jornal, mas que também escoa em subterrâneos escuros, como os das redes sociais. A ferramenta democrática segue o espírito do jornal de manter um diálogo aberto com seus leitores, algo que, no impresso, é simbolizado há décadas pelo Painel do Leitor.*

No site, a maioria dos títulos publicados permite comentários e respostas a estes. É preciso ser assinante do jornal e aceitar as regras, que pedem o básico da civilidade, como "utilizar termos aceitáveis socialmente". Há uma lista de procedimentos proibidos, e as sanções vão da exclusão do comentário à do próprio usuário, se houver reincidência nas faltas. Cadastro feito, basta apertar os botões existentes no início ou no fim de cada texto para deixar uma opinião.

A moderação é automática, baseada em duas listas de palavras e expressões consideradas problemáticas pelo jornal. Se a máquina identifica algo da primeira lista, o comentário vai para a moderação manual. Se for algo da segunda, que reúne termos mais graves, o comentário é reprovado de chofre. O conteúdo das listas é sigiloso, para evitar manipulação, mas dá para imaginar o tipo de coisa que é sumariamente proibida.

São milhares de postagens. Em janeiro deste ano, por exemplo, 35.313 comentários foram aprovados automaticamente, 7.950, manualmente, e 1.945, reprovados. O sistema registrou também 18.981 respostas a comentários sem que houvesse impedimento, 3.513 que precisaram de aprovação manual e 1.007 eliminadas. Somando tudo, quase 70.000 mensagens em um mês, com média diária de 370 aprovações em segunda instância e 95 recusas. Muito trabalho e, por consequência, problemas, como o do primeiro parágrafo.

Parece claro que a máquina exagerou na moderação, empurrando a análise para a seleção manual, que, obviamente, é mais demorada. "Levamos meses aprimorando o sistema para coibir um pedido de esmola digital que estava recorrente", afirma Mateus Camillo, editor de Interação e Redes Sociais da **Folha**. *Um usuário burlava os controles para pedir dinheiro via Pix, vigarice que afetou também pelo menos outros dois veículos de comunicação. "Deu muito trabalho, mas nos livramos dele. O problema é que esse esforço gerou o efeito colateral de aumentar o número de comentários que caem sem motivo na moderação manual. Temos que ir recalibrando", explica.*

Essa é a questão atual, mas outras tantas já acometeram o processo, que demanda atualização permanente e afeta, na visão dos leitores, um ponto nevrálgico da **Folha**, *a liberdade de expressão. Uma legião de leitores acredita, por exemplo, que o nome Lula foi proibido durante um determinado período nos comentários do site. Outros acham que as regras são desenhadas para favorecer este ou aquele candidato ou ideia. Há quem reaja com humor, como o leitor que compara o sistema ao lento VAR do futebol brasileiro, mas vários se sentem censurados.*

Entre tantas elaborações, uma das mais interessantes é a que constata um jornal aberto a opiniões extremadas em nome da pluralidade, a despeito de significarem afronta a parte importante de seus leitores, e, ao mesmo tempo, intolerante com os que se inflamam nos comentários.

"A ideia é melhorar o nível do debate, mas confesso que, às vezes, me sinto como o professor da quinta série tentando parar a briga dos alunos", brinca Camillo. Em um mundo virado de cabeça para baixo, onde até censor processa rede social pela falta de moderação de postagens que defendem a morte de pessoas, a tarefa não parece nada fácil.

P.S.: Para quem não entendeu, o título da coluna é uma tentativa tosca de emular algumas das táticas usadas para burlar regras de moderação vistas em comentários no site da **Folha**. *Asteriscos, espaços e outros sinais gráficos são adotados para driblar o computador, o que, não raro, deixa os comentários quase ilegíveis. Lembram, de certa forma, as pichações, entendidas só pelas tribos de seus autores. Talvez a ideia seja a mesma.*

[...]

Entre tantas elaborações, uma das mais interessantes é a que constata um jornal aberto a opiniões extremadas em nome da pluralidade e, ao mesmo tempo, intolerante com os que se inflamam nos comentários

Alckmin usa cafezinhos em padarias de SP para formatar papel de vice de Lula

Ex-governador vai a estabelecimentos para falar com setores progressistas e colher sugestões

Joelmir Tavares

SÃO PAULO O ex-governador Geraldo Alckmin está disposto a mostrar com quantos cafezinhos em padarias se faz uma chapa presidencial —e são muitos.

Sem escritório fixo, o provável parceiro de candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) frequenta mesas de estabelecimentos na capital paulista para conversas com aliados políticos e movimentos sociais a fim de formatar seu papel na candidatura ao Planalto e em um eventual governo.

O café como hábito e a assiduidade em padarias acompanham o ex-filiado do PSDB desde os mandatos como governador de São Paulo e nas campanhas que disputou, mas o ritmo se intensificou desde que começou a se preparar para o pleito deste ano.

Fotos compartilhadas em redes sociais por interlocutores mostram Alckmin com antigos companheiros e também com membros de sua nova turma, após sua aproximação ao PSB —sigla à qual deve se filiar até o fim da semana que vem— e a grupos tradicionalmente vinculados à esquerda.

Os papos, que não cessaram nem mesmo durante o Carnaval, têm sido usados por ele para explicar a velhos conhecidos as razões que o levaram à surpreendente aliança com o ex-rival Lula, além de prospectar palanques para seu grupo na eleição ao Governo de São Paulo.

A lista de convidados para um café já incluiu representantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e da Aliança Nacional LGBTI+, o vereador Eduardo Suplicy (PT-SP), o presidente do Solidariedade, Paulo Pereira da Silva (que o convidou para se filiar), e o senador Dario Berger (MDB-SC).

E ainda: a porta-voz da Rede Sustentabilidade em São Paulo, Mariana Lacerda, o presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Dimitri Sales, o ex-governador de Alagoas e ex-presidente nacional do PSDB, Teotônio Vilela Filho, e o deputado estadual Caio França (PSB-SP).

Alckmin, que já se deu a alcunha de "cafezeiro", conforme registrou a **Folha** em 2018, também coleciona momentos de prosa com pré-candidatos a deputado estadual e federal do interior paulista, muitos deles novatos, e líderes de entidades de classe.

O perfil heterogêneo dos convivas reflete o arco amplo que Lula está buscando erguer em torno de sua tentativa de um terceiro mandato, com uma frente que una segmentos da esquerda à direita moderada. O ex-presidente tem dito que precisará formar um mutirão para conseguir governar.

A impressão que Alckmin tem deixado após os cafés é a de que se prepara para martelar na campanha o discurso da necessidade de conciliação de forças necessária para superar o governo de Jair Bolsonaro (PL), justificativa também apresentada para sua dobradinha com o PT.

Além disso, ao ouvir demandas diversas, ele indica querer se distanciar da figura de "vice decorativo", no caso de o projeto sair vitorioso das urnas. A promessa de protagonismo e participação nos rumos do governo foi um dos pontos colocados por Lula que o atraíram para a aventura.

Aliados refutam a interpretação de que o possível candidato a vice, associado à imagem de conservador, esteja em busca de uma camuflagem artificializada no ambiente de esquerda. Afirmam que ele sempre manteve relações institucionais com o campo progressista e foi atento às minorias.

Fotos Reprodução

Instagram @fernandoguimaraesrodrigues/Reprodução

Instagram @marianalacerdareal/Reprodução

1 Geraldo Alckmin em uma das padarias de SP; **2** Em conversa com Fernando Guimarães e o vereador Eduardo Suplicy (PT-SP); **3** Com o sacerdote de candomblé Diego Aira e a ex-BBB Ariadna Arantes; **4** Em encontro com a porta-voz da Rede Sustentabilidade em SP, Mariana Lacerda; **5** Com o presidente nacional do Solidariedade, Paulo Pereira da Silva

Quase sempre com um caderno a postos, ao lado do celular, o ex-governador costuma anotar pedidos e pontos importantes das conversas nas padarias. Ele tem frisado a necessidade da volta do crescimento econômico e da geração de empregos, questões caras à candidatura nacional.

Com as sugestões colhidas aqui e ali, a ideia é que o ex-tucano possa contribuir para o plano de governo petista, levando clamores de setores sociais e econômicos.

"As oportunidades que o Brasil perdeu nas últimas décadas" e a "reconstrução do país" foram a tônica do encontro com o senador Berger, que é pré-candidato ao governo catarinense e cogita ir para o PSB.

"O diálogo fortaleceu as principais bandeiras que deverão ser defendidas nas próximas eleições, com um conjunto de ações, obras e projetos que coloquem o nosso país e o nosso estado nos trilhos do desenvolvimento econômico e social", escreveu ele, ao postar registro do momento, no último dia 27.

As agendas movidas a cafeína são feitas sem muita cerimônia, em estabelecimentos com grande circulação de pessoas, normalmente na zona sul de São Paulo, região onde Alckmin reside.

Já as tratativas reservadas para sua adesão a Lula e agendas com políticos mais expostos vêm ocorrendo em locais fechados, como sedes de partidos, restaurantes e apartamentos de aliados.

A reunião que fez dias atrás com Randolfe Rodrigues (Rede-AP), por exemplo, foi em uma cantina na região dos Jardins (zona oeste). O senador entrou na coordenação da campanha presidencial de Lula.

Nas últimas semanas, o ex-governador marcou a maior parte das conversas em uma padaria próxima ao prédio onde mora, na Vila Progredior (zona sul), e em outra no Itaim Bibi (zona oeste), nas imediações do escritório da filha Sophia. A influenciadora digital também empresta a sala ao pai esporadicamente.

Funcionários de ambas as "padocas" estão familiarizados com a presença do ex-tucano, com suas anedotas, piadas e casos que remetem à raiz caipira de Pindamonhangaba (SP).

Ele gasta R$ 6 na padaria perto de sua casa e R$ 7 na outra para tomar um café expresso, seu único pedido na maioria das vezes, adoçado com açúcar. Em outras ocasiões, a comanda inclui água e, quando faz calor, uma latinha de Coca-Cola.

O tom de voz já normalmente contido fica ainda mais baixo quando Alckmin quer falar de algo mais sensível ou que exige discrição. Mas convidados aclimatados ao estilo dele normalmente nem esperam alguma confidência ou observação cortante.

O linguajar diplomático, com palavras lentamente pronunciadas e sem arroubos retóricos —características que estão na origem do apelido "picolé de chuchu", alusão a algo insosso—, permanece inabalável, segundo relatos de quem se sentou à mesa com ele recentemente.

O estilo por vezes lacônico, acentuado nos últimos tempos diante das especulações sobre sua saída do PSDB e depois sobre sua dobradinha com o PT, é mantido mesmo nas conversas privadas. Até amigos têm dificuldade de arrancar dele informações objetivas.

Interlocutores consultados pela **Folha** dizem, sob reserva, que nunca escutaram de sua boca a afirmação clara de que está apalavrado com Lula para ser seu vice. O foco nos assuntos de âmbito nacional e o entusiasmo com a empreitada, no entanto, confirmam a intenção.

Alckmin não é o tipo de político que discute hipóteses em público e, em 50 anos de carreira, sempre preferiu fazer anúncios após ter algo palpável, seja acordo político ou medida de gestão. Sem isso, ele apenas emite sinais, com falas evasivas ou até enigmáticas.

Quando indagado sobre a parceria com o petista, a resposta costuma ser parecida com a que ele deu ao apresentador Marcio Moraes, que o encontrou há alguns dias na padaria do Itaim Bibi e aproveitou para gravar um vídeo curto para suas redes sociais.

"Geraldo, o povo quer saber: tá firme na vice?", perguntou o comunicador, conhecido por programas de viagens na TV. "É... Não... Essa é uma decisão mais para a frente ainda, Marcio", despistou o ex-tucano.

"Mas quero dizer da nossa disposição de ajudar o Brasil, trabalhar, recuperar emprego e renda, que é o que interessa para a nossa população. O foco é controlar a inflação, diminuir a carestia, retomar o desenvolvimento e diminuir desigualdade. Esse é o desafio", concluiu.

Os comentários na postagem se dividiram entre mensagens de apreço e de decepção pela inusitada parceria com Lula. "Você queimou seu filme", escreveu um usuário.

Pessoalmente, entretanto, não há notícia de hostilidades ao ex-governador nos locais públicos que mais visita. As reações dos clientes vão da indiferença à tietagem. Apesar de não se esforçar para ser notado, ele aparenta ficar envaidecido ao receber elogios, afirmam pessoas de seu entorno.

Alckmin retomou com mais afinco as negociações políticas em meados de 2020, após digerir seu fracasso na campanha presidencial de 2018 (quarta colocação, com 4,76% dos votos válidos) e passar um tempo dedicado à medicina, sua profissão original, e às salas de aula, como professor e aluno.

A princípio, os papos de padaria eram para tratar de uma candidatura ao governo paulista. O então tucano liderava as pesquisas para o Palácio dos Bandeirantes, do qual pretendia desalojar a corrente ligada ao governador João Doria (PSDB), que foi seu afilhado político e hoje é desafeto.

Com o surgimento da hipótese nacional e a guinada nos planos, a chapa esquentou.

Superada a incredulidade inicial dos aliados com o flerte, o cardápio passou a contar com os dois temas. O ex-tucano trabalha para que ao menos parte de seu grupo político no PSDB migre com ele para a órbita de Lula, cujo pré-candidato ao governo é o ex-prefeito Fernando Haddad.

A expectativa é que Alckmin peça votos no estado para o petista, com a eventual retirada de Márcio França (PSB). Um dos focos será atrair o apoio de alas, no tucanato e fora dele, refratárias a Doria, que deverá endossar na disputa o nome de Rodrigo Garcia (PSDB).

Correligionários mais afoitos e otimistas já pressionam Alckmin a viajar de Brasília para São Paulo aos fins de semana para, como vice-presidente, rodar o interior, falar com prefeitos e manter sua base energizada. Haja cafezinho.

São crimes de antibrasileirismo

São muitas as formas de milícias, com meios e áreas diversos

Janio de Freitas
Jornalista

Todas as propostas que partem de Bolsonaro ou mobilizam o seu empenho têm alguma ordinarice, de seu interesse pessoal, como motivação básica. Nem por isso a conduta por ele imposta à Presidência é o que mais compromete o futuro do Brasil como país —no conceito do mundo e no seu próprio sentimento de país envergonhado.

A aceitação da tragédia nacional pela quase total coletividade dos influentes, civis e militares, é ela mesma uma tragédia maior, por sua propagação incorrigível no futuro.

Tornar legal o garimpo em terras indígenas e a liberação prática do desmatamento são favorecimentos diretos às milícias criminais, que invadem as áreas preservadas, e ao empresariado que toma áreas imensas para plantio de soja ou criação de gado.

A imobilização do Ibama, da Funai e de tantas outras entidades de controle e estudo foi a preparação, iniciada já pela súcia dos dirigentes nomeados, para o que agora o governo e os mercenários da Câmara procuram oficializar.

Entraram na fase culminante do Plano Pró-Milícias, favorecida pelos desvios de atenção e apressada pelo risco de derrota eleitoral.

Bolsonaro e os deputados mercenários sob o domínio de Arthur Lira compõem uma espécie de milícia especializada em política como negócio imoral. Fizeram aprovar a urgência para o projeto da mineração homicida, a meio da semana, em deboche ao protesto de cantores e atores liderado, diante e dentro do Congresso, por Caetano (Caetano Veloso é músico, poeta e escritor, Caetano, só Caetano, é uma bandeira).

Mas, sobretudo, com isso os mercenários advertiram a população: "Não se metam nos nossos negócios, fazemos o que nos dê vantagens". É isso mesmo.

A propósito, nunca se saberá o quanto custa a liberação, que Arthur Lira empurra na Câmara, para 69 cassinos, 6.000 bingos e 300 bicheiros empresariais.

No governo Figueiredo, o lobista que vinha tentar tal liberação era um general americano, reformado para presidir cassino de Las Vegas. Seu representante permanente aqui era o então deputado Amaral Neto, que organizava expedições remuneradas para cassinos nos EUA e no Uruguai. O lobista de agora é também frequentador sistemático de Brasília, onde esteve pouco antes de aparecer o atual projeto. Só uma notinha, bem discreta, registrou essa estada profícua.

Assim como a defesa de Bolsonaro para entregar as terras indígenas a milícias e ao contrabando, a defesa dos cassinos e da jogatina é mentirosa. O potássio para suprir a falta do produto russo não está na Amazônia, onde é pouco e de difícil extração. Está em Sergipe, Minas e São Paulo.

O jogo clandestino não acabará, porque seus controladores não têm com que construir cassinos reais. E os impostos não resolverão nada: mesmo nas contas oníricas do relator Felipe Carreras, do PSB de Pernambuco, mal passam de insignificantes R$ 4,5 bi.

No pequeno varejo não é diferente. "Cancún em Angra", onde Bolsonaro tem casa; fim das multas eletrônicas nas estradas, onde Bolsonaro é recordista na Rio-Angra; fim do imposto de importação de jet-ski enfiado em dispensa, também malandra, para "veículos aéreos sem propulsão a motor"; e por aí vai, a exemplo do gasto de R$ 1,5 milhão por dia no cartão de crédito da Presidência, durante férias em dependência militar.

O empresariado influente, que financia coisas como o MBL fundado pelo marginal Arthur do Val, preocupa-se é com o sério Stedile do MST em possível governo petista; e com hipotética relação de Lula e Maduro, ao qual Joe Biden recorre em um espetáculo de cinismo só igualado por ele mesmo, com sua corrida ao Irã. São muitas as formas de milícias. Com meios e áreas diversos. Mas convergentes no alvo, na conivência e no ganho.

| DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas | **SEG. Celso Rocha de Barros** | TER. Joel P. da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo, Angela Alonso, Silvio Almeida | SÁB. Demétrio Magnoli

Carlos dá aval a novo discurso de Bolsonaro sobre vacinação

Aliados mostraram ao filho do presidente que falas tiram votos para reeleição

Marianna Holanda e Julia Chaib

Bolsonaro escuta o filho Carlos Bolsonaro durante entrevista Jair Bolsonaro no YouTube - 16.fev.22

BRASÍLIA O vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), filho 02 e um dos principais conselheiros do presidente, deu aval à mudança de discurso de Jair Bolsonaro (PL) a respeito da vacinação contra a Covid-19.

Outrora crítico contundente da imunização, o chefe do Executivo tem moderado o tom após apelos de aliados, como mostrou a **Folha**.

O entorno do presidente constatou que a rejeição a Bolsonaro tem relação direta com seus posicionamentos a respeito da vacina –cuja eficácia já está amplamente comprovada na comunidade científica.

Além disso, como disse um interlocutor de Bolsonaro, trata-se de uma questão matemática: mais de 70% da população brasileira já se vacinou.

Segundo auxiliares do presidente, levantamentos indicando o desgaste foram apresentados ao clã, inclusive a Carlos Bolsonaro, que será responsável pelas redes sociais do pai durante a campanha.

O vereador, que é considerado um dos mais inflamados no entorno do presidente, não apenas entendeu o que as pesquisas e as análises dos aliados apontavam como deu aval à correção de rumo nas declarações de Bolsonaro.

Assim como o chefe do Executivo, ele teve postura negacionista durante a pandemia da Covid-19, defendeu o uso de medicamentos sem eficácia comprovada e não há relatos de que tenha se vacinado.

Já os irmãos Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e Eduardo Bolsonaro (União Brasil-SP) se imunizaram. A primeira-dama, Michelle Bolsonaro, também tomou doses.

Mais recentemente, a mudança no discurso do governo e de Carlos tem sido no sentido de não questionar mais eficácia da vacina, mas ressaltar que as doses foram compradas pelo governo federal e dizer que não há obrigatoriedade.

O vereador chegou a apresentar um projeto contra o passaporte da vacina na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, mas foi derrotado. O decreto do prefeito Eduardo Paes (PSD), que ele queria derrubar, prevê a comprovação de vacinação para entrada em diversos lugares, como locais turísticos.

Nas redes sociais, Carlos não criticou a vacina neste ano. Em uma publicação recente, de um vídeo de uma fala sua na Câmara Municipal, ele ataca o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e ressalta que as vacinas contra a Covid-19 foram aquisição do governo federal.

"Eu gostaria de perguntar a alguns seres humanos que me antecederam [na sessão] quem foi que comprou 400 milhões de doses de vacina para o Brasil? Foi o ex-presidiário Luiz Inácio Lula da Silva ou foi o presidente Jair Bolsonaro?", disse o vereador.

"Quem foi que destinou os bilhões de reais para estados e municípios combaterem a Covid ao longo dessa pandemia? Como é que uma pessoa pega e tem a cara de pau de dizer que o presidente Bolsonaro é isso e aquilo o tempo inteiro, com provocação e sem nenhuma objetividade, presidente?", completou.

Em janeiro do ano passado, Carlos compartilhava em seu canal de Telegram vídeo em que o presidente falava para apoiadores não desistirem do chamado "tratamento precoce" e comparava a eficácia da Coronavac a jogar uma moedinha para cima.

A vacina desenvolvida pelo Instituto Butantan, vinculado ao Governo de São Paulo, foi a primeira aplicada no Brasil. O governador João Doria (PSDB-SP), pré-candidato à Presidência da República, é um dos principais alvos do bolsonarismo.

Na busca pela reeleição de Bolsonaro, Carlos terá papel de destaque e controlará as redes sociais do pai, que hoje está em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto, atrás de Lula.

Ainda que carregue histórico de polêmicas e desavenças públicas, o vereador é muito próximo do pai e sua presença na campanha nem sequer é questionada por aliados mais pragmáticos de Bolsonaro.

Um interlocutor chegou a dizer que este é o momento em que ele deve ser deixado mais livre para fazer o que sabe melhor: mobilizar a militância nas redes sociais.

A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 até hoje é atribuída pelo pai em grande parte ao papel que o vereador teve no comando dos perfis nas redes sociais do então candidato.

Uma das maiores dificuldades do presidente na busca da reeleição neste ano, segundo aliados, será abandonar o discurso antivacina.

Auxiliares tentam convencê-lo de que ele já deu publicidade às suas dúvidas quanto à eficácia da vacina e agora deveria silenciar sobre o assunto. Eles afirmam ainda que há descompasso entre o que o presidente diz e o que o governo federal tem feito —por exemplo, comprando as doses das vacinas.

Os defensores do silêncio do presidente dizem que este é o melhor cenário possível, diante da incapacidade de ele defender o imunizante.

Por outro lado, há quem diga que qualquer possibilidade de sucesso eleitoral de Bolsonaro está diretamente vinculada à adesão completa à campanha de vacinação.

Além de ter atuado na campanha, Carlos tem forte influência na comunicação do governo do pai. Ele emplacou na equipe de comunicação do Palácio do Planalto seus principais aliados, chamados de integrantes do "gabinete do ódio": Tercio Arnaud Tomaz, José Matheus Salles Gomes, e Mateus Matos Diniz.

Em abril do ano passado, ele também emplacou o coronel André de Sousa Costa como chefe da Secom (Secretaria Especial de Comunicação Social).

Em depoimento no inquérito que investiga atos antidemocráticos no STF (Supremo Tribunal Federal), prestado em setembro do ano passado, Carlos admitiu relações com um dos integrantes do chamado "gabinete do ódio", mas apenas para pedir informações.

Ele ainda disse que não participa da política de comunicação do governo federal e que "tem relação apenas com divulgação dos trabalhos desenvolvidos pelo governo federal nas contas pessoais do declarante e do seu pai".

O vereador foi indagado sobre a utilização de robôs para impulsionamento de informações em redes sociais envolvendo memes ou trabalhos desenvolvidos pelo governo federal.

Carlos então respondeu: "Jamais fui covarde ou canalha a ponto de utilizar robôs e omitir essa informação".

FHC sofre fratura no fêmur, é internado e passará por cirurgia

SÃO PAULO O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), 90, foi internado nesta sexta-feira (11) no hospital Albert Einstein, em São Paulo, após uma fratura no fêmur.

O ex-presidente está bem, afirmou sua assessoria neste sábado (12).

Durante a tarde, boletim médico informou que FHC "passará por procedimento cirúrgico nos próximos dias".

A nota, assinada pelos médicos José Medina Pestana e Miguel Cendoroglo Neto, afirma que FHC teve uma fratura de colo de fêmur.

A internação foi confirmada pelo PSDB no Twitter.

O partido não informou como ocorreu a fratura, mas, segundo a reportagem apurou, o ex-presidente sofreu uma queda em casa.

"Receba o abraço dos tucanos de todo o Brasil", publicou o partido.

O hospital Albert Einstein não deu mais informações sobre o estado de saúde do ex-presidente.

Segundo Ancelmo Gois, do jornal O Globo, Fernando Henrique sofreu um acidente e a internação o impossibilitou de comparecer à posse do jornalista e escritor Merval Pereira na presidência da Academia Brasileira de Letras, no Rio.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso durante entrevista no ano passado Zanone Fraissat-13.mai.21/Folhapress

A última declaração pública do ex-presidente foi no dia 25 de fevereiro, sobre a guerra na Ucrânia.

"Condeno a invasão da Ucrânia por tropas russas a mando do presidente Putin. Litígios se resolvem por negociação nunca pela imposição da força", disse na ocasião.

Também por razões de saúde, FHC não compareceu à votação de prévias do PSDB em Brasília, em novembro passado. Em maio, porém, ele se encontrou com o ex-presidente Lula (PT), gerando repercussão no meio político.

FHC foi eleito presidente da República em 1994 e permaneceu no cargo até 2002, quando foi sucedido por Lula. Antes disso, foi ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, quando elaborou o Plano Real.

Subsecretário da Receita pediu devassa sobre apurações contra clã Bolsonaro

Documentos apontam ação mais ampla do que pedido da defesa de Flávio sobre 'rachadinha'

Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO Partiu do atual subsecretário de Gestão Corporativa da Receita Federal, Juliano Neves, a solicitação para a devassa feita nos sistemas do órgão para identificar investigações em dados fiscais de todo o entorno do presidente Jair Bolsonaro.

Segundo documento da Receita, Neves pediu ao Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados) uma apuração especial sobre os acessos a dados fiscais de nove pessoas: além de Jair Bolsonaro, de seus três filhos políticos, de suas duas ex-mulheres e da primeira-dama, Michelle, de Fabrício Queiroz e de Fernanda Bolsonaro, mulher do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

A pesquisa foi muito mais ampla do que apontado meses atrás como um movimento apenas da defesa de Flávio contra a investigação da "rachadinha" tocada pelo Ministério Público do Rio de Janeiro.

Atingiu, na verdade, todo o entorno familiar do presidente, incluindo suas duas ex-mulheres com quem dividiu seu patrimônio e que não eram alvos da investigação contra o senador. O rastreamento abrangeu 22 sistemas de dados da Receita de janeiro de 2015 a setembro de 2020.

O levantamento identifica os "logs", como são chamados os arquivos sobre consultas aos sistemas do Fisco. Eles indicam a data e nome do auditor responsável pela consulta aos dados fiscais dos contribuintes.

Caso não haja justificativa para a atuação, o servidor pode ser punido pelo acesso imotivado. O resultado da apuração especial, porém, também permite identificar investigações legais ainda em sigilo contra o dono do CPF analisado.

Procurada, a Receita não comentou a amplitude do levantamento. Disse que instaurou procedimento para analisar denúncia publicada na imprensa sobre uma organização criminosa instalada na instituição, sem que as informações tenham se confirmado.

A ação do governo começou após a defesa de Flávio alegar que teria tido seus dados fiscais acessados e repassados de forma ilegal ao Coaf, o que deu origem ao caso das "rachadinhas".

A **Folha** mostrou que a Receita mobilizou por quatro meses uma equipe de cinco servidores para apurar o caso. A conclusão do grupo foi de que não havia evidências de que as acusações do filho do presidente fossem reais.

Documento do Serpro, revelado pela **Folha**, e da própria Receita mostram, porém, que a pesquisa do Fisco foi mais ampla do que a necessária para apurar as denúncias de Flávio. Os novos papéis obtidos pela reportagem por meio da Lei de Acesso à Informação mostram a origem do levantamento.

O nome de Neves aparece num email dele enviado ao então corregedor da Receita, José Barros. Nele, o subsecretário encaminha o resultado da apuração especial feita pelo Serpro. "Barros, segue o resultado daquela apuração especial sigilosa que eu fiz junto com a outra que já estava aqui", escreveu Neves.

À época, Neves chefiava a Coordenadoria-Geral de Tecnologia e Segurança da Informação (Cotec). Após as mudanças na Receita feitas sob pressão de Flávio, ele foi promovido a subsecretário de Gestão Corporativa.

Ao receber os dados, Barros encaminha a dois auditores que fizeram parte do grupo escalado para analisar as queixas do senador.

Os documentos não descrevem a razão da apuração especial atingir o presidente e seu círculo próximo, já que as denúncias do senador se referiam a supostos acessos indevidos só a seus dados fiscais.

Os documentos da Receita mostram que o grupo responsável por apurar as denúncias de Flávio identificou o excesso de informação levantada. Em resposta ao então corregedor, o coordenador do Grupo Nacional de Investigação da Receita, Luciano Almeida Carinhanha, afirma que os dados "foram analisados, em parte".

Segundo o documento do Serpro, a demanda da Cotec foi feita no dia 28 de agosto de 2020, três dias após as advogadas terem relatado suas suspeitas ao presidente e ao GSI (Gabinete de Segurança Institucional da Presidência), e dois dias depois de elas terem se encontrado com o então secretário da Receita, José Barros Tostes Neto.

O ofício afirma que o resultado do pedido "foi separado em dois lotes". O primeiro restringe a apuração a Flávio, Fernanda e Queiroz, e o segundo aos demais alvos.

A solicitação é feita ao Serpro porque a estatal é a responsável pela guarda das informações dos sistemas da Receita Federal. A pesquisa custou R$ 490,5 mil ao governo, segundo informou o Fisco.

Em nota, a Receita não explicou a razão da amplitude dos levantamentos nem respondeu se Neves atendia a alguma ordem superior.

O Fisco disse que, "com total imparcialidade", cinco servidores conduziram o procedimento, sem dedicação exclusiva, "simultaneamente a outras atividades e tarefas de sua jornada laboral na Corregedoria da Receita Federal".

O presidente Jair Bolsonaro, no Palácio da Alvorada Ueslei Marcelino - 8.mar.2022/Reuters

Emilio Peluso Neder Meyer

Risco para a democracia seria muito maior em 2º mandato de Bolsonaro

Professor de direito constitucional diz que leniência de instituições com presidente da República agrava processo de erosão constitucional

ENTREVISTA

Ricardo Balthazar

SÃO PAULO A leniência com que o Congresso e o STF (Supremo Tribunal Federal) trataram o presidente Jair Bolsonaro (PL) em seu mandato criou riscos para a estabilidade da ordem democrática, diz o professor de direito constitucional Emilio Peluso Neder Meyer, da Universidade Federal de Minas Gerais.

Nas últimas semanas, o presidente voltou a lançar dúvidas sobre a segurança das urnas eletrônicas e atacou integrantes do STF, acusando os ministros Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes de atuar para favorecer o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas eleições deste ano.

Para Meyer, a nova investida de Bolsonaro contra o STF faz parte de um processo de degradação institucional que tem se aprofundado nos últimos anos por causa da ausência de respostas das instituições aos vários crimes de responsabilidade que foram imputados ao presidente.

Num livro lançado em inglês durante a pandemia, "Constitutional Erosion in Brazil" (Hart, 2021), o professor defende a tese de que o arcabouço institucional criado pela Constituição de 1988 vem sofrendo um prolongado processo de erosão, acelerado após a chegada de Bolsonaro ao poder.

Na sua avaliação, o Supremo contribuiu com esse processo ao tomar decisões contraditórias de grande impacto político no auge da Operação Lava Jato, mas saiu-se bem ao fortalecer políticas de enfrentamento da Covid-19 quando o presidente tentou sabotar as ações dos governos estaduais.

Apesar disso, a falta de resposta da Câmara dos Deputados aos pedidos de impeachment apresentados contra o presidente e decisões judiciais como a que o isentou no caso dos disparos de mensagens por WhatsApp nas eleições de 2018 acabaram fortalecendo Bolsonaro, afirma Meyer.

*

Seu livro faz um balanço negativo da atuação do STF nos últimos anos. Por quê? Algumas decisões tomadas pelo Supremo causaram muita instabilidade ao lidar com questões de grande impacto na política. Decisões que determinaram o afastamento de parlamentares acusados de corrupção e colocaram em xeque suas imunidades, por exemplo, foram contraditórias.

Ao mudar a jurisprudência sobre prisões após condenação em segunda instância, o STF pareceu agir premido pela ideia de que a Lava Jato era a salvação da política nacional e se exigia maior rigor do tribunal. Depois, reviu sua posição novamente em tempo muito curto, após três anos.

São decisões típicas de um constitucionalismo instável, em que atores importantes dentro do próprio sistema, como o Supremo, operam de uma maneira que oferece insegurança em relação às expectativas criadas na sociedade, o que contribui para o enfraquecimento do sistema constitucional.

Esse processo se exacerbou com Bolsonaro, por causa das ações do próprio presidente. O STF então passou a trabalhar em outra direção, o que mostra que a Constituição de 1988 também pode ser uma fonte de resiliência, de força institucional para barrar quem a contrarie como Bolsonaro.

A atuação do Supremo foi positiva na pandemia, ao reconhecer que a nossa organização federativa deve promover a cooperação nas políticas públicas. Houve a criminalização da homofobia e decisões que refutaram claramente a ideia de que uma intervenção militar seria constitucional.

As ações do Legislativo e do Judiciário não acabaram moderando as inclinações autoritárias do presidente? A ideia de que as instituições estão funcionando bem, como o ministro Luís Roberto Barroso sempre diz, é uma leitura quase inocente do que tem acontecido no Brasil. Se o receituário estabelecido pela própria Constituição de 1988 fosse seguido, elas estariam funcionando melhor.

A noção de que o papel dessas instituições seja fazer a moderação da política é um equívoco, que tem a ver com uma tradição autoritária da nossa formação. O Poder Moderador, exercido pelo imperador, nasceu em 1824 e desapareceu. Não há lugar para esse conceito na Constituição de 1988.

A função de moderação é central para o funcionamento do nosso presidencialismo de coalizão, mas nesse caso é um papel a ser exercido pelos políticos. Não é papel do Supremo propor arranjos de conciliação, como os ministros Luiz Fux e Dias Toffoli tentaram na presidência do tribunal.

Se temos um presidente cometendo crimes de responsabilidade, não tem sentido chamá-lo para conversar. Isso simplesmente não cabe no contexto da Constituição de 1988. Muito menos no caso das Forças Armadas, que não têm nenhum papel político a exercer nesse sentido nem deveriam ter.

Emilio Peluso Neder Meyer, 41

Professor associado de direito constitucional da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais e coordenador do Centro de Estudos sobre Justiça de Transição da UFMG. Publicou "Ditadura e Responsabilização: Elementos para uma Justiça de Transição no Brasil" (Arraes, 2012), "Decisão e Jurisdição Constitucional" (Lumen Juris, 2021) e "Constitutional Erosion in Brazil" (Hart, 2021), sem previsão de lançamento no Brasil.

> "Teria sido melhor se as instituições tivessem deixado claro que um presidente que as despreza dessa forma não pode exercer essa função

É um assunto que diz respeito à relação do Executivo com o Legislativo. Arranjos como os que têm sido feitos pelo centrão com Bolsonaro têm criado distorções no processo orçamentário, mas têm sido tolerados. Parece que é o que sobrou para conter um presidente declaradamente autoritário.

O Congresso e o Supremo foram lenientes com o presidente? Bolsonaro é um líder populista, que acredita no contato direto com o povo e acha que independe da existência das instituições, que poderiam até ser extintas. Teria sido melhor se as instituições tivessem deixado claro que um presidente que as despreza dessa forma não pode exercer essa função.

O número de crimes de responsabilidade imputados ao presidente é estarrecedor, mas ele se livrou do impeachment ao fazer o acordo com o centrão. O Congresso talvez tenha sido muito leniente diante do perigo que Bolsonaro representa para a democracia construída pela Carta de 1988.

Quanto ao Supremo, acreditar que fosse possível promover algum tipo de conciliação com o chefe de outro Poder foi um movimento muito perigoso. Na minha avaliação, só serviu para criar um espaço que permitiu ao presidente se tornar ainda mais agressivo em suas investidas contra o STF.

Esse processo de deterioração institucional é irreversível? Vai depender do resultado das eleições e de como ele será recebido pelos principais atores. A reeleição do presidente Bolsonaro contribuiria para aprofundar essa erosão, talvez de forma vertiginosa. O risco de um colapso da nossa ordem democrática seria muito maior num segundo mandato.

O que ele poderia fazer que já não tentou e não conseguiu? Se ele se reeleger e conseguir formar uma maioria mais ampla no Congresso, suficiente para aprovar emendas constitucionais, certamente tentará alterar a composição do Supremo e a organização do Judiciário, como outros governantes autoritários fizeram na Hungria e na Polônia.

É bem difícil de acontecer no Brasil. Num país como o nosso, organizado numa Federação, é mais difícil obter o tipo de consenso necessário para mudanças como as feitas nesses outros países. Mas não acho que seja uma possibilidade que possa ser pura e simplesmente desconsiderada.

Se o bolsonarismo conseguisse dominar o STF, perderíamos uma instituição que poderia representar um freio considerável para políticas de caráter autoritário. Com a adesão das Forças Armadas ao bolsonarismo, haveria uma tendência de crescimento da militarização dos postos de governo.

Se ele não for reeleito, esse processo de erosão poderá ser revertido? A Constituição de 1988 tem os elementos necessários para que isso aconteça. O Supremo não está fadado a ser um tribunal que só contribui para a instabilidade política. Pelo contrário, o STF tem mostrado que pode tomar decisões importantes para a proteção do sistema constitucional.

Algumas decisões da corte foram desrespeitadas, como as que cobraram proteção para a população indígena na pandemia e as que determinaram ao Congresso a divulgação de informações sobre as emendas orçamentárias articuladas pelo centrão. Esse desrespeito flagrante terá consequência muito negativa nos próximos anos. Ainda que a gente tenha outro presidente, ele sempre poderá olhar para o passado recente e perceber que, se não quiser cumprir determinada decisão, ele não cumpre. Qualquer que seja o presidente que esteja lá.

Quanto ao Congresso, dependeria do tamanho da oposição bolsonarista e da sua forma de atuação. Um Congresso renovado pode se propor a regulamentar a Constituição de 1988, em vez de se contrapor a ela como Bolsonaro.

As instituições estão preparadas para responder a uma contestação do resultado eleitoral, se ele for derrotado nas urnas? O Tribunal Superior Eleitoral deu passos interessantes, mas aquém do que talvez seja necessário. Quando você tem um presidente da República que diz claramente que não vai ser contido, e ele de fato não se deixa conter, talvez os remédios tenham que ser remédios mais amargos.

O TSE iniciou uma investigação contra o presidente depois que ele levantou suspeitas de fraude nas urnas eletrônicas. Essa investigação deveria ser levada adiante e precisaria terminar o quanto antes para produzir resultados, inclusive a inelegibilidade do presidente, em caso de condenação.

Claro que as chances de isso acontecer são remotas, mas decisões tímidas podem ter efeitos muito danosos num processo de erosão institucional. Ao absolver a chapa de Bolsonaro na ação que tratou dos disparos de mensagens de WhatsApp em 2018, o TSE emitiu sinais contraditórios.

A Justiça Eleitoral está aparelhada para combater a desinformação nas eleições? Veja o caso do Telegram. Se uma empresa ignora as autoridades, suas atividades deveriam ser suspensas. Seria um sinal muito forte, mas, se for necessário, quanto antes melhor. Se uma medida como essa for tomada muito tarde, pode ser vista como oportunística e causar instabilidade.

Mas suponha que o Telegram seja suspenso. O que vem depois? Qual será o aplicativo que ocupará seu lugar? O TSE terá ferramentas para detectar essa mudança e promover o controle necessário? As redes sociais também têm contribuído para o processo de erosão institucional que vivemos.

Os inquéritos conduzidos pelo STF mostraram o que pode acontecer no submundo da internet. Mas é provável que a ultradireita que se projeta e angaria votos nesse universo eleja muita gente para o Congresso neste ano.

Juliana Freire

Vozes do agro contra a boiada

Grandes empresas condenam o avanço nas terras indígenas

Elio Gaspari
Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada"

Para o bem de todos e felicidade geral da nação, a Coalizão Brasil Clima, que reúne empresas, bancos e associações de agricultores, dissociou-se dos agrotrogloditas e do garimpo ilegal que tentam passar a boiada da mineração em terras indígenas por conta da guerra na Ucrânia.

Na parolagem, o caso é simples: o Brasil precisa de fertilizantes, eles vêm de lá e da Rússia. Cortada a linha de comércio, seria necessário minerar o potássio que está em terras indígenas da Amazônia.

Faz tempo que Jair Bolsonaro fala desse potássio. É um aspecto de sua fixação em metais e produtos mágicos. Na pandemia, cloroquina, fora dela, grafeno e nióbio. Indo mais adiante, uma pesquisa para transmissão de energia por cima da floresta, sem cabos.

A Coalizão Brasil Clima bateu de frente contra esse avanço nas terras indígenas, que tramita em regime de urgência na Câmara. Para evitar que se passe a boiada, ela informa:

"O garimpo em terras indígenas não resolve o problema dos fertilizantes". Dois terços das reservas de potássio estão fora da Amazônia. Nela, só 11% estão em terras indígenas. (...) Se as reservas nacionais começarem a receber investimentos amanhã, a autossuficiência virá depois de 2100.

Mais:

"A Agência Nacional de Mineração conta com mais de 500 processos ativos de exploração de potássio em andamento que poderiam ser viabilizados sem agressão aos territórios dos povos originários."

"A guerra entre Rússia e Ucrânia, portanto, não deve ser um pretexto para a aprovação de um PL que ainda não foi adequadamente debatido pela sociedade e, sobretudo, não foi consultado com as organizações representativas dos povos indígenas, os maiores interessados no assunto."

"A Coalizão Brasil Clima (...) defende que o Congresso volte sua atenção para outra discussão urgente – os diversos obstáculos encontrados no país para a produção de fertilizantes, como a insegurança jurídica, o sistema tributário e outros problemas regulatórios, que faz com que produtos importados sejam mais competitivos do que os nacionais."

No clima do Regresso, querem passar a boiada às custas de guerra. Em 1843 esse mesmo clima negava apoio a uma ferrovia ao mesmo tempo em que desafiava a Inglaterra e amparava o contrabando de negros escravizados trazidos da África. Quase dois séculos depois o governo alavanca os interesses do chamado garimpo ilegal, quando a Polícia Federal sabe e denuncia a associação dessa atividade com o crime organizado. Um amigo desses "garimpeiros" movimentou R$ 125 milhões em três anos.

A quem interessar possa: A Coalizão Brasil Clima reúne mais de uma dezena de associações do agronegócio e algumas das joias do empresariado e associações do agronegócio. Sem que isso signifique apoio de cada uma dessas empresas à posição vocalizada pela instituição, aqui vão algumas delas:

Amaggi, Basf, Bayer, Bradesco, BRF, Brookfield, BTG Pactual, Cargill, Carrefour, Danone, Eucatex, Gerdau, Grupo Boticário, JBS, Klabin, Nestlé, Santander, Suzano e a Vale.

Siga a música

O maestro Herman Makarenko dirigiu uns 20 músicos da Orquestra Clássica de Kiev na praça Maidan, a da Independência, e tocou a "Ode à Alegria" da "Nona Sinfonia" de Beethoven. Esse momento de genialidade tornou-se o Hino da Europa. No frio, tocaram com gorros.

A peça exigiria uns 70 músicos, mais um coral, e valeu mais que uma coluna de tanques.

A cena falou pela alma de um povo. Em julho de 1991, antes do colapso da União Soviética, o engenheiro cibernético Mikhail Izumov aconselhava: "Se você quer achar a democracia em São Petersburgo, siga a música." Parecia licença poética de um desencantado que durante 33 anos estivera filiado ao Partido Comunista.

A alguns quarteirões de distância da sala onde ele dizia isso ficava o Palácio de Mármore, presenteado por Catarina, a Grande, ao jovem conde Orloff, um de seus favoritos. Depois da revolução, virou Museu Lênin. Lá estava o carro de onde ele discursou ao retornar à Rússia, em abril de 1917, bem como o Rolls Royce do czar que usava no governo. Tinha cabides para 1.320 sobretudos, mas naquela tarde havia um só visitante.

Em 1991 o museu era parcialmente sustentado pelos concertos de um grupo de músicos.

BC independente

Em tese, todo mundo aceita a independência do Banco Central, salvo quando surge um pleito que lhe interessa. Para os poderosos do momento, a surpresa veio quando quiseram mexer na equipe do Conselho de Controle de Atividade Financeira, conhecido como Coaf.

Ele foi do Ministério da Justiça para o da Economia e de lá para o Banco Central.

Banco Central independente, independente é, ou tenta ser.

Feirão

Descambou a abertura das janelas que permite aos parlamentares trocas de partido. Se não surgir algum tipo de constrangimento, haverá partidos afixando nas suas portas a cotação do dia.

Promessa do gás

O ministro Paulo Guedes tem toda razão quando diz que a economia brasileira sofre o impacto de uma guerra depois de ter sido atingida pelo meteoro da pandemia.

Contudo ele deve moderar o tom das críticas de quem sugere subsídios para os combustíveis. Afinal, foi o seu chefe quem prometeu bujões de gás a R$ 35.

Eles passaram dos R$ 100.

Diante dos aumentos, Bolsonaro diz que "eu não decido nada". Decidir, podia decidir, mas, de qualquer forma, não deveria ter prometido.

As contas de Lula

Lula deu várias demonstrações de que não quer partir para uma desforra pelos 580 dias que passou na cadeia.

Parágrafo único: Ficam fora desse esquecimento os membros do Judiciário que lhe impuseram constrangimentos inexplicáveis e desnecessários.

Eduardo Leite

Talvez o governador Eduardo Leite não tenha percebido, mas, apesar de todas as construções de laboratório, o mais provável é que ele dispute, com chances, a reeleição para o Palácio Piratini.

Recordar é viver

Uma vinheta ilustrativa da pitoresca frieza a que recorrem os diplomatas profissionais:

No dia 21 de agosto de 1968 o embaixador brasileiro João Augusto de Araújo Castro estava na presidência do Conselho de Segurança da ONU e telefonou para seu colega soviético Yakov Malik, convocando-o para uma reunião extraordinária.

Qual é a agenda?, perguntou Malik.

Na noite anterior as tropas soviéticas haviam invadido a Tchecoslováquia.

Covid

A guerra abafou a marca dos 650 mil mortos de Covid.

Pelo andar da carruagem a marca de 700 mil desgraças será batida durante a campanha eleitoral.

Moraes reforça presidência do TSE com juiz da Lava Jato e ex-ministro

Integrante do STF deve ser empossado à frente da corte eleitoral em agosto, pouco antes da eleição

José Marques

BRASÍLIA Com as urnas eletrônicas sob ataques do presidente Jair Bolsonaro (PL), o ministro Alexandre de Moraes selecionou uma equipe experiente na atuação em situações de crise para compor os quadros do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) durante a sua gestão.

Entre eles, José Levi, ex-advogado-geral da União da gestão Bolsonaro, tendo entrado em atritos com o presidente e criticado, em reservado, suas atitudes. Também foi, por um breve período, ministro da Justiça, pasta sob a qual está subordinada a Polícia Federal.

Além disso, haverá o juiz Marco Antonio Martin Vargas, responsável pela fase mais rígida do braço da Lava Jato na Justiça Eleitoral.

Está previsto que Moraes se torne presidente do TSE em agosto, quando substituirá o ministro Edson Fachin, que tomou posse em fevereiro.

Os dois ministros, que são integrantes do STF (Supremo Tribunal Federal), também têm sofrido ataques pessoais de Bolsonaro.

A chegada de Moraes à presidência do TSE é vista como delicada para o entorno de Bolsonaro, já que o ministro é considerado inimigo por bolsonaristas. Nos últimos anos, ele autorizou investigações sobre episódios envolvendo Bolsonaro e mandou prender aliados. Moraes é relator dos inquéritos das fake news e das milícias digitais.

Foi de Moraes a ideia de propor que o general da reserva do Exército Fernando Azevedo e Silva, ex-ministro da Defesa do governo Bolsonaro, se tornasse diretor-geral do TSE tanto na gestão de Fachin quanto na sua.

A ideia é que a presença do general traria maior proximidade dos militares e evitaria contestações aos resultados das urnas. A diretoria é responsável pelo setor administrativo e a ela está subordinada o cargo de diretor-geral da área de tecnologia, responsável pelas urnas e softwares utilizados nas eleições.

Mas o general desistiu do cargo, sob a justificativa de problemas de saúde, pouco antes de Fachin assumir. Embora ministros tenham minimizado, a desistência gerou mal-estar na corte.

O ministro Alexandre de Moraes Rosinei Coutinho-6.fev.20/SCO/STF

Na gestão Fachin continuará Rui Oliveira, o mesmo diretor da época de Luís Roberto Barroso, seu antecessor.

Ainda não há um nome específico para a diretoria-geral na gestão Moraes, mas em outros cargos algumas pessoas já são consideradas certas.

O principal deles é o de José Levi, que foi o número dois de Moraes quando o integrante do Supremo ainda era ministro da Justiça do governo Michel Temer (MDB). Após a saída de Moraes, Levi foi o chefe interino no ministério por um mês.

Entre 2020 e 2021, ele se tornou advogado-geral da União no governo Jair Bolsonaro. Com a indicação para o TSE, Levi volta a ser o braço direito de Moraes, que tem protagonizado episódios de antagonismo com o presidente da República.

Levi já estará no TSE desde a transição da gestão Fachin para a de Moraes, a partir de junho. A montagem de uma equipe de transição é obrigatória e prevista em portaria.

Depois, a previsão é de que ele comande a secretaria-geral, órgão diretamente vinculado à presidência da corte, embora não esteja descartado que se torne diretor-geral.

Na AGU, onde esteve à frente de abril de 2020 a março de 2021, Levi fez manifestações que validaram o trabalho de Alexandre de Moraes no STF. O ministro é responsável por inquéritos que investigam tanto Bolsonaro como seus aliados.

Ele, por exemplo, defendeu a continuidade do inquérito aberto para apurar a disseminação de notícias falsas e ameaças a integrantes do Supremo, o chamado inquérito das fake news.

A apuração era contestada por juristas e políticos por ter sido instaurada sem provocação da PGR (Procuradoria-Geral da República). Apesar de Bolsonaro ter feito duras críticas ao inquérito após seus apoiadores serem alvo de operação policial, Levi defendeu que a apuração prosseguisse.

Bolsonaro se irritou com atitudes de Levi, como não ter aceitado assinar ação ingressada no STF que pedia a suspensão de decretos publicados pelos governos do Distrito Federal, da Bahia e do Rio Grande do Sul com medidas de restrição para o combate do coronavírus.

O presidente da República e Levi também entraram em confronto na decisão do presidente de recorrer ao Supremo contra a suspensão da posse de Alexandre Ramagem para o cargo de diretor-geral da Polícia Federal. Na época, o presidente desautorizou o ministro e disse que quem mandava era ele.

Já o juiz Marco Antonio Martin Vargas é oriundo do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Vargas é mais conhecido pela sua atuação na Justiça Eleitoral em São Paulo, sobretudo por ser o responsável pelas decisões dos inquéritos da chamada Lava Jato Eleitoral, que em 2020 movimentou a política paulista.

À época, o juiz acolheu denúncias do Ministério Público de São Paulo e tornou réus o ex-governador Geraldo Alckmin (ex-PSDB) e o ex-presidente da Fiesp (federação de indústrias do estado) Paulo Skaf.

Também foi ele quem autorizou as buscas e apreensões da Polícia Federal nos gabinetes e em endereços ligados ao senador José Serra (PSDB) e ao deputado Paulinho da Força (Solidariedade) — a ação sobre o tucano acabou barrada pelo então presidente do STF, Dias Toffoli.

Vargas é um defensor da Lei da Ficha Limpa, crítico recorrente do uso de caixa dois eleitoral por políticos e da obligarquização dos partidos.

O juiz está desde 2020 auxiliando o TSE, na gestão de Luís Roberto Barroso, sobretudo em questões relativas a desinformação e fake news.

Com a transferência da gestão para Fachin, ele passou a auxiliar Moraes em seu gabinete, trabalho que terá continuidade até a gestão do ministro.

Soldado ucraniano deixa prédio atingido por bombardeio russo em Kiev Aris Messinis/AFP

Guerra na Ucrânia coloca era Vladimir Putin na Rússia em uma encruzilhada

Vitória militar pode desaguar em ditadura; presidente busca mudar relação de poder com elites

Igor Gielow

SÃO PAULO A guerra de Vladimir Putin na Ucrânia colocou o reinado do czar do século 21 em uma encruzilhada de opções radicalmente divergentes, com poucos caminhos intermediários que garantam a volta da Rússia à relativa normalidade de antes do início da invasão, em 24 de fevereiro.

Putin, como coloca Sam Greene, diretor do Instituto da Rússia do King's College de Londres, luta não só uma, mas várias guerras. E o resultado daquela militar será determinante para o das subjacentes, contra as elites russas, na opinião pública em geral e entre os poucos aliados.

De forma mais ampla, a própria natureza do regime que ele começou a montar em 9 de agosto de 1999, quando assumiu o cargo de primeiro-ministro, está na balança.

Putin costuma ser pintado no Ocidente como um ditador. Há nuances sobre isso, mas que estão se perdendo com a dura repressão à oposição não consentida e à mídia nos dois últimos anos, que só fizeram exacerbar com a guerra.

O símbolo máximo do processo é a prisão de Alexei Navalni, blogueiro que organizou atos gigantes contra o Kremlin e acabou primeiro envenenado, depois detido. Hoje, aguarda julgamento que pode deixá-lo 15 anos preso, mas segue sendo visto como um "outsider" pelo russo médio.

Outros sinais abundam, como a transformação de meios de comunicação ou ONGs críticas em "agente estrangeiro", pelo recebimento de apoio do exterior, sendo assim submetidos a um regime tributário draconiano. O passo seguinte é o fechamento por "extremismo".

"O país não era uma ditadura completa", diz Mikhail, cientista político moscovita que se exilou nesta semana em Riga, na Letônia, e pede para não ter o sobrenome divulgado.

"Havia a vida do povo, a da classe média e a das elites, que mantinham uma fantasia de liberdade vigiada enquanto seu dinheiro e suas propriedades estavam bem seguros no Ocidente", afirma ele.

Isso dito, havia um resquício de imprensa livre, bem menor do que nos talvez 15 primeiros anos de poder de Putin. A anexação da Crimeia e a guerra civil na Ucrânia, em 2014, colocaram em marcha a mudança agora explícita.

"Pela primeira vez estou com medo de escrever o que penso aqui", disse a professora de inglês Irina, nome fictício, de Khabarovsk, no extremo oriente russo. O "aqui" era o aplicativo de mensagens Telegram. "Todo mundo passou a se sentir vigiado", conta ela, para então falar dos boatos que correm acerca da sanidade mental e física de Putin.

Ela então cita a lei que permite punições como até 15 anos de prisão a quem falar mal da guerra —ou mesmo a chamar desta forma. Ninguém sabe o alcance da legislação ou se ela não passará de um espantalho, mas o efeito tem sido razoável até aqui.

Um repórter de um dos veículos de imprensa ocidentais que suspenderam operações na Rússia devido à lei contou que, no dia seguinte à sanção das regras, dois policiais apareceram à sua porta e o acompanharam ao trabalho. Segundo ele, disseram que era "para sua segurança".

Mas essa erosão não parece ser definitiva para os planos de Putin, como a ausência expressiva de povo na rua devido ao medo de prisão prova. E também a eficácia de sua propaganda: de acordo com três institutos de pesquisa, estatais, diga-se, cerca de 60% dos russos aprovam a invasão.

O caldo engrossa com a elite. Putin ascendeu de uma classe chamada "siloviki", os "durões", gente egressa da KGB e dos serviços de segurança.

Área: 17.098.242 km² (duas vezes a área do Brasil)
População: 142.320.790 (pouco menos que a de Sudeste e Nordeste brasileiros somados)
PIB: US$ 1,48 trilhão (do Brasil é US$ 1,45 tri)
PIB per capita: US$ 29.812 (no Brasil é US$ 14.836)*
IDH: 52ª posição (Brasil é o 84º)

*Considerando paridade do poder de compra
Fontes: CIA World Factbook, Banco Mundial e PNUD

O presidente foi chefe do principal deles, o FSB, antes de chegar ao poder no país.

No início de seu mandato, em 2000, Putin era refém do status quo da era Boris Ieltsin, o mercurial presidente do pós-Guerra Fria, e da balbúrdia social do país. Oligarcas, nome dado a empresários monopolistas que antes ocupavam cargos na hierarquia comunista ou cresceram como empreendedores de um Estado mafioso, davam as cartas.

Putin foi atrás deles. O dono de TV Vladimir Gusinski teve de fugir, Boris Berezovski acabou enforcado de forma suspeita no Reino Unido, Mikhail Khodorkovski perdeu sua petroleira, passou dez anos na cadeia e hoje mora em Londres. Nenhum era santo, o que facilitou o serviço.

E uma nova classe de oligarcas emergiu, boa parte dela "siloviki". Como os czares, ele distribuiu o comando de setores da economia, crescentemente controlada pelo Kremlin, quando não presidências de estatais como a Rosneft (a Petrobras russa), chefiada pelo linha-dura Igor Setchin.

São essas pessoas que agora enfrentam as sanções ocidentais de forma mais direta.

Os russos comuns as sentem, mas estão tolhidos. Greene, Mikhail e outros analistas tendem a concordar que no momento as elites estão amarradas a Putin, e o presidente busca subjugá-las. Até aqui, em 22 anos de poder, o presidente jogou um jogo em que a cessão da economia a elas lhe garantia apoio, que curiosamente precisava sempre da pátina de popularidade.

Com a guerra, isso acabou. Alguns oligarcas se manifestaram contra o conflito, e o Kremlin opera para tentar edulcorar o relato da tragédia. Ainda assim, há espasmos.

Na edição de quarta (9) do "Noite com Vladimir Soloviev", popular programa da TV estatal Rússia 1, tudo parecia familiar. O anfitrião enalteceu a guerra e instou os convidados, todos Kremlin de carteirinha, a se manifestarem.

Até que dois nomes usuais, o cineasta Karen Chakhnazarov e o acadêmico Semion Bagdasarov, resolveram questionar a "operação militar especial", como Putin quer que a guerra seja chamada. O primeiro disse que não conseguia imaginar Kiev sendo atacada; o segundo falou um palavrão: "Isso é pior que o Afeganistão".

+ Indicadores de democracia na Rússia

LIBERDADE DE IMPRENSA
150º
entre 180 países; Brasil é o 111º
World Press Freedom, Repórteres Sem Fronteiras (2020)

DEMOCRACIA
124º
entre 167 países; Brasil é o 47º
Democracy Index, revista The Economist (2021)

PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO
136º
entre 180 países; Brasil é o 96º
Transparência Internacional (2021)

LIBERDADE ECONÔMICA
113º
entre 177 países; Brasil é o 133º
Economic Freedom, Heritage Foundation com The Wall Street Journal (2022)

LIBERDADE
19 pontos
de 100 possíveis, categoria 'não livre'; Brasil marca 73
Global Freedom, Freedom House (2021)

LIBERDADE NA INTERNET
30 pontos
de 100 possíveis, categoria 'não livre'; Brasil marca 64
Internet Freedom, Freedom House (2021)

DEMOCRACIA ELEITORAL
139º
entre 179 países; Brasil é o 59º
V-DEM Institute (2021)

A ocupação de dez anos da nação asiática (1979-89) terminou em trauma nacional e ajudou a encerrar a União Soviética, em 1991. Soloviev, um apresentador tão chapa-branca que teve sua "villa" na Itália tomada pelas sanções contra a guerra, tergiversou.

O programa era ao vivo, o que levou à dúvida se aquilo era uma transgressão real de propagandistas de Putin ou se foi algo combinado previamente, para manter algo que sempre existiu: a ilusão de que o dissenso é permitido com limites no poder.

Até aqui, essa elite tinha uma interdependência com Putin e tirava sua força das ligações com o Ocidente, ora cortadas. Diz Greene que ela agora está à beira de virar "assalariada e dispensável" pelo líder, que tenderá a crescer seu jugo autoritário na hipótese de uma vitória militar aceitável na Ucrânia.

Chakhnazarov questionou isso, dizendo que aliados como a China e a Índia não irão tolerar o banho de sangue. Isso para não falar em amigos mais fracos, da União Econômica Eurasiana (Belarus, Armênia, Cazaquistão e Quirguistão), que tiveram uma depreciação média de 15% em suas moedas com a guerra.

Entre eles, Putin aposta no trabalho de apoio condicional aos governos: todos enfrentaram convulsões ou guerras desde 2020, um prato cheio para teóricos da conspiração.

Como a resistência ucraniana é dura, mas parece insuficiente para derrotar a máquina de Putin, o desenho após uma eventual vitória é que importará: ocupação, fatiamento da Ucrânia ou apenas uma acomodação que permita a todos cantar vitória, mas ao Kremlin obter seu objetivo de tirar Kiev do Ocidente.

A opção da derrota, por sua vez, não deve gerar nada menos do que a implosão do acordo social da era Putin, custando assim sua cadeira ou coisa pior. Nomes para sucedê-lo são murmurados, desde o tecnocrático premiê Mikhail Michustin ao poderoso ministro Serguei Choigu (Defesa), para não falar em Setchin.

Entre algum caos e uma ditadura caminham os russos, meros 30 anos após deixarem a sombra da União Soviética. Poderá haver alternativas, mas por ora são insondáveis.

Proibidas de combater até 2017, ucranianas hoje lutam no front

Voluntárias de 2014 abriram caminho para que mulheres sejam 15% do Exército

Flávia Mantovani

SÃO PAULO Quando lutou contra separatistas russos na região do Donbass em 2014, a ucraniana Andriana Susak cobria a cabeça com uma balaclava para esconder seu gênero, já que mulheres estavam proibidas de combater. Hoje oficial do Exército, ela exibe abertamente nas redes sociais o uniforme camuflado cheio de insígnias —e posta como homenagem fotos de outras militares que não têm medo de mostrar o rosto.

Até 2016, as Forças Armadas da Ucrânia não aceitavam mulheres em posições de combate, pois eram regidas por leis da era soviética, que proibiam a elas funções que afetassem a saúde reprodutiva.

No Donbass, Susak se registrou como costureira, mas desafiou os comandantes e foi para a linha de frente. Quando engravidou, em 2015, permaneceu nas trincheiras até os cinco meses de gestação.

Ela é uma das retratadas no documentário "Batalhão Invisível" (2017), sobre seis pioneiras que lutaram no leste da Ucrânia, registrando-se como cozinheiras, secretárias e enfermeiras. Dirigido por três mulheres, o filme foi parte de uma campanha que contribuiu para que a Ucrânia passasse a permitir, em 2016, o alistamento feminino em 62 posições de combate.

Hoje, elas são ao menos 32 mil, de acordo com números do fim de 2021, ou 15% de todo o Exército ucraniano — proporção aparentemente maior do que a dos oponentes russos; em maio de 2020, o ministro da Defesa de Moscou disse que havia 41 mil mulheres alistadas, 4,2% do total.

O perfil das mulheres nas Forças Armadas de Kiev é variado, segundo Anastasiia Banit, do Instituto para Programas de Gênero, responsável pelo filme "Batalhão Invisível".

"Quando a Rússia atacou a Ucrânia em 2014, nosso Exército não estava pronto. Por isso muitas pessoas comuns que não tinham nada a ver com a esfera militar, mulheres também, ingressaram", diz.

"Havia jovens e velhas, com experiências profissionais extraordinárias em tempos de paz ou sem experiência nenhuma, com filhos e sem, casadas e solteiras. Estamos aqui para dar apoio a todas."

Segundo ela, nos últimos seis anos, o contingente feminino dobrou. Mudanças na legislação, impulsionadas pelos movimentos de veteranas, contribuíram para tanto.

Em 2018, foi aprovada uma lei que garante às mulheres direitos iguais nas Forças Armadas. Em 2019, elas passaram a poder estudar em academias militares, e aquelas que lutaram no leste ucraniano em 2014 foram reconhecidas como veteranas, com acesso a benefícios sociais.

Hoje, algumas bases militares possuem consultoras de gênero, que tentam implementar políticas de equidade. Mas casos de discriminação persistem: em agosto, o Ministério da Defesa queria que as mulheres marchassem em um desfile de salto alto. Parlamentares de oposição e grupos feministas protestaram.

"Os saltos sempre foram incluídos nos uniformes militares, mas só agora vemos que as pessoas começam a entender como elementos estereotipados são desnecessários", diz Banit. "Elas enfrentam o sexismo por parte de chefes e companheiros, às vezes da família. Tivemos avanços, mas livrar-se de preconceitos em uma esfera tão masculina é uma longa jornada."

Segundo ela, até recentemente a ONG vinha trabalhando para prevenir a violência sexual no Exército, com a criação, por exemplo, de um atendimento virtual para apoio psicológico e denúncias. Hoje, a equipe lida com necessidades mais emergenciais, que surgiram após a invasão russa do fim de fevereiro.

No fim de 2021, quando a Rússia começou a mobilizar tropas na fronteira, o governo ucraniano pediu que mulheres de 18 a 60 anos se alistassem, e muitas tiveram treinamento militar. Cursos de autodefesa também passaram a ser mais procurados por civis.

A agência Reuters acompanhou uma gerente de construtora de 44 anos e uma estudante de direito de 23 que passavam os fins de semana aprendendo tiro, artes marciais e primeiros socorros na cidade de Kharkiv. Segundo o instrutor, a demanda pelas aulas crescia a cada novo indício de agressão russa.

Primeira voluntária a ser contratada como militar na Ucrânia, em 2017, a tenente Irina Sergueieva hoje treina novos combatentes em uma garagem em Kiev. Em entrevista à AFP, ela contou que, nos primeiros dias após a invasão russa, muitas mulheres —e homens— se ofereceram para pegar em armas, mas sem entender de fato o que teriam que enfrentar. "Percebi que muitas estavam romantizando tudo isso", afirmou, complementando que teve que dizer a algumas delas, "gentilmente", que 'você pode não ser preparada'."

Em um conflito marcado pela forte propaganda nas redes sociais de ambos os lados, mulheres também têm sido exibidas como heroínas em posts. A primeira-dama ucraniana, Olena Zelenska, homenageou-as com a foto de uma militar em uma trincheira, em sua conta com 2,5 milhões de seguidores no Instagram.

"Antes da guerra, escrevi que a Ucrânia tem 2 milhões de mulheres a mais do que homens. Essa estatística agora assumiu um significado novo, porque mostra que nossa oposição também tem um rosto feminino", escreveu.

Outro exemplo é o vídeo-selfie de uma soldado não identificada que viralizou no Twitter. Caminhando, com a luz do sol ao fundo, ela se emociona e diz: "Ainda estou viva, o sol está brilhando, os pássaros estão cantando. Tudo vai ficar bem. Longa vida à Ucrânia".

A comoção gerou também notícias falsas, como a de que a miss Ucrânia Anastasiia Lenna teria se juntado ao Exército para lutar contra os russos. O boato ganhou força quando viralizou uma foto que ela publicou nas redes segurando uma arma. Depois, ela própria postou um vídeo esclarecendo que a arma era de airsoft.

"Não sou uma militar. Sou apenas uma mulher, um ser humano normal", disse, acrescentando que a intenção era "inspirar as pessoas" e "mostrar que as ucranianas são fortes, confiantes e poderosas".

Para Anastasiia Banit, o melhor Exército é aquele "com profissionais que realmente querem proteger seu país e sabem o que estão fazendo", independentemente do gênero. "Cortar as mulheres desse campo significa diminuir o número de membros potencialmente habilidosos e valiosos. O Exército que inclui mulheres é a única maneira que um Exército deveria ser."

> Cortar as mulheres desse campo significa diminuir o número de membros potencialmente habilidosos e valiosos. O Exército que inclui mulheres é a única maneira que um Exército deveria ser
>
> **Anastasiia Banit**
> do Instituto para Programas de Gênero

> Antes da guerra, escrevi que a Ucrânia tem 2 milhões de mulheres a mais do que homens. Essa estatística agora assumiu um significado novo, porque mostra que nossa oposição também tem um rosto feminino
>
> **Olena Zelenska**
> primeira-dama da Ucrânia, em postagem no Instagram

Irina Sergueieva, uma das voluntárias pioneiras a entrar nas Forças Armadas ucranianas, segura arma em garagem convertida em centro de treinamento em Kiev Serguei Supinski - 11.mar.22/AFP

Rússia ameaça atacar envio de armas dos EUA para a Ucrânia

SÃO PAULO E LVIV | REUTERS E AFP As garantias de segurança exigidas pela Rússia nos meses que precederam a invasão da Ucrânia já não têm mais valor, afirmou neste sábado (12) o vice-chanceler Serguei Riabkov.

Enquanto a guerra era apenas uma ameaça, o Kremlin pedia a garantia de que antigas repúblicas soviéticas como Ucrânia, Geórgia e Moldova não integrariam a Otan e a retirada de tropas da aliança militar de países ex-comunistas, freando a presença nas vizinhanças russas.

"A questão agora é alcançar a implementação dos objetivos de nossos líderes", disse ele, referindo-se à "desmilitarização" da Ucrânia exigida pelo Kremlin. "Se os americanos estiverem dispostos, podemos, é claro, retomar o diálogo", acrescentou, afirmando que Moscou estava aberta a discutir acordos para limitar os arsenais nucleares. "Tudo depende de Washington", afirmou.

Em entrevista à TV russa, Riabkov disse ainda que alertou os EUA de que as tropas russas podem atacar o envio de armas para a Ucrânia. "Alertamos que a entrega de armas que estão orquestrando de uma série de países não é apenas um ato perigoso. Transforma, também, esses comboios em alvos legítimos", disse, citando particularmente sistemas de defesa aérea portáteis e sistemas de mísseis antitanque.

Após uma aparente desaceleração da ofensiva russa, o governo da Ucrânia afirmou neste sábado esperar uma nova onda de ataques em Kiev, na cidade de Kharkiv e no Donbass, região na qual estão localizados separatistas pró-Moscou reconhecidos como independentes pelo presidente Vladimir Putin.

A fala de Oleksi Arestovich, conselheiro do chefe de gabinete do líder ucraniano, Volodimir Zelenski, vem acompanhada da aproximação da capital por parte das tropas russas, a 25 km do centro de Kiev, além de cerco e bombardeio a diversas outras cidades, de acordo com o Ministério da Defesa do Reino Unido.

Ainda assim, a vice-primeira-ministra da Ucrânia, Irina Verechtchuk, afirmou que mais de 13 mil pessoas conseguiram, neste sábado, deixar locais atacados, como os arredores de Kiev e as cidades de Sumi e Mariupol, onde, de acordo com a chancelaria ucraniana, uma mesquita com mais de 80 adultos e crianças teria sido bombardeada.

O presidente da associação da mesquita do sultão Soliman, Ismail Hacioglu, no entanto, desmentiu a afirmação feita pelo governo e negou que o local, que segundo ele abrigava 30 cidadãos turcos, tenha sido atingido.

Hacioglu contou que a associação tentou retirar o grupo em quatro ocasiões, sem sucesso. Um dos envolvidos nas operações de saída também desmentiu as declarações do ministério ucraniano, e a chancelaria da Turquia, ouvida pela agência AFP, disse não ter informações do caso.

Também neste sábado, o presidente francês, Emmanuel Macron, e o premiê alemão, Olaf Scholz, voltaram a falar com o líder russo e pediram cessar-fogo imediato. A Presidência da França, porém, afirmou que Putin "não demonstrou desejo de acabar a guerra".

O Kremlin, por sua vez, disse que o presidente russo informou os colegas "o estado das negociações" e "respondeu às preocupação sobre a situação humanitária".

No mesmo dia, o presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, afirmou que também falou com os líderes europeus e que pediu pressão para libertar o prefeito de Melitopol, que segundo a CNN já teria sido substituído por um russo.

O presidente francês, Emmanuel Macron, à frente, à dir., conversa com o chefe do Conselho Europeu, Charles Michel, seguidos por líderes da UE no Palácio de Versalhes Ludovic Marin - 10.mar.22/AFP

Guerra no Leste Europeu racha G20 e contrapõe países ricos e emergentes

Brasil integra resistência a EUA e europeus, que querem adotar declarações contra Rússia no grupo

Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA A guerra na Ucrânia abriu um racha entre as potências ocidentais e os países emergentes no G20 —grupo das maiores economias do mundo— e já faz negociadores dos Estados-membros colocarem em dúvida a viabilidade da cúpula de líderes de novembro, na Indonésia.

Interlocutores de diferentes governos ressaltam que, caso o conflito se prolongue pelos próximos meses, será inviável que o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e aliados europeus se disponham a viajar para a ilha de Bali caso o líder russo Vladimir Putin ou outras autoridades de Moscou estejam entre os convidados.

A última cúpula do G20 foi realizada no final do ano passado, em Roma, com a presença do brasileiro Jair Bolsonaro (PL). Putin não participou presencialmente, por evitar deslocamentos internacionais em meio a preocupações ligadas à disseminação do coronavírus. Ele enviou uma mensagem gravada.

A divisão na organização ficou evidente em uma recente reunião técnica, no final de fevereiro, convocada pela Indonésia. O encontro ocorreu entre os chamados sherpas, diplomatas que conduzem anualmente os trabalhos do grupo até a realização da reunião de chefes de Estado.

A ideia de Jacarta era que a videoconferência de sherpas passasse ao largo da guerra na Ucrânia, com o diálogo centrado na agenda de cooperação lançada pela presidência rotativa —sob o lema de uma recuperação econômica pós-pandemia. No entanto, as delegações dos EUA e de europeus defenderam que o G20 tomasse uma série de ações contra a invasão russa.

Primeiro, pediram que o grupo condenasse em termos duros a agressão de Moscou, argumentando que o colegiado deveria emitir uma declaração conjunta ratificando recente resolução da Assembleia-Geral da ONU com críticas à operação militar. Também pressionaram por apoio ao pacote de sanções contra Putin, figuras-chaves do regime e a economia do país.

O argumento central era o de que o G20 não pode seguir com sua agenda de trabalho e ignorar a crise no Leste Europeu, numa ofensiva diplomática que integra um esforço de governos ocidentais para promover, em diferentes organizações internacionais, a estratégia de isolamento total contra o presidente russo.

Entre as nações que endossaram essa postura na reunião de sherpas estavam Alemanha, França, Itália, Reino Unido e Canadá, além da delegação que representa a União Europeia. A ação dos países ricos, no entanto, rachou os membros do G20. Os emergentes não embarcaram.

O grupo das maiores economias do mundo não tem secretariado ou estrutura própria —todas as decisões precisam ser adotadas por consenso.

A reação mais enérgica, como era de se esperar, veio dos diplomatas russos. Eles alegaram que a posição do Ocidente demonstrava parcialidade e afirmaram que, como membros plenos do G20, vetariam qualquer esboço de declaração contra o governo Putin.

A divisão, porém, foi além da delegação de Moscou. Diplomatas de China, Índia, Arábia Saudita e Turquia afirmaram que o G20 não é o fórum adequado para debates sobre questões de geopolítica e que a organização deveria permanecer centrada em assuntos da economia global —o Brasil se alinhou a esses países.

Questionado sobre o tema, o Itamaraty afirmou que, na reunião técnica, o embaixador Sarquis José Buainain Sarquis "defendeu que o G20 se mantenha focado em seu objetivo de diálogo e cooperação econômica, financeira e de desenvolvimento, levando adiante seus trabalhos na matéria".

O diplomata brasileiro, ainda segundo a pasta, disse durante o encontro que a posição brasileira sobre o conflito tem sido manifestada no Conselho de Segurança e na Assembleia-Geral da ONU. "[Sarquis] acrescentou que o Brasil tem apoiado não só o fim imediato das hostilidades, mas também a construção de uma paz duradoura."

Nas Nações Unidas, o Brasil votou a favor de resoluções que condenam a ação militar da Rússia contra a Ucrânia. Mas o país também tem registrado em suas manifestações o descontentamento com o teor dos textos, considerados pouco equilibrados e, por vezes, pouco construtivos na hostilidade a Moscou.

Sob condição de anonimato, interlocutores ouvidos pela **Folha** ressaltam que o Brasil resiste à tentativa de EUA e aliados de usar diferentes fóruns internacionais para criticar a ofensiva militar do Kremlin. Na visão brasileira, assuntos de paz e segurança deveriam ficar concentrados no Conselho de Segurança —onde o país cumpre mandato temporário— ou na Assembleia-Geral da ONU.

O descontentamento ficou evidente no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, no qual o país foi favorável à criação de uma comissão internacional de inquérito sobre violações a direitos humanos na invasão. O chefe da delegação brasileira em Genebra, Tovar da Silva Nunes, disse ao votar em 4 de março que o Brasil defendia um "projeto mais equilibrado".

O caso do G20 seguiria a mesma lógica: trata-se de um fórum de cooperação econômica que, pelos interesses dissonantes de seus membros em assuntos políticos, dificilmente consegue alcançar consensos em assuntos de segurança internacional.

À **Folha** o Itamaraty disse que, ao longo dos anos, o escopo do grupo se expandiu para além da "cooperação econômica, comercial e financeira, englobando temas relacionados ao desenvolvimento sustentável". Mas ressaltou que, "tradicionalmente, temas políticos, especialmente os de paz e segurança, não são tratados no âmbito do G20".

Negociadores de países emergentes no colegiado temem que a ofensiva americana e europeia bloqueie as discussões em 2022. Eles dizem ainda que não está descartado um cenário em que, com a persistência da crise, seja articulada uma forma de tentar excluir a Rússia do G20, como foi feito no G8 em 2014, em razão da anexação da Crimeia (o grupo virou o que é hoje o G7). A retaliação, porém, poderia ter o condão de aprofundar ainda mais a cisão.

Quem integra o G20 hoje

- África do Sul
- Argentina*
- Brasil*
- Canadá*
- EUA*
- México*
- China
- Japão*
- Coreia do Sul*
- Índia
- Indonésia*
- Arábia Saudita*
- Turquia*
- União Europeia
- Alemanha*
- França*
- Itália*
- Reino Unido*
- Rússia
- Austrália*

*Votaram a favor de resolução da Assembleia-Geral da ONU condenando a invasão russa da Ucrânia
África do Sul, China a Índia se abstiveram, e a Rússia votou contra; a União Europeia é um bloco que não integra a ONU

Brasil tenta entrar em centro de defesa cibernética ligado à Otan

BRASÍLIA O governo Jair Bolsonaro (PL) está tentando se associar a um centro de defesa cibernética credenciado pela Otan. A aliança militar ocidental liderada pelos Estados Unidos está no centro dos motivos alegados pela Rússia para a guerra na Ucrânia.

No ano passado, o Brasil instruiu suas embaixadas em países-membros do CCDCOE (Centro de Excelência de Defesa Cibernética Cooperativa, na sigla em inglês) a consultar os respectivos governos anfitriões se uma candidatura do Brasil seria bem aceita.

De acordo com interlocutores do Itamaraty, embora tenha recebido algumas respostas positivas de nações vistas como centrais na organização, a totalidade dos integrantes plenos ainda não respondeu aos acenos brasileiros.

Especialistas ouvidos pela **Folha** disseram, sob condição de anonimato, que a demora de alguns membros do CCDCOE em enviar uma resposta mostra resistência ao pleito. Mas integrantes do governo envolvidos nas tratativas negam que haja oposição a uma possível candidatura do país.

É preciso unanimidade dos sócios plenos do centro para que um país possa ingressar. O órgão foi criado em 2008 e tem sede em Tallinn, na Estônia.

Além de acreditação da Otan, o centro tem status de organização militar internacional. O estabelecimento de uma estrutura voltada para a defesa cibernética no âmbito da aliança transatlântica ganhou força após uma série de ataques sofridos por organizações públicas e bancos estonianos, em 2007. À época, autoridades do país chegaram a sugerir que a Rússia pudesse estar por trás dessas ações hackers.

Por não ser membro da Otan, o Brasil poderia se associar ao centro em Tallinn na qualidade de "contributing partner" —ou parceiro colaborador, mesmo status conferido a parceiros como Finlândia, Suécia e Coreia do Sul. A associação plena ao centro de defesa cibernética só é permitida a países que integram a aliança militar.

Um dos principais interesses brasileiros com o movimento é ganhar amplo acesso aos exercícios de defesa cibernética, entre eles o Locked Shields (escudos fechados). Os treinamentos simulam ataques hackers contra infraestruturas críticas de um país e permitem a capacitação de pessoal especializado em estratégias de defesa e contra-ataque em ambiente digital.

Hoje, o Brasil só tem acesso a esses treinamentos se convidado por um membro do CCDCOE —o que, no caso do Locked Shields, ocorreu no passado por iniciativa de Portugal e Espanha.

No governo, existe a avaliação de que o país ainda está aquém das capacidades de segurança informática necessárias no mundo atual. A brecha não existe apenas na comparação com potências como EUA, Rússia e China, mas também em relação a europeus. Por isso, militares brasileiros que atuam no tema passaram a defender a busca de centros de excelência no exterior. Atualmente, o Exército mantém um centro de defesa cibernética no país.

O tema ganhou ainda mais relevância com a eclosão do conflito na Ucrânia, uma vez que os embates no front são acompanhados por elementos da chamada guerra híbrida: ofensivas hackers e de desinformação empreendidas contra adversários.

Entre os membros do centro de defesa cibernética da Otan estão EUA, Reino Unido, Bélgica, Itália, França, Alemanha e Turquia. Uma resistência de integrantes plenos da associação não é o único obstáculo a uma eventual candidatura do Brasil.

Interlocutores disseram à **Folha** que, com o quadro atual do Leste Europeu, a oficialização de uma candidatura só deve ocorrer após uma nova análise política. Isso porque a ligação do país a uma estrutura credenciada pela Otan poderia sinalizar apoio à aliança militar na confrontação —rompendo a posição de independência que Bolsonaro tem argumentado manter, apesar de votos contrários a Moscou no âmbito das Nações Unidas.

O conflito armado já mostrou reflexos nos trabalhos do centro. No início de março, a organização anunciou que a Ucrânia seria aceita na qualidade de parceiro colaborador.

Questionado sobre as ambições do Brasil, o Ministério das Relações Exteriores afirmou que o interesse numa associação ao centro da Otan ainda está em avaliação pelo governo. A chancelaria ressaltou, porém, que a associação ao CCDCOE possibilitaria "capacitação institucional, ao diversificar a interação com países de referência na matéria e reforçar a presença em fóruns sobre a paz e segurança internacionais no espaço cibernético".

"O Brasil participa de exercícios como o Locked Shields a convite de parceiros. Caso se torne um associado, o país poderá participar desse exercício de forma independente. O centro oferece, ainda, diversos cursos, vários deles exclusivos para os associados", disse a pasta. "[O CCDCOE] é referência global e interdisciplinar em defesa cibernética, dedicada a pesquisa, treinamento e exercícios nas vertentes de tecnologia, estratégia, operações e legislação." RDC

> O Brasil participa de exercícios do CCDCOE a convite de parceiros. Caso se torne um associado, o país poderá participar desses exercícios de forma independente. O centro oferece, ainda, diversos cursos, vários deles exclusivos para os associados
>
> **Itamaraty**
> em resposta à Folha

Ingrid Betancourt

Acordo com as Farc é só o começo de um trabalho que precisa ser feito

Ex-senadora volta a disputar Presidência da Colômbia 20 anos após sequestro por guerrilha, como candidata independente de centro

ENTREVISTA

Sylvia Colombo

BUENOS AIRES Ingrid Betancourt teve sua primeira campanha presidencial interrompida, em 2002, por um sequestro por parte das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Ficou seis anos presa na selva, até que uma operação do Exército a resgatasse. Vinte anos depois, a ex-congressista liberal volta a tentar ocupar o mesmo cargo.

Ela integraria uma coalizão de centro, mas desavenças com um integrante a afastaram da aliança, e ela concorrerá de forma independente.

As eleições, que neste domingo (13) veem a realização de prévias das principais coligações em paralelo ao pleito legislativo, são ainda muito incertas. Quem lidera as pesquisas até aqui é o esquerdista Gustavo Petro, que deve ter como competidores a ex-senadora, um nome de centro e ao menos dois da direita ligada ao ex-presidente Álvaro Uribe, hoje enfraquecida.

Betancourt divide simpatias na Colômbia. Sua história de resiliência ao suportar o cativeiro é admirada, mas há quem veja com maus olhos o fato de ela, que pertence a uma das famílias mais ricas do país, ter pedido para ser colocada na frente da fila dos que receberiam indenizações do Estado em razão dos sequestros da guerrilha hoje transformada em partido político.

*

A sra. passou seis anos sequestrada pelas Farc. Como essa experiência a transformou pessoalmente? Foi uma lição de vida, em que aprendi que nada é impossível. Passaram esse tempo me dizendo que eu morreria na selva, que eu nunca mais sairia. É difícil manter a força para não acreditar que era a verdade.

Por outro lado, a experiência trouxe a Operação Jaque [que, em julho de 2008, libertou 15 sequestrados]. Os soldados que aceitaram fazer parte dela sabiam que poderiam não sair vivos — e isso me tocou profundamente. E nos salvaram. É quase uma parábola.

E do ponto de vista político, o que mudou da Ingrid de 20 anos atrás? Creio que era uma política muito centrada em problemas paroquiais, preocupada em apontar nomes de políticos corruptos, mas olhando menos para o conjunto das coisas. Hoje tento ver os problemas do país de um modo mais global.

O fato de termos sido vistos como um país problemático por tanto tempo, devido à violência, por sermos os maiores exportadores de cocaína do planeta, não é algo que nos livraremos de um dia para o outro. Há um carma e é preciso transcendê-lo.

A Ingrid de hoje tem muito da Ingrid de mais de 20 anos atrás, porque ainda crê que o problema da corrupção é central. Mas vejo menos de uma visão personalista e mais de entender o sistema de corrupção para poder desmontá-lo.

E por onde começaria? Com a luta contra a pobreza. Com a pandemia, temos 2 milhões de colombianos que estavam na classe média e agora são pobres. As Nações Unidas nos colocam entre os países que podem sofrer sérias crises de fome nos próximos anos.

A pandemia foi um agravante, mas esse já era um problema. Pessoas deslocadas em razão de conflitos internos já somam mais de 6 milhões. Sim, eles são parte importante de uma pobreza estrutural que não conseguimos enfrentar, em que temos uma informalidade de 50%. Ou seja, em que o emprego não é um emprego.

Jhon Paz - 10.mar.22/Xinhua

Ingrid Betancourt, 60
Nascida em Bogotá, tem nacionalidade colombiana e francesa. Foi senadora nos anos 1990 pelo Partido Liberal, do qual se distanciou após fazer denúncias de corrupção interna, e hoje integra o Verde Oxígeno. Era candidata nas eleições de 2002, concorrendo contra Álvaro Uribe, mas foi sequestrada pelas Farc quando realizava campanha na área de Caguán. Ficou em cativeiro até 2008. Depois de libertada, viveu na França antes de retornar à Colômbia.

A sra. a princípio integrou a coalizão Centro Esperanza, mas resolveu abandoná-la. Por quê? A ideia de centro é uma realidade política e, ao mesmo tempo, uma frustração. Os colombianos, historicamente, localizam-se mais ao centro e hoje mais do que antes querem se libertar de ideologias extremistas.

Creio que há pessoas de grande valor nessa coalizão, como [o ex-senador] Juan Manuel Galán, filho de Luis Carlos Galán Sarmiento [ícone do liberalismo, assassinado num comício em 1989]. Ou Sergio Fajardo [ex-governador de Antioquia, responsável pela revitalização de Medellín].

Porém, nesse grupo acabou entrando alguém que, a princípio, não parecia estar vinculado a forças negativas, que é Alejandro Gaviria [ex-ministro da Saúde]. Mas logo percebi que ele começava a trazer o que chamamos de "maquinárias", estruturas de poder clientelista. Sua presença me desagradou, por isso deixei a coalizão. A "maquinária" é uma espécie de cavalo de Troia: disfarça-se de projeto político, mas dentro dela estão escondidos os que querem ganhar benefícios no governo.

A sra. é uma defensora do acordo de paz firmado com as Farc em 2016. O que é necessário fazer para implementá-lo por completo? O acordo estabelece um caminho, mas ele precisa ser percorrido — e sem vontade política isso não ocorre. Para consolidar o tratado, precisamos estender a JEP [Justiça Transicional, tribunal especial para crimes cometidos no período do conflito], porque o acordo estabelece que ela só existiria até 2028, e até lá não será possível julgar todos os crimes.

Outro ponto fundamental é uma reforma agrária que dê títulos de propriedade aos camponeses. Essa foi a razão do conflito nos anos 1960 e segue sendo hoje, porque ficou escrita no acordo, mas não se implementou. Os que trabalham a terra em setores de conflito precisam ter proteção do Estado, não podem ser extorquidos por criminosos.

Além disso, é preciso proteger a vida dos que assinaram o acordo. Não tanto a dos ex-chefões das Farc, que andam com seguranças ou estão fora do país. Mas os ex-combatentes que ficaram para reintegrar-se à sociedade. Ninguém nunca afirmou que o acordo era uma finalidade. É um começo de um trabalho, mas esse trabalho precisa ser feito.

> "Sou católica e contra o aborto. Mas como presidente jamais deixaria minhas crenças passarem por cima de decisões como essa [descriminalização decidida pela Corte Constitucional]. Vejo como um avanço dentro de uma série de direitos que ainda estão por ser trabalhados

A Corte Constitucional da Colômbia descriminalizou o aborto. Como vê essa decisão? Sou católica e, portanto, contra o aborto. Mas como presidente jamais deixaria minhas crenças passarem por cima de decisões como essa. Creio, porém, que fomos de um extremo a outro. De ter uma lei muito restritiva [aborto só no caso de estupros, má formação do feto e risco de morte da mãe] a uma com o prazo muito estendido, 24 semanas. Seria melhor se seguíssemos o que ocorre em outros países, entre 12 e 14 semanas.

Mas eu vejo como um avanço dentro de uma série de direitos que ainda estão por ser trabalhados. Não protegemos as mulheres, não damos as mesmas oportunidades. As questões de direitos reprodutivos estão nesse contexto, mas eu gostaria de abordá-lo de modo mais amplo.

Colômbia renova Congresso e escolhe candidatos presidenciais

BUENOS AIRES A Colômbia vai às urnas neste domingo (13) para escolher os 280 membros do Congresso e definir, em primárias, quais serão os nomes de três das principais coligações ao pleito presidencial, que ocorre em 29 de maio.

Por ora, há 16 pré-candidatos, mas o desempenho de cada um nessa rodada e nas pesquisas pode mudar o cenário — como se deu na eleição anterior, quando o atual presidente, Iván Duque, saiu vitorioso na escolha do Centro Democrático e, para fortalecer a chapa, chamou para vice a conservadora Marta Lucía Ramírez, que pretendia concorrer por conta própria.

Os principais levantamentos hoje indicam uma vantagem da esquerda nos dois pleitos. Para a disputa do Congresso, o instituto EcoAnalítica aponta que a coalizão Pacto Histórico lidera com 38% das intenções de voto.

Depois vêm o Partido Liberal, com 14%, e o Centro Democrático (ambos mais à direita), com 12%. A coalizão de centro tem 6,5% da preferência.

Colombianos passam por cartazes de candidatos da prévia presidencial, em Bogotá Juan Barreto - 10.mar.22/AFP

Na corrida presidencial, a liderança clara é do esquerdista Gustavo Petro, que neste domingo disputa a primária do Pacto Histórico — ele tem pouco risco de derrota, já que os outros quatro pré-candidatos do grupo apresentam desempenho muito fraco nas pesquisas até aqui.

A sondagem do instituto Invamer mostra o atual senador com 44,6% das intenções de voto na eleição nacional. Caso seu nome esteja mesmo na urna, será a segunda vez que ele concorre à presidente: em 2018, ele foi derrotado por Duque no segundo turno.

Petro foi prefeito da capital do país, Bogotá, e um dos principais apoiadores do acordo de paz do Estado com as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). Ele próprio foi guerrilheiro do M-19, uma força que atuava na luta armada e que, por meio de outro tratado, entrou para a política convencional em 1990.

Outra coalizão que elege seu candidato neste domingo é a Centro Esperanza, que tem como favorito o ex-prefeito de Medellín Sergio Fajardo, conhecido pelas reformas que resgataram a cidade. O político de centro-esquerda ficou em terceiro na corrida de 2018 e, pelas sondagens atuais, teria 15% das intenções, atrás de Petro.

Fajardo disputa a indicação com o ex-ministro da Saúde Alejandro Gaviria e com o ex-senador Juan Manuel Galán — filho de Luis Carlos Galán Sarmiento, assassinado em campanha a mando de Pablo Escobar, no fim dos anos 1980.

A terceira coalizão com primárias, a Equipo por Colombia, é mais ligada à direita e deve ter como candidato outro ex-prefeito de Medellín, Federico Gutiérrez — que, apoiado por forte presença nas redes sociais, marca 10% das intenções nas pesquisas nacionais.

Analistas veem como crucial que os ganhadores dessas prévias angariem o apoio dos demais pré-candidatos e construam a unidade dentro de suas alianças, de modo a terem força para enfrentar Petro.

A urna em 29 de maio deve ter ainda outros nomes que preferiram concorrer de forma independente, sem disputar prévias. Um deles é o de Ingrid Betancourt, que já concorreu à Presidência antes — pesquisas dão a ela 6,2% das intenções.

Além dela, há o empresário Rodolfo Hernández, uma espécie de outsider da política, que tem 9,5% das preferências, e o veterano Óscar Zuluaga, que hoje marca 8%. A presença do ex-candidato presidencial, derrotado por Juan Manuel Santos em 2014, é marcante por representar o combalido governismo do Centro Democrático.

Duque tem rejeição alta, na casa de 70%, e seu grupo político sofre com o esvaziamento da figura de seu padrinho, o líder histórico da direita Álvaro Uribe. Seu estilo carismático de caudilho ainda é uma influência, mas os problemas com a Justiça — ele é alvo de processos por corrupção — vêm enfraquecendo sua imagem. Segundo o instituto Datexco, Uribe tem rejeição de 66%.

Os candidatos da direita, em geral, se opõem ao acordo de paz com as Farc e, embora tenham de dar seguimento a sua implementação por razões constitucionais, propõem a redução do alcance de alguns de seus elementos.

Caso seja necessário um segundo turno, ele será realizado em 19 de junho. Nas sondagens mais recentes, Petro venceria todos os demais candidatos.

Sua campanha agora se concentra em tentar reduzir a rejeição que ele ainda tem pelo fato de ter sido guerrilheiro. O esquerdista é o candidato que mais tem se exposto em viagens e comícios pelo país.

Edson Ikê

A Presidência enfraquecida

Quem for eleito terá dificuldades em resgatar as atribuições do Executivo

Marcos Lisboa

Presidente do Insper, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (2003-2005) e doutor em economia.

O governo Lula tratou como inimigos os principais partidos da aliança da social-democracia que apoiou FHC, enquanto negociou com o "centrão" paroquial para obter apoio no Congresso.

Truman Capote citava uma frase de Santa Teresa D'Avila: "Há mais lágrimas derramadas pelas preces atendidas do que pelas sem resposta". Nos anos 2000, o PT conseguiu o que desejava ao escolher as alianças para governar. Se ganhar uma nova eleição, vai ter que lidar com a arapuca de administrar um país dominado pela política que ajudou a construir.

Durante a Presidência de FHC, a retórica do PT tinha por objetivo denunciar as iniciativas de governo. Não havia diálogo sobre os problemas que o país enfrentava. FHC e sua base de apoio no Congresso eram adversários a ser eliminados.

Em 2003, o PT ganhou a eleição para a Presidência da República, mas não a maioria no Congresso. Os partidos da social-democracia tinham parcela relevante da Câmara dos Deputados e do Senado, assim como o PMDB. O Legislativo também era povoado por partidos pequenos dominados por interesses paroquiais.

Existiam visões divergentes no governo Lula sobre como estabelecer alianças no Legislativo. Uma parte defendeu, publicamente, um acordo com o PMDB. O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, por sua vez, preferiu negociar a agenda de reformas caso a caso, em geral contando com o apoio de parlamentares da esquerda e da social-democracia, aprovando medidas como o crédito consignado, a lei de falências e novos instrumentos de crédito.

Havia conflitos dentro do governo que chegavam, por vias tortas, à imprensa. Muitos, na contramão do Ministério da Fazenda, defendiam o resgate dos tradicionais instrumentos de concessão de subsídios e proteções para setores selecionados, semelhantes aos adotados pelo governo Geisel. A proposta da equipe econômica de focalizar parte dos gastos sociais nos mais pobres, que se tornaria o Bolsa Família, foi denunciada como "liberal" por membros do governo e intelectuais que o apoiavam.

As políticas adotadas a partir de 2006, sistematizadas por Marcos Mendes, em sua coluna do dia 26 de fevereiro, eram defendidas por boa parte do governo desde 2003. Elas começaram a ser adotadas em maior escala depois da troca da equipe econômica, em 2006.

Enquanto isso, o Planalto negociava um outro acordo. A opção foi por uma aliança com pequenos partidos e incluiu a distribuição de cargos-chaves em empresas controladas pelo governo. Muitas tinham uma governança frágil. Seus executivos frequentemente possuíam alçada individual na gestão, sendo pouco escrutinados por comitês ou órgãos de controle.

O objetivo do PT parece ter sido garantir a sua hegemonia sem ter que negociar com os grupos do Congresso interessados em deliberar sobre a agenda de política pública. Marcus Melo e Carlos Pereira documentam como Lula montou uma coalizão de governo excepcionalmente distante da preferência mediana do Legislativo. Mais importante, pouco compartilhou a gestão com seus parceiros. O partido do presidente ocupou 60% dos ministérios mesmo tendo apenas 18% das cadeiras na Câmara, optando por mecanismos heterodoxos de cooptação, como a nomeação de diretores em empresas sob a influência do Planalto.

O escândalo do mensalão revelou possíveis ilícitos na gestão de algumas dessas empresas. A investigação, contudo, acabou concentrando-se no caso da Visanet, uma empresa privada com participação do Banco do Brasil. Enquanto isso, a coalizão promovida pelo PT em troca de cargos em empresas controladas pelo governo continuou a prosperar. O resultado, anos depois, foi o "petrolão".

Após a crise de 2008, a agenda desenvolvimentista do governo Lula ganhou força. Como acontece com frequência, houve entusiasmo do setor privado, que participou da festa. Grandes projetos foram iniciados. Tentou-se transformar a Petrobras em líder mundial do seu setor e reconstruir a indústria naval no Brasil, enquanto o poder público distribuía subsídios ao investimento privado.

Os tradicionais instrumentos do desenvolvimentismo estimulam a economia a curto prazo, mas têm vida curta. Os problemas surgem alguns anos depois e são de longa duração. A maioria dos grandes projetos iniciados no segundo governo Lula fracassou. Muitos não foram concluídos, outros tantos revelaram-se ineficientes.

Depois de 2010, dois governos politicamente incompetentes, Dilma e Bolsonaro, resultaram em um enfraquecimento da Presidência da República. O Congresso, com o fortalecimento do "centrão", aprovou alterações na Constituição garantindo a "impositividade" das emendas parlamentares. No governo Bolsonaro, com a conivência do Planalto, foi recriada a emenda de relator, que, na década de 1990, esteve na origem do escândalo dos "anões do Orçamento".

Neste ano, cada parlamentar pode gastar livremente mais de R$ 20 milhões, sem ter que negociar uma agenda para o país. Se for aliado da liderança do Congresso, ele pode ter acesso a uma verba bem mais polpuda dos recursos públicos. Tudo somado, os parlamentares têm a sua disposição um valor equivalente a 74,6% do gasto com investimento do governo federal.

A pauta legislativa foi sequestrada por medidas paroquiais. A capitalização da Eletrobras obriga a construção de termoelétricas distantes tanto das regiões produtoras de gás quanto do mercado onde há carência de oferta. A folga fiscal da PEC dos Precatórios viabilizou recursos para a emenda de relator e outros benefícios para grupos de interesse, como a desoneração da folha de pagamentos para alguns setores.

A social-democracia, por sua vez, apequenou-se. Para quem acompanha os bastidores de Brasília, as discussões programáticas entre partidos tornaram-se irrelevantes. Em seu lugar, surgiu uma teia de retalhos ao redor da liderança do Congresso. Parlamentares, da esquerda à direita, incorporaram as práticas do "centrão", negociando nacos da emenda de relator e medidas para atender grupos de pressão.

A próxima eleição será um jogo com cartas marcadas. O Congresso aprovou R$ 4,9 bilhões para o Fundo Eleitoral. Esses recursos serão distribuídos pelas cúpulas partidárias aos candidatos do seu interesse. Os demais terão dificuldade para se fazer ouvir, até porque foi restringido o financiamento privado de campanhas.

O presidente a ser eleito neste ano terá dificuldades em resgatar as atribuições do Executivo. Por que parlamentares abririam mão das prerrogativas que permitem a eles distribuir recursos às suas paróquias? As condições econômicas atuais são bem mais difíceis do que as que existiam em 2003. O mesmo ocorre na política.

Houve uma aliança desperdiçada depois da eleição de 2002. Uns acreditam que o desenvolvimento passa pelos estímulos do poder público ao investimento; outros, que o governo deve priorizar a igualdade de oportunidades e garantir a concorrência no setor privado.

As diferenças não são pequenas. Em ambos os lados, contudo, há quem defenda o Estado de Direito e a necessidade de resgatar a política pública, que foi sequestrada pelo coronelismo. Na atual conjuntura, esses pontos de concordância deveriam ser suficientes para promover o diálogo.

Duas áreas da mesma plantação de soja em Paragominas (PA), com e sem fertilizantes Arquivo da produtora Renata Sa

Empresas protelam vendas de fertilizantes, e preços explodem

Cenário é de custos elevados para o produtor e comida mais cara na mesa dos brasileiros

Alexa Salomão

BRASÍLIA Os produtores brasileiros estão apreensivos com a oferta de fertilizantes. Desde que a Rússia, importante fornecedor desse insumo, invadiu a Ucrânia e passou a sofrer uma escalada de sanções, o mercado se tornou instável. Cerca de 85% dos fertilizantes consumidos no Brasil são importados. No que se refere ao potássio, a dependência é de 95%, sendo que praticamente metade disso é fornecida por Rússia e Belarus, país aliado a Vladimir Putin.

Um indicador da turbulência é o vaivém da chamada lista de preços, que retrata valores de compras e vendas entre o produtor, de um lado, e um distribuidor ou mesmo importador, do outro. Quando as empresas suspendem a lista, não há como comprar, seja à vista, seja para encomendas, em prazos de até seis meses.

Nas últimas semanas, listas de preços consultadas por produtores pelo país afora oscilaram —foram suspensas, reapresentadas com valores considerados altíssimos, e voltam a ser suspensas, numa instabilidade constante que perturba quem planta.

"A cada movimento da guerra, as listas de preços vão e voltam, com os valores sempre altos, mesmo com o dólar caindo; o mercado está volátil", afirma Décio Teixeira, presidente da Aprosoja-RS, que também planta trigo desde 1970.

"Como pode um país como o Brasil, potência no agronegócio, ter essa dependência internacional? Ficamos no oba-oba, deixando para fazer as coisas no futuro, e o futuro chegou ligeiro para nos cobrar."

O que mais preocupa é a escalada do preço. Segundo a Argus, uma das maiores agências de preços do mundo, os valores dos fertilizantes registraram aumentos expressivos desde o início do conflito envolvendo o Leste Europeu. No porto, o preço de importação do MAP, fosfatado muito utilizado no Brasil, teve alta de 35% entre 10 de fevereiro e 10 de março. No mesmo período, o preço do MAP no mercado de Rondonópolis, em Mato Grosso, subiu cerca de 30%. A ureia, por sua vez, teve aumento médio de 50%.

"Existe muita especulação no mercado, e o preço está fora das possibilidades", diz Alexandre Velho, presidente da Federarroz, entidade do setor.

"Estamos orientando o produtor a não comprar nesses patamares, mas, se não baixar, vai inviabilizar boa parte da cultura do arroz no Sul, e a oferta vai cair." O estado é o maior produtor nacional de arroz, respondendo por 70% do abastecimento doméstico.

O mesmo sentimento ocorre entre produtores de Mato Grosso do Sul. Segundo a Aprosoja-MS, o aumento do preço em relação ao segundo semestre de 2021 já chega a 39%.

Num exercício ilustrativo, a entidade calculou gastos com fertilizante no plantio da safrinha de milho neste primeiro semestre. Considerando o preço do insumo no segundo semestre de 2021, o custo com fertilizante equivale a 32 sacas por hectare. No atual patamar de preços, porém, o custo sobe para 45 sacas.

A projeção é que o produtor do estado consiga colher em média 78 sacas por hectare, sendo assim, o gasto com fertilizante agora consome mais da metade da safra, o que inviabilizaria a produção em muitas propriedades. Detalhe: na safra 2020/2021, os fertilizantes representaram 23% dos custos de produção.

Segundo o presidente da entidade, André Dobashi, cerca de 20% do fertilizante em Mato Grosso do Sul vem da Rússia. O estado precisa de alternativas rápidas para tapar o buraco, pois a grande maioria dos produtores rurais ainda não fechou a compra de fertilizantes para o cultivo da soja no final do ano, em parte devido aos preços, mas também porque já há escassez da oferta.

A falta também foi identificada pela produtora Renata Salatini, que cultiva soja em Paragominas, no Pará. Segundo ela, nem quem aceita o preço alto consegue garantir o fertilizante para a frente. Ela já vai plantar a safrinha de sorgo com um resto de fertilizante que sobrou do ano passado, mas começou a procurar e não consegue fazer encomendas para o cultivo da soja no segundo semestre.

"Até fazem a cotação, mas não dá para fechar o pedido porque na prática as vendas estão suspensas", afirma. "A ministra Tereza Cristina [da Agricultura] falou que temos estoque, mas não explicou qual é o fluxo para esse estoque chegar até a nossa mão."

O ideal para os produtores de soja é ter o fertilizante na fazenda até agosto, sendo assim, o prazo-limite para fazer a encomenda é abril. No ano passado, o pico de entregas ocorreu até antes, em julho.

Os pequenos produtores também estão sendo afetados. No cinturão verde que cultiva itens de hortifrúti para a região metropolitana de São Paulo, as revendas já alertaram produtores como Simone Silotti, presidente da CAQ (Cooperativa Agrícola de Quatinga) e fundadora do #FaçaumBemINCRÍVEL, que organiza doações de alimentos para comunidades carentes.

Segundo Simone, a informação é que os estoques estão baixos, a reposição é lenta, o preço subiu e há risco de falta. Produtora de alface hidropônica, que precisa de adubação praticamente diária, ela costuma ter estoques de 45 dias, mas depois do que ouviu vai tentar comprar o suficiente para manter a cultura por 60 dias.

Pensando no limite, já há produtores avaliando alternativas domésticas, como usar adubos orgânicos, reduzir o volume de fertilizantes químicos ou, no caso de propriedades com solos enriquecidos há mais de dez anos, plantar sem fertilizantes. A estratégia, porém, seria um último recurso, pois tende a reduzir a produtividade e exigir maior volume de fertilizantes na safra subsequente.

Segundo a Anda (Associação Nacional para Difusão de Adubos), as empresas têm estoques para três meses de vendas, até maio, contando o que já está no país. Há um esforço do governo em atuar na busca de alternativas. A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, viajou em missão diplomática ao Canadá, maior produtor mundial de potássio, para reforçar o interesse do Brasil em garantir o insumo.

Então, a instabilidade na oferta e nos preços não viria da falta de produto, mas do cenário incerto: ninguém sabe quando e por quanto será possível repor a falta dos produtos do Leste Europeu. Procurada para comentar a situação do setor, a Anda não havia respondido até a publicação deste texto.

"O mercado está estupefato, esperando", afirma o ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues. "Não há garantia de transporte na região da guerra, e, se conseguir retirar o fertilizante, não se sabe como finalizar o pagamento." Ele lembra que o mercado de fertilizantes vem sofrendo desde o início da pandemia, quando ocorreu uma ruptura na cadeia de logística marítima. A guerra é um segundo golpe.

"Nos últimos dois anos, durante a pandemia, o preço subiu quase 250%", diz Marcos Jank, professor de Agronegócio Global do Insper. "Estamos recebendo fertilizantes nos portos, a normalização é questão de tempo, mas o custo de produção já aumentou."

A lista de produtos cujo plantio depende de fertilizantes mais caros no segundo semestre inclui itens essenciais para as exportações do agronegócio, para a economia nacional e para o prato dos brasileiros: soja, arroz, feijão e parte do milho, matéria-prima também para a ração de frangos e suínos. Jank lembra que existem ainda as culturas perenes, que também demanda adubação periódica, como café e laranja.

O agrônomo Xico Graziano, que ocupou vários cargos públicos ligados à agricultura e ao meio ambiente, lembra que o mercado de fertilizantes é privado. "Quem compra e vende fertilizantes são as empresas, e são elas que vão reorganizar a oferta global", afirma. "Mas o preço do produto vai lá para cima, e vamos ter comida mais cara."

O mercado financeiro já está contabilizando os efeitos da guerra sobre alimentos básicos, não apenas pela questão do insumo mas também pelo risco de quebra na oferta de alguns deles. Rússia e Ucrânia são importantes produtores de trigo e milho. Na Bolsa de Chicago, a matéria-prima do pão e do macarrão, por exemplo, já acumula alta de 42% neste ano.

Colaborou Clayton Castelani

Pressão dos preços

Guerra envolvendo Ucrânia e Rússia pressiona o valor de alimentos básicos

Variação da cotação, em US$

Parte do aumento reflete a alta no custo de produção provocado por redução na oferta de fertilizantes, insumo que o Brasil precisa importar cada vez mais

Brasil se tornou o maior importador de fertilizantes do mundo

*Até novembro de 2021
Fontes: Bloomberg e Insper Agro Global, com base em dados da Anda e da UnCombrade (2022)

PAINEL S.A. | *Joana Cunha*

painelsa@grupofolha.com.br

John Rodgerson

Teremos menos voos com esse aumento no preço do combustível

SÃO PAULO John Rodgerson, presidente da Azul, afirma que a equipe da companhia já começou a analisar os ajustes que serão necessários para adequar a malha área ao novo preço do combustível.

"Vai ter menos voos. Em vez de voar para uma cidade sete dias na semana, talvez dê três dias", diz Rodgerson.

*

A Abear (associação de companhias aéreas que reúne Latam e Gol) disse na semana passada que a disparada do petróleo impacta principalmente as rotas dos mercados regionais. Como o mercado da Azul é pulverizado no Brasil, qual tem sido o reflexo para vocês? Toda empresa tem rotas que são mais rentáveis ou menos. E algumas que perdem dinheiro. Com o aumento do combustível, algumas rotas não são viáveis.

O que vai acontecer, a princípio, é ter que cortar alguns voos, cortar algumas frequências. Tem que ajustar à capacidade do mercado.

O que é triste é que nós estamos em um momento bom de retomada no Brasil. E um pico alto do combustível impacta a malha aérea. Então, vai ter menos voos.

Em vez de voar para uma cidade sete dias na semana, talvez dê três dias na semana. Talvez alguma cidade que tenha três frequências por dia possa ser reduzida para duas. Isso que é preciso gerenciar neste momento.

Alguns destinos dentre aqueles mais longínquos que a Azul atende podem ser prejudicados? Claro. Temos que olhar o preço do combustível. O Congresso tem trabalhado em medidas para reduzir o impacto. E estamos olhando todos os dias. A coisa boa é que tem algum tempo para se preparar. A gente não está pagando aquele preço hoje. Vamos pagar no próximo mês.

O que o nosso time está fazendo neste momento é ajustar a malha conforme o novo preço do combustível.

Antes da pandemia, a Azul vinha fazendo um movimento de expansão no mercado de voos internacionais, mas depois parou. Neste momento em que as consequências da guerra devem atingir o segmento de voos internacionais com mais força, é melhor permanecer fora dele? Nós temos mais de 800 voos domésticos todos os dias e menos de dez fora do país. Em um momento como este, o custo de combustível aumenta conforme o tempo de voo.

Imagine um voo para a Europa. É bem caro agora por causa do combustível. Por isso, estamos felizes em termos focado muito na malha doméstica.

Temos 30 cidades a mais servidas hoje do que em 2019. O que nós fizemos foi mudar o nosso foco, com menos internacional e muito mais doméstico. Isso tem ajudado neste momento de crise, de alta do dólar e do combustível.

Vocês tinham alguma pretensão de voltar a expandir o internacional em algum momento? E se ainda tinham, esse projeto fica para depois? A gente quer continuar focando em Portugal e Flórida. Enquanto ainda é preciso fazer teste de Covid e com o dólar onde está, eu acho que vai ser mais tímido no curto prazo.

Mas com certeza, se você olhar para os próximos anos, a gente voltará a estes mercados com um pouco mais de força, mas neste momento a gente está focando muito mais no Brasil. O que eu acho que é bom para o país também.

No debate das medidas para aliviar a pressão provocada pela guerra no custo do combustível, houve a discussão sobre alíquota única do ICMS para o querosene de aviação. Essa medida, que não foi aprovada no caso do combustível de avião, não tinha consenso entre as diferentes aéreas brasileiras. Para a Azul ela inviabilizaria o negócio? Nós servimos muitas comunidades muito pequenas. A gente serve cem cidades a mais do que os nossos concorrentes. E muitas, em vários estados, são servidas porque o governador reduz o ICMS no estado para ter mais voos. Isso é benéfico. Não é como construir uma fábrica em São Paulo ou em Minas. Na aviação, você pode estar em todos os estados ao mesmo tempo.

É isso que a Azul faz no Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco, Amazonas, Minas, todos os lugares. Para nós, há outras medidas. Se eles fizessem isso [unificação do ICMS] ia reduzir a malha regional do país. Não seria ruim para os nossos concorrentes, mas seria ruim para muitas cidades e muitas pessoas no país.

Os custos no Brasil já estão altos. Então, isso ia aumentar os custos e tirar mais serviços do Brasil. Se sentar e pensar, ninguém quer isso. E o Congresso entendeu.

Eu não sou contra nivelar o ICMS. Eu sou contra nivelar nesta indústria porque isso tiraria voos.

Eu estou feliz com o projeto de lei que passou na quinta-feira no Congresso, porque ajuda os estados a não terem guerra fiscal. Mas na nossa indústria é diferente, porque os nossos ativos, as nossas fábricas, voam, literalmente.

Como nasceu a ideia daquela ação da Azul de criar um voo fictício para enviar recursos para a Ucrânia? Nós estávamos em uma reunião e todo mundo preocupado com o que está acontecendo no mundo. Nossos funcionários queriam fazer alguma coisa. Nosso time teve essa ideia e falamos com a Cruz Vermelha.

As pessoas podem comprar uma passagem [nesse voo fictício] pagando de R$ 10 a R$ 250, e o recurso é enviado como doação. Fizemos com o nosso sistema de vendas, que acumula pontos no programa Tudo Azul.

Daqui a muitos anos, elas poderão dizer para os seus netos que fizeram um voo para ajudar, de alguma forma.

Raio-X

Diretor-presidente da Azul, foi diretor vice-presidente financeiro e de relações com investidores e trabalhou no plano de negócios original para criação da companhia. Foi um dos membros fundadores da equipe. Antes, trabalhou na JetBlue Airways e na IBM Global Services. É graduado em finanças pela Brigham Young University

Guerra deixa clara a forte dependência brasileira no setor de fertilizantes

País não conseguirá reduzir necessidade imediata de importação, mas precisa colocar em prática planejamento estratégico

ANÁLISE
GUERRA NA UCRÂNIA

Claudia Cheron König, Camila Dias de Sá e Marcos S. Jank

König é pesquisadora do Insper Agro Global; Dias de Sá é pesquisadora do Insper Agro Global; Jank é professor de Agronegócio Global do Insper e coordenador do Insper Agro Global

Trabalhador mostra adubo usado em plantação de soja Adriano Machado/Reuters

A guerra entre a Rússia e a Ucrânia deixou clara a forte dependência do agronegócio brasileiro em relação a fertilizantes importados.

O Brasil, com um consumo de 8,3% da produção global, fica atrás apenas da China (24%), da Índia (14,6%) e dos Estados Unidos (10,3%). Juntos, esses quatro países representam quase 60% do consumo mundial, mas das quatro nações apenas o Brasil tem produção doméstica de baixa relevância, o que coloca o país na sensível posição de maior importador de fertilizantes do mundo.

A velocidade de crescimento da demanda brasileira —ampliada com a ocorrência de duas a três safras sobre a mesma área agrícola e com o aumento de áreas cultivadas por meio da chamada integração lavoura-pecuária (ILP)— superou a taxa de crescimento mundial, e seu atendimento ocorreu, em geral, por meio do aumento de importações. Atualmente, cerca de 85% dos fertilizantes consumidos no Brasil têm origem estrangeira, uma dependência externa que tem se elevado conforme aumenta a demanda por insumos agrícolas.

A dependência das importações de fertilizantes pelo Brasil há anos tem provocado um debate sobre novas políticas públicas e privadas para aprimorar o funcionamento desse mercado.

O grande volume de importação deixa os custos das atividades agrícolas excessivamente vulneráveis às oscilações cambiais e às possibilidades de interrupções de fornecimento —é o caso da atual conjuntura. No entanto, o baixo custo de importação e o fornecimento regular —pelo menos até o momento— sempre desincentivaram maiores investimentos privados.

Outro elemento que cabe destacar é o fato de a demanda brasileira estar concentrada no segundo semestre, o que possibilita relativo poder de barganha ao país na aquisição contracíclica internacional dos insumos, tornando os investimentos privados ainda menos atrativos. Também não havia até então visão mais estratégica de longo prazo, com a consolidação de um plano nacional para fertilizantes.

Ainda em 2021, o forte aumento dos preços dos fertilizantes, aliado à dependência externa, acendeu o sinal amarelo para o setor, em consequência da crise energética vivenciada na Europa e na China. Essa crise foi decorrente do aumento do preço do gás natural, matéria fundamental para a produção de fertilizantes nitrogenados, além da pressão ambiental, principalmente na China, maior consumidor de carvão do mundo. Com o intuito de atender às suas metas ambientais, o governo do país asiático aumentou o preço da eletricidade, o que levou à redução da produção de insumos agrícolas, e ao consequente aumento de preços, além de uma restrição às exportações para garantir o consumo interno. Logo, preços elevados para a safra 2022/2023 já eram aguardados. Com a eclosão da guerra, o alerta passou para vermelho, criando uma situação ainda mais complexa, não apenas com impacto nos preços, mas também com o risco de fornecimento.

[...]

O grande volume de importação deixa os custos das atividades agrícolas excessivamente vulneráveis às oscilações cambiais e às possibilidades de interrupções de fornecimento —é o caso da atual conjuntura

A Rússia é o segundo produtor mundial de potássio, respondendo por cerca de 20% da produção global. É o segundo produtor de fertilizantes nitrogenados (com 10% de participação) e o quarto de fertilizantes fosfatados (7%) [1]. Em termos gerais, representa quase 13% do comércio global dos principais intermediários (amônia, rocha fosfática, enxofre) e quase 16% dos acabados. Em 2021, respondeu por 23% das importações de fertilizantes feitas pelo Brasil, superando a China, países do Oriente Médio, Marrocos, Belarus e Canadá [2].

Tudo indica que a interrupção do comércio com a Rússia, ocasionada pelos embargos impostos pelo Ocidente, terá impacto na disponibilidade global de fertilizantes. Além da dificuldade russa de negociar e realizar pagamentos com parceiros externos, soma-se a ruptura logística da cadeia de fertilizantes ocasionada pelo conflito, já que parte significativa das exportações é feita pelo Mar Negro, região considerada zona de guerra em virtude do risco para as embarcações.

Um planejamento estratégico com visão de longo prazo para o setor de fertilizantes já é demanda antiga no Brasil. No Plano Nacional de Fertilizantes, a meta principal é reduzir a necessidade de importação de adubos para cerca de 60% do consumo em 30 anos.

Ou seja, não se trata de um plano que poderá ser executado a curto prazo, uma vez que envolve outros setores, com destaque para a mineração e o setor energético no caso dos fertilizantes nitrogenados. Tal plano acarretará propostas legislativas para facilitar a produção de fertilizantes no país, regras de licenciamento ambiental para a exploração de jazidas e necessidade de permissão para a extração dos minerais em terras indígenas. Portanto, trata-se de um cenário complexo de longo prazo envolto em temas cada vez mais sensíveis à pressão da sociedade civil organizada, tanto dentro como fora do país.

A situação é grave, contudo ainda é cedo para prever impactos concretos no setor. Segundo a Anda (Associação Nacional para Difusão de Adubos), o Brasil possui atualmente um estoque de fertilizantes para os próximos três meses, e o governo vem buscando alternativas para substituir as importações da Rússia no curto prazo. A ministra Tereza Cristina esteve em negociações com o Irã e o Canadá, voltando com propostas concretas de aumento de importação desses países, além da possibilidade de aumentar a importação de países como o Marrocos e o Chile.

No caso dos fertilizantes nitrogenados, os Estados Unidos e outros países do Oriente Médio e Norte da África se configuram como alternativas ao fornecimento russo. Além do Irã, Egito, Arábia Saudita, Qatar e Argélia também são fornecedores potenciais. Para os potássicos, Israel e Jordânia são alternativas. A China, principal parceiro comercial brasileiro em soja e outras commodities, também está no jogo da oferta. Portanto, mais do que nunca, é importante a manutenção da boa diplomacia nas negociações com potenciais fornecedores.

A redução da dependência não ocorrerá a curto prazo, mas é prioritário que esse planejamento seja levado a cabo com seriedade, mesmo quando a fase mais aguda da crise passar. Uma política agrícola sobre o tema deve também considerar instrumentos de incentivo a práticas agrícolas sustentáveis e regenerativas e a utilização de bioinsumos.

O uso de fertilizantes de forma mais racional pode levar a redefinição significativa no consumo do insumo. Isso não implica reduzir a importância do uso de fertilizantes para a produtividade das lavouras, mas adotar um manejo mais sustentável e aplicações mais eficientes. Trata-se de um plano estratégico de longo prazo para o setor, que precisa ser colocado em andamento o mais breve possível.

[1] Volumes referentes a 2020, fonte: IFA e Secex

[2] Dados do Comex Stat

A gasolina sob Lula e Bolsonaro

Combustíveis foram tão caros em anos petistas quanto agora, mas salário comprava mais

Vinicius Torres Freire
Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

O preço médio da gasolina sob Lula 2 era equivalente ao do governo Bolsonaro antes da epidemia e até mesmo em fins de 2020. O diesel era um tico mais caro. O gás de cozinha, mais barato. A guerra fez estrago decisivo. Trata-se aqui de preços corrigidos pela inflação para o consumidor, o IPCA.

Sob Dilma 1 (que fez tabelamento informal e teve dólar amigável) e Temer (que liberou geral), diesel e gasolina eram mais baratos. A conta muda pouco se a gente medir o poder de compra do salário mínimo ou do salário médio em termos de combustíveis, vide gráfico.

Essa história dá o que pensar sobre preços importantes, combustível e comida. Dependem de dólar e preço mundial, sempre, e de políticas, várias com danos colaterais graves, como tabelamentos e subsídios perversos.

Também dá o que pensar a respeito da burrice demagógica sobre Petrobras e privatizações, em parte retórica eleitoral. O risco é de que outra parte seja prenúncio de ideias que esquerda e direita queiram reaplicar em 2023, tolas faz 50 anos.

Preços da comida também subiram muito sem político ter faniquito. A inflação média na epidemia, de fevereiro de 2020 a fevereiro de 2022, foi de 16%. A do arroz, de 40%. Do músculo de boi, 50%. Do óleo de soja, 109%. Gás, etanol e diesel, 47%. Gasolina, 45%.

Mais ou menos nesse período, o salário médio nominal (sem considerar inflação) subiu apenas 4%. Sob Lula, o diesel também era caro, mas passou a caber mais coisa no salário, por motivos domésticos e internacionais (como a queda relativa de preços da indústria). A questão maior é a ruína que vem desde 2014, mas que estava plantada antes disso. Meter a mão na Petrobras é solução ruinosa para um problema que é outro.

O Brasil exporta carne, soja e milho de sobra. É "autossuficiente", como deveria ser em diesel, dizem nacionalistas antieconômicos, ingênuos ou picaretas. Deveria também tabelar preços ou impedir exportações de grão e carne? Não temos uma Boibrás ou uma Embramilho, mas o governo poderia aprontar. Com preço limitado, o produtor investiria em mais produção ou produtividade? Houve um choque extraordinário de preços na epidemia, choque altista a partir de maio de 2020, quando a inflação no Brasil era de 1,8% ao ano. Foi a 4,5% ao ano em dezembro de 2020. A 10% em dezembro de 2021.

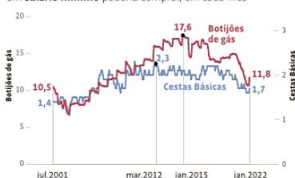
Em boa parte, a alta resultou de uma combinação incomum de preços de commodities (grãos, petróleo etc.) em alta com dólar também em alta. O real foi a moeda que mais perdeu valor do início da epidemia a dezembro de 2021: o dólar ficou 30,5% mais caro. O motivo das desvalorizações exageradas da moeda brasileira ainda serão motivo de longa querela de economistas. Instituições do mercado financeiro, dívida alta com déficit crescente, juros, depressão econômica, desgoverno Bolsonaro, tudo tem sua parte.

Tabelar preços limita investimento e inovação (em eficiência e em alternativas, como energia renovável ou carne verde). Decretar que um produto deva ser feito no Brasil (diesel ou tênis e celulares da Ásia) tende a dar em ineficiência: é até possível fazer, mas usando capital e trabalho que poderiam ser destinados a atividade que desse mais retorno. Podemos, pois, produzir de tudo por aqui, mais caro, e ficarmos mais pobres. Sim, alguns países inventaram indústrias eficientes. Ao menos desde 1980, quase só fizemos besteira nessa área, doando dinheiro a grande empresa malandra, sob Lula 2 e Dilma inclusive.

Para não deixar pobres em amargura ainda maior, é preciso remendos, como renda mínima. No mais, a coisa não é simples.

vinicius.torres@grupofolha.com.br

O salário mínimo e o custo da energia e da cesta básica*

Quantos botijões de gás e quantas cestas básicas um **salário mínimo** poderia comprar, em cada mês

O salário médio e o custo da energia e da cesta básica

Quantos botijões de gás e quantas cestas básicas um **salário médio** poderia comprar, em cada mês

*Botijões: preço médio mensal do botijão de 13 kg, segundo levantamento da Agência Nacional do Petróleo; cesta básica: média de preços de 13 alimentos, calculada pelo Dieese para São Paulo; salário mínimo: valor nominal oficial em cada mês; salário médio: rendimento médio nominal de todos os trabalhos, efetivamente recebido, segundo a Pnad Contínua do IBGE
Elaboração: Vinicius Torres Freire

Inflação ajuda a reduzir dívida de países

Agência Fitch estima que endividamento tenha chegado ao pico em nações desenvolvidas, mas ainda cresce em emergentes

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO A alta da inflação e a retomada da economia darão uma contribuição significativa para reduzir o endividamento global dos governos no período 2021-2023, depois da explosão de gastos que levou a dívida pública a patamares recorde em 2020.

O impacto do crescimento econômico na redução das dívidas foi maior no ano passado e irá perder força a partir deste ano. Já o fenômeno inflacionário deverá atingir seu ápice em 2022, segundo cálculos da agência de classificação de risco Fitch Ratings.

No Brasil, os dois fatores ajudaram a reduzir a dívida bruta em 2021, mas esse efeito não vai se repetir em 2022, como mostram as projeções de diversos analistas.

Relatório da Fitch mostra que a dívida bruta global cresceu de 78,8% em 2019 para 93,4% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2020, devido ao aumento de gastos relacionados à pandemia. Em 2021, recuou para 93,1%, segundo a agência, deixando para trás aquilo que seus analistas avaliam ter sido um pico que não voltará a ser atingido nos próximos anos. A análise considera 120 países cujas dívidas são classificadas pela agência, que projeta uma relação dívida/PIB de 90,4% em 2022 e 2023.

O impacto positivo da inflação na dívida será de 2 pontos percentuais do PIB em 2022, o mesmo verificado em 2008, ambos classificados como "o efeito inflacionário mais significativo em mais de 20 anos" —a série de dados começa em 2000. Em 2023, será de 1,5 ponto.

A inflação em alta reduz o valor da dívida —ou evita um aumento maior—, pois eleva as receitas do governo, que crescem com os preços dos produtos tributados. Já as despesas, como salários e outros benefícios, ficam inalteradas ao longo do ano e seus valores reais são corroídos pela inflação.

A redução desse indicador também depende de outra variável: a taxa de juros que corrige o endividamento. Nas economias desenvolvidas, com juros próximos de zero e taxas reais negativas, a dívida bruta caiu de 117,9% para 114,9% do PIB de 2020 para 2021. E deve cair novamente em 2022.

Entre os emergentes, muitos deles com juros que começaram a subir ainda em 2021 para controlar a inflação, o endividamento passou de 56% para 56,3% do PIB na mesma comparação e deve continuar crescendo neste e no próximo ano.

Nos países desenvolvidos destacam-se os efeitos inflacionários sobre a dívida de EUA, com redução de 5 pontos do PIB projetada para 2022, do Reino Unido (4,6 pontos) e do Canadá (4,1 pontos). São países que possuem dívidas e inflação superiores à mediana do grupo de países desenvolvidos.

Há países em que a ajuda da inflação está sendo anulada parcialmente por causa do efeito da desvalorização cambial sobre a dívida, como Argentina, Angola, Nigéria e Turquia.

No Brasil, inflação e recuperação da economia ajudaram a reduzir a relação dívida/PIB de 88,6% em 2020 para 80,3% em 2021. Esses fatores também geraram o primeiro superávit nas contas do setor público desde 2013. Em 2022, no entanto, a expectativa é que a dívida volte a crescer, diante de um quadro de estagnação da economia e juros reais elevados.

> A IFI tem alertado para a insustentabilidade de ajustes fiscais baseados em inflação desde meados de 2021
>
> **Instituição Fiscal Independente**

De acordo com a IFI (Instituição Fiscal Independente), órgão do Senado que monitora as contas públicas, a arrecadação crescerá menos, em linha com uma inflação em desaceleração para 5,5% até o final do ano. Já as despesas ficarão em grande parte atreladas ao avanço de dois dígitos nos preços do ano passado, quando o IPCA foi de 10,06%.

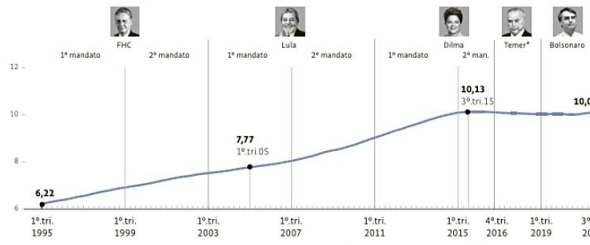
A Fitch também adverte que, embora a alta de preços tenha efeito benéfico de curto prazo na dívida, ela tende a impactar negativamente o indicador ao longo do tempo. Conforme os bancos centrais decidem reagir à alta dos preços e os investidores passam a exigir retornos maiores em termos reais, as taxas de juros nominais sobem e o PIB desacelera.

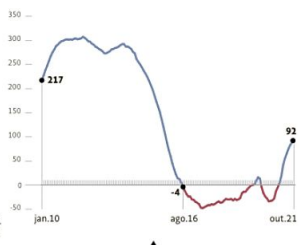
"Os bancos centrais podem considerar necessário aumentar as taxas de juros de forma agressiva, resultando em taxas reais maiores e possivelmente empurrando a economia para a recessão", dizem os analistas da agência James McCormack e Ed Parker.

A Fitch afirma que a redução futura das dívidas dependerá cada vez mais de ajustes fiscais para melhorar os resultados primários. Diz também que condições favoráveis de crescimento do PIB acima das taxas de juros provaram não ser suficientes no passado recente. Cerca de dois terços dos países analisados tiveram taxas de crescimento superiores às de juros nas últimas duas décadas, mas as dívidas dos governos ainda assim aumentaram. Em 2023, quando o nível de endividamento deverá ficar estável, segundo a Fitch, o único fator de redução da dívida que terá avanço em relação a 2022 será a melhora do resultado primário.

Investimento em queda

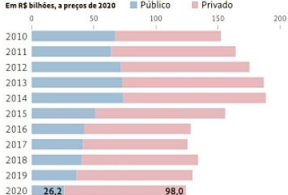
Estoque de capital produtivo está estagnado

Estoque líquido de capital fixo, em R$ trilhões a preços de 2010 por trimestre

Investimento não cobriu nem depreciação do estoque

Fluxo de investimento líquido, em R$ bilhões a preços de 2010

Composição do estoque de capital

Em % do total em 2019

Investimento privado em infraestrutura não compensa queda no setor público

Em R$ bilhões, a preços de 2020

Brasil está entre os países que menos investem

Em % do PIB, 20 países selecionados

*Chega ao poder depois de impeachment de Dilma

Fontes: Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), IBGE, Livro Azul da Infraestrutura 2021/Abdib, Projeções do FMI para taxa de investimento em 2021 (para Brasil, dado do IBGE no 3º trimestre)

Estoque de infraestrutura segue estagnado

Corte de investimento público é entrave para recuperação, apesar de concessões ao setor privado em diversas áreas

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Preso a um ajuste fiscal que derrubou o investimento público aos menores patamares da história e a um período de recessão e estagnação que já dura mais de sete anos, o Brasil está com seu estoque de capital produtivo praticamente estagnado desde 2015.

Os investimentos de União, estados e municípios não têm sido suficientes nem para cobrir a deterioração de bens públicos, como estradas, portos e edifícios. Os aportes de capital privado voltaram a crescer, mas esse aumento não tem sido o bastante para compensar a contração dos gastos nos diferentes níveis de governo.

Dados do Ipea mostram que o chamado estoque de capital fixo público e privado, que inclui máquinas e equipamentos, construções comerciais e residenciais e outros ativos, era de R$ 10 trilhões ao final do terceiro trimestre de 2021. O valor estava 0,4% abaixo do verificado no mesmo período de 2015, considerando números já deflacionados.

O instituto também mostra que, a partir do segundo semestre de 2016, o Brasil viveu uma situação inédita: teve uma taxa de investimento público e privado líquido negativa. Ou seja, o valor da depreciação da sua infraestrutura foi superior ao que se investiu.

Essa situação se manteve praticamente inalterada até o início de 2021, quando teve início uma lenta reversão puxada pelo setor privado. O dado mais recente do Tesouro Nacional, também para o terceiro trimestre do ano passado, mostra que o investimento público líquido continua negativo, em 0,4% do PIB.

A crise atual reduziu a taxa de investimento público e privado do país do pico de 21,5% antes da recessão de 2014 para 14,6% em 2017. Em 2021, voltou a 19,2%. Ainda assim, atrás dos percentuais registrados por outras economias emergentes no final de 2020.

José Ronaldo Souza Júnior, diretor do Ipea, afirma que o nível de investimento do país é baixo, mas diz que esse é um dos componentes do PIB que mais reagiram desde o final da recessão de 2014-2016.

Segundo ele, os dados mais recentes mostram aumento do estoque de máquinas agrícolas e equipamentos para a para construção civil, onde se destaca o segmento residencial. No setor de infraestrutura, informações preliminares indicam melhora significativa, o que pode ser atribuído a concessões, mudanças de regulação e investimentos dos governos estaduais impulsionados pelo aumento de arrecadação do ano passado.

"A gente tem uma melhora bastante significativa que fez o investimento líquido voltar a ficar positivo", afirma o pesquisador responsável pelas estatísticas referentes ao tema.

A publicação Livro Azul da Infraestrutura 2021, da Abdib, aponta que são necessários ao menos 4,3% do PIB em investimentos por ano, no período de uma década, para o país suprir os gargalos de infraestrutura — duas vezes e meia o gasto em 2020. Praticamente metade disso em transporte e logística. É justamente a área em que há projetos menos atrativos para a iniciativa privada.

Segundo a associação, 15% da malha rodoviária federal pavimentada já foi concedida e mais 15% já têm leilões previstos. Os outros 70% têm pouca atratividade para o setor privado e dependem do poder público para sua manutenção, assim como ocorre com as estradas não pavimentadas, mas o orçamento federal na área foi reduzido em mais de 75% desde 2014.

Venilton Tadini, presidente-executivo da Abdib, afirma que nos últimos anos a agenda regulatória de infraestrutura avançou bastante, embora ainda haja muitas pendências. E que as licitações mais recentes foram bem-sucedidas e há um programa de concessões robusto em andamento.

Ele diz, no entanto, que há limitações para a iniciativa privada, que não conseguirá suprir toda a necessidade de investimento para os próximos dez anos. Por isso, é necessário recuperar o espaço para o investimento público federal, item que se tornou a variável do ajuste fiscal.

Tadini cita como exemplo negativo o Orçamento deste ano, que aumenta gastos com fundo eleitoral e prioriza a pasta da Defesa, em detrimento do Ministério da Infraestrutura e seus órgãos.

Segundo ele, nenhum país tem 100% de rodovia privada. O estado que vai avançar mais é São Paulo, que pela densidade econômica já passou de 50% e pode chegar a 70% de concessão. No federal, chegar a 30% é uma grande vitória, um tremendo programa, segundo ele.

Levantamento do Observatório de Política Fiscal do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da FGV) mostra que os investimentos de estados, municípios e da maior estatal do país (Petrobras) voltaram a crescer já em 2020, mas os gastos federais atingiram valores mínimos (0,23% do PIB) próximos aos observados em 2003 e 2004.

O ex-secretário de Política Econômica no Ministério da Fazenda Manoel Pires, coordenador do Observatório, diz que o Brasil sempre reduziu o investimento público em momentos de ajuste fiscal, pois essa é uma das poucas despesas que não são de execução obrigatória. Mas o investimento nunca ficou tão baixo por tanto tempo. Ele atribui isso a um ajuste fiscal que dura quase uma década e a uma postura dos governos, desde 2016, de relativizar a importância dessas despesas.

> “Alavancar o investimento para as taxas que temos lá fora significa recuperar espaço no orçamento público para essas despesas
>
> **Manoel Pires**
> coordenador do Observatório de Política Fiscal do Ibre

Publicidade tenta mudar forma como retrata a mulher

Muitos anúncios continuam a reproduzir visão sexista ou as apresentam como um ser segmentado

Daniele Madureira

SÃO PAULO O ano era 1968, e a revista era Realidade, da editora Abril. Um anúncio de página inteira na edição de junho estampava, em preto e branco, a foto de uma mãe buscando seus filhos na escola, com a frase: "E ainda dizem que mulher não entende de carro". Era o anúncio do Fusca, da Volkswagen.

A propaganda dizia que "tem tanta mulher com um Fusca" porque ele é fácil de dirigir, de manobrar, de estacionar e gasta pouca gasolina —e "as mulheres entendem de carro naquilo que mais interessa: na economia". "Afinal, entender de carburador, cilindrada etc. não é tudo na vida. E pode estar certo de que muitos homens que dirigem Volkswagen também pensam assim", dizia o texto.

Mais de 50 anos depois, a campanha "Pilotas - Restart", feita pela agência WMcCann para a General Motors, no lançamento do SUV Tracker, em agosto do ano passado, volta ao tema mulher e carro para combater, com ironia, o bordão dos anos 1960 de que mulher é boa para "pilotar fogão".

"Como se isso fosse um problema", diz a chef de cozinha Paola Carosella, que estrela a campanha ao lado da pilota de aeronaves Helena Lacerda, da cirurgiã Andrea Ortega, da surfista profissional Yanca Costa e da executiva de engenharia global da GM Fabiola Rogano. "Pilotar, a gente pilota o que a gente quiser", diz Paola, no filme.

Entender a mulher como um ser de múltiplos interesses, que inclui profissão, lazer, hobbies e esportes, ainda é o grande desafio da propaganda na segunda década do século 21, segundo especialistas em marketing e comportamento ouvidas pela **Folha**.

As mulheres ainda são retratadas em muitos anúncios como um ser segmentado, tal qual nos anos 1960, preocupadas ou com a casa, ou com os filhos ou em ficar bonita. Ou o que é pior: seu corpo ainda é usado de maneira sexista, para chamar a atenção.

Na propaganda dos anos 1960, o carro só servia para elas buscarem as crianças na escola. Mas ainda hoje as campanhas da indústria automobilística são maciçamente voltadas ao público masculino.

"Um terço dos interessados em SUVs no país são mulheres", diz Renata Bokel, vice-presidente de Estratégia da agência WMcCann no Brasil. "Elas demonstram mais interesse por esta categoria do que por qualquer outra, se sentem mais seguras nesse modelo de carro", afirma.

Com essa informação em mãos na época do lançamento, a agência aproveitou para direcionar a campanha do Tracker, um SUV, para o público feminino. "Toda a campanha foi concebida e desenvolvida por mulheres, o que fez a diferença", diz a executiva.

"Também contamos com a consultoria da ONG Think Olga e tivemos o apoio do cliente, General Motors, que abraça a causa da equidade de gênero, até porque tem uma mulher no comando global", diz Renata, referindo-se à CEO da GM, Mary Barra. Renata acredita, porém, que as marcas ainda não sabem lidar com o feminismo no século 21.

"Há clientes que não estão preparados para adotar um discurso ativista e querem manter uma postura neutra. Brinco com eles que, se não querem levantar a bandeira da equidade de gênero, pelo menos não a derrubem, porque cada signo conta na propaganda."

A executiva da McCann se lembra das campanhas em que a mulher espera o marido para o jantar já tendo preparado a comida e dado banho nas crianças. "Mas esse é o mundo que queremos? Ou será que faz mais sentido colocar esse casal chegando junto em casa e dividindo as tarefas?"

Para Gisela Castro, professora de pós-graduação em comunicação e práticas de consumo da ESPM (Escola Superior de Propaganda e Marketing), a propaganda retrata os costumes, mas vai além. "Todas as mídias interferem na formação de opinião, fazem pensar. A propaganda também participa do debate, reforçando estereótipos ou os colocando em questão."

Para Gisela, muitas empresas ainda são "retardatárias" ao não acompanhar a evolução dos papéis na sociedade e é preciso que as agências de comunicação levem aos clientes uma visão menos preconceituosa do mundo.

"É sempre mais fácil mudar discurso do que valores, mas os consumidores percebem essa incoerência ao longo do tempo. E as empresas perdem dinheiro", diz.

A professora da ESPM lembra a campanha de Carnaval de 2015 da Skol, marca de cerveja da Ambev, acusada de fazer apologia do estupro com o slogan "Esqueci o 'não' em casa".

"A marca recebeu uma enxurrada de críticas, retirou o slogan da campanha e procurou se retratar", diz Gisela. Em 2018, lançou uma campanha do que "desce redondo" e do que "desce quadrado" no Carnaval e, entre os exemplos do que não cai bem, apontou o assédio sexual.

A cerveja Itaipava, da Petrópolis, por sua vez, que há sete anos lançou a campanha "Verão", com a modelo Aline Campos como a mulher sensual de biquíni na praia que despertava desejos no público masculino, decidiu se despedir da personagem no final do ano passado. Agora, o mote da campanha, assinada também pela WMcCann, é "a cerveja de todos os verões", com homens e mulheres desfrutando a temporada à beira-mar.

"Não vejo problema em colocar peito e bumbum de mulher na propaganda —se for para anunciar um creme para pele, por exemplo", diz a advogada, professora e escritora Ruth Manus. "Mas colocar em propaganda de cerveja é sexista, você condiciona as mulheres pela aparência", diz Ruth, que acaba de lançar o "Guia Prático Anti Machismo" (editora Sextante).

Seguindo esse raciocínio, lembra, a mulher acaba sendo relegada a uma "vida útil" muito curta, dos 30 aos 45 anos. "Antes dos 30, ela é jovem e inexperiente, e depois dos 45 é velha."

"As marcas vêm avançando, sim, na percepção da mulher como um ser com os mesmos direitos dos homens, mas ainda existem bolsões de mentalidade retrógrada na comunicação", diz Gisela.

"É preciso que a propaganda seja mais feminina, no sentido de ser mais multifacetada. Entendendo que a consumidora não quer ser só mãe, dona de casa ou mulher sexy —ela também é profissional, esportista, filha, amiga, tem um hobby. Ela é o que ela quiser, assim como o homem."

Para a psicóloga com mestrado em gênero Cecília Russo Troiano, diretora-geral da Troiano Branding, consultoria de gestão de marcas, não é só o mercado de cervejas que ainda tem uma abordagem machista na propaganda.

"Muitas marcas fazem o patrocínio de competições esportivas, como automobilismo ou ciclismo, em que só homens competem", diz ela. "Que tipo de mensagem você está enviando para o público ao dar esse tipo de apoio? Ainda mais nos eventos em que uma mulher bonita, vestindo uma roupa sensual, vai entregar o troféu? Isso também é comunicação", diz ela.

Da mesma maneira, questiona Cecília, quando um banco coloca uma jovem atriz em uma roupa sexy para falar sobre investimentos, qual mensagem está transmitindo? "Parece dizer que a jovem não entende muito do assunto, já que sua função ali é embelezar, mas aquele banco entende e pode resolver para ela."

Para Cecília, é preciso aumentar o número de mulheres com poder de decisão, não só nas agências de publicidade mas nas empresas. "Não por acaso, a lista das principais executivas do país se repete ano a ano", diz. "Precisamos de mais lideranças femininas, para que o olhar da mulher ajude a romper estereótipos, em vez de perpetuá-los."

Masculinidade tóxica deve ser combatida por homens e mulheres

Ruth Manus concorda que é preciso ampliar a presença feminina em todos os setores —mas ressalta que essa mulher em posição de comando precisa ser ela mesma, e não adotar uma postura masculina para ser respeitada.

Há alguns anos, a marca de absorventes femininos Always, da Procter & Gamble, lançou a campanha "Like a Girl" (como uma menina), que ganhou repercussão mundial. Mulheres adultas, um homem e um menino eram instados a imitar uma menina em diferentes atividades — correndo, lutando, jogando bola. E o faziam de uma maneira desajeitada, de propósito. A propaganda evidenciou o quanto a expressão "como uma menina" se tornou pejorativa na sociedade e impacta a autoestima das garotas.

"Conversei com muitas meninas e constatamos que a puberdade é um período especialmente complicado para elas, já que sua confiança despenca, muito mais do que a de meninos", afirmou à **Folha** a engenheira Juliana Azevedo, presidente da P&G no Brasil, a primeira mulher a presidir a filial da companhia no país.

"Percebi o quanto isso pode ser restritivo, especialmente para mulheres jovens que estão formando sua visão de mundo e descobrindo o seu papel nele", afirma a executiva, lembrando que, até mesmo no período menstrual, a propaganda criou a imagem de uma mulher perfeita, conciliadora e impecável.

A P&G afirma ter trazido à tona a discussão sobre pobreza menstrual, uma situação que acomete 1 a cada 4 meninas no Brasil e pode impactar não só a sua autoestima mas o seu desenvolvimento, uma vez que elas deixam de ir à escola quando estão menstruadas. Foram doados cerca de 4 milhões de unidades de absorventes, desde o ano passado até agora, a ações que combatem a pobreza menstrual.

MAESTRO FABIANO LOZANI

1 Anúncio de 1968 na revista Realidade 2 Campanha da Volks nos anos 60 com visão machista sobre mulheres ao volante 3 A modelo Aline Campos estrelou por sete anos a campanha da cerveja Itaipava sob o mote "Verão" 4 Anúncio do sabonete Lux nos anos 50 com Marilyn Monroe

Fotos Divulgação

A democracia brasileira conseguirá se autorreformar?

Desde 2013, contrato social da redemocratização dá mostras de esgotamento

Samuel Pessôa

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e da Julius Baer Family Office (JBFO). É doutor em economia pela USP

Em entrevista à jornalista Maria Cristina Fernandes, do Valor Econômico, publicada em 3 de janeiro, o ex-ministro da Fazenda, embaixador e ex-secretário-geral da Unctad Rubens Ricupero nos lembrou de que o regime político atual dá sinais de esgotamento.

Nas palavras do embaixador: "Um sistema nasce, vive e morre. Só não morre quando se autorreforma. Há sistemas que têm essa capacidade. Sem querer dar a isso um caráter fetichista. Os regimes brasileiros não duram mais do que 40 anos".

Esse é o maior desafio de nossa sociedade. Conseguiremos reformar o sistema e fazer com que ele dê respostas às necessidades da sociedade?

Desde 2013, o contrato social da redemocratização dá mostras de esgotamento. O contrato social da redemocratização —o desejo da sociedade expresso no texto constitucional de 1988, de construir no Brasil um Estado de bem-estar padrão europeu continental— gerou forte expansão da carga tributária e baixo crescimento da economia.

O foco na equidade e nos diversos programas de transferência de renda e seguros sociais reduziu muito a capacidade de investimento do setor público, principalmente em infraestrutura urbana. Os significativos ganhos privados, com a melhora das condições de vida e do ambiente doméstico, além do aumento do consumo de bens privados, não foram acompanhados por um avanço na oferta de bens de consumo coletivo.

O esgotamento da capacidade fiscal do Estado é o sinal mais claro do esgotamento de um sistema político, para empregar a expressão do embaixador Ricupero. Em 1962, Celso Furtado, nosso economista mais influente, ainda como superintendente da Sudene (viria a ser nomeado ministro do Planejamento no governo João Goulart ainda sob o Parlamentarismo, em setembro de 1962), escreveu no seu livro manifesto "A Pré-Revolução Brasileira":

"Surgiu, assim, essa óbvia contradição que vivemos nos dias de hoje: exige a opinião pública do Estado o desempenho de importantes funções ligadas ao desenvolvimento econômico e social do país, mas, através de seus representantes, no Parlamento, essa mesma opinião pública nega os meios de que necessita o Estado para cumprir tal missão. A consequência prática, conhecem-la todos: são os déficits do setor público e o seu financiamento com simples emissões de papel-moeda. O fato de que o Parlamento não capacite a administração para coletar os impostos de que necessita e ao mesmo tempo amplie todos os dias os gastos do governo em funções do desenvolvimento traduz claramente a grande contradição que existe presentemente na vida política nacional".

Furtado enxergava com muita clareza o golpe militar de 1964 a caminho. E este arbitrou o conflito distributivo: entre 1964 e 1970, a carga tributária subiu nove pontos percentuais do PIB.

Segundo cálculo recente da IFI (Instituição Fiscal Independente), o déficit primário estrutural da União —isto é, aquele já ajustado ao ciclo econômico— foi em 2021 de 0,5% do PIB. Sob a hipótese de que os estados e os municípios equilibrem as suas contas, a União precisa apresentar superávit na casa de 2,5% do PIB. Assim, o próximo presidente, com o auxílio do Congresso Nacional, terá que promover um ajuste fiscal de 3% do PIB, aproximadamente R$ 270 bilhões.

Trata-se de um desafio muito maior que o enfrentado por Lula em 2002 e bem próximo ao ajuste de FHC em 1999.

Se o próximo presidente eleito conseguir promover ajuste dessa magnitude —será por meio de uma combinação de aumento de impostos, corte de gastos e corte de subsídios—, o sistema político terá conseguido arbitrar nosso conflito distributivo sem quebrar o regime político.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Bolsonaro diz que Petrobras não tem sensibilidade com a população

'Eles cuidam da vida deles e o resto do Brasil, mesmo na crise e com a guerra lá fora, que se vire'

Fábio Pupo e Marianna Holanda

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou neste sábado (12) que a Petrobras demonstrou insensibilidade com a população ao anunciar durante a semana um mega-aumento nos preços de combustíveis. "A Petrobras demonstra que não tem qualquer sensibilidade com a população. É Petrobras Futebol Clube e o resto que se exploda."

Ele criticou especificamente o fato de a empresa ter anunciado o reajuste antes de o Congresso aprovar um projeto de lei que cortou tributos sobre o diesel. O texto zerou os impostos federais PIS e Cofins sobre o combustível e ainda limitou a cobrança do estadual ICMS.

A expectativa é que as mudanças tributárias permitidas pelo Congresso e já sancionadas pelo presidente pudessem reduzir em R$ 0,60 o custo do diesel. "Em vez de ter anunciado R$ 0,90 de reajuste no diesel, [a Petrobras] podia ter anunciado R$ 0,30", afirmou Bolsonaro.

O presidente disse que chegou a ser feito durante a semana um pedido por parte do Parlamento para que a Petrobras postergasse o reajuste para depois da votação. Perguntado sobre quem fez a requisição à empresa, Bolsonaro respondeu que não sabia e disse que ele mesmo não poderia ter feito porque o ato seria enquadrado como "tráfico de influência". Agora, ele diz esperar que os preços sejam reduzidos. "Espero que os postos que aumentaram em R$ 0,90 a partir de amanhã reduzam em R$ 0,60 o litro do diesel, que é muito pesado mesmo assim para os caminhoneiros", disse o presidente no início da noite, quando parou para falar com populares nos arredores de Brasília.

"Leis, projetos, contratos feitos no passado que transformou [sic] a Petrobras em algo, simplesmente, em Petrobras Futebol Clube, um Campeonato Brasileiro. Eles cuidam da vida deles e o resto do Brasil, mesmo na crise e com a guerra lá fora, que se vire. Lamento a atuação da Petrobras nesse episódio", disse.

Bolsonaro lembrou que o Brasil não tem como refinar petróleo para atender sua demanda e disse que, por isso, o país é escravo dos preços praticados no exterior. Segundo ele, qualquer nova refinaria é bem-vinda, mas elas ainda demorariam de três a cinco anos para sair do papel.

Mais cedo, após evento de filiação de deputados federais ao seu partido, Bolsonaro disse que o governo estuda mandar um projeto de lei para o Congresso na próxima semana zerando o PIS/Cofins para a gasolina. Questionado se a medida seria suficiente para a alta dos combustíveis, ocasionada pela guerra na Ucrânia, Bolsonaro disse que não.

"Estava previsto fazer algo semelhante com a gasolina, o Senado resolveu mudar na última hora, caso contrário nós teríamos um desconto também na gasolina, que está bastante alta. Estudo a possibilidade de projeto de lei complementar, com pedido de urgência, estudo, né, para gente fazer a mesma coisa com a gasolina", disse o presidente.

Bolsonaro disse ainda haver a possibilidade de mandar na próxima semana a proposta. Segundo contou, conversou com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, para saber o quanto a alta na gasolina influencia na inflação.

O chefe do Executivo disse ter ficado insatisfeito com o mega-aumento no preço dos combustíveis, mas afirmou que não vai "interferir no mercado". Questionado se o presidente da estatal, general Silva e Luna, poderia ser trocado, disse: "Todo mundo tem possibilidade de ser trocado, exceto o vice-presidente e o presidente da República". E emendou: "Ninguém falou em trocar. Você [jornalista] falou se ele pode ser trocado. Qualquer um pode ser trocado no meu governo menos eu, logicamente, e o vice-presidente."

Defensorias veem aumentar casos de furto de comida durante a pandemia

Em Goiás e Pernambuco, dobrou o número de ocorrências de crimes famélicos, segundo órgãos

Elaine Costa Silva, 38, perdeu o filho Yan Barros da Silva, 19, morto após supostamente ter furtado carne de um supermercado em Salvador Rafaela Araújo/Folhapress

SALVADOR, RECIFE, CURITIBA, PORTO ALEGRE, RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO É uma foto do segundo dos quatro filhos ainda criança que a vendedora ambulante Elaine Costa Silva, 38, segura nas mãos. Yan Barros da Silva, 19, foi espancado e assassinado por um suposto furto de carne, em abril de 2021. Após ser agredido por funcionários de um supermercado em Salvador, ele foi entregue a criminosos, que o mataram, segundo a polícia.

O desemprego e a crise econômica que atingiram a mesa dos brasileiros, agravados durante a pandemia da Covid-19, têm provocado aumento de casos de crimes famélicos, aqueles motivados pela fome, como furtos de comida.

É o que apontam defensores públicos de capitais ouvidos pela reportagem. Em alguns estados, ainda que sem estatística oficial, o órgão estima ter até dobrado os atendimentos a detidos por furto de itens como carne, manteiga, papel higiênico e desodorante, se comparados ao período anterior à crise sanitária.

Em fevereiro deste ano, um homem foi preso, em Salvador, após supostamente tentar furtar dois pacotes de carne e dois desodorantes.

O suspeito havia sido imobilizado por um cliente da rede de supermercados Atakarejo, sem interferência da segurança do estabelecimento, até a intervenção da polícia.

Para a defensora pública Fabíola Pacheco, que atua na Bahia, há subnotificação dos casos. "Em boa parte dos furtos, a polícia nem sequer é acionada. Os seguranças tomam iniciativa própria de resolverem a situação e nem sempre o desfecho é dos melhores."

Foi o que ocorreu, segundo a polícia, com Bruno Barros da Silva, 29, e Yan, tio e sobrinho, que acabaram mortos com mais de 30 tiros, por causa de quatro pacotes de carne.

Ambos foram pegos por funcionários de uma unidade do Atakarejo, em Salvador, em uma suposta tentativa de furto dos produtos.

Na ocasião, em vez de acionar a polícia, funcionários espancaram os dois e os entregaram a um grupo ligado a facções. Eles foram mortos.

O supermercado repudiou o ocorrido, abriu uma sindicância, afastou os suspeitos envolvidos e entregou documentos e imagens de câmeras.

Treze pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público e a Justiça baiana acatou a denúncia. O processo se encontra em fase de instrução criminal para produção e apresentação de provas.

"Espero que eles paguem. Perder um filho de causas naturais é uma coisa. Mas não pude nem me despedir com o caixão fechado", lamenta Elaine, mãe de Yan. "Se eles estavam fazendo algo errado, que chamassem a polícia."

A fome assombra a família, que vive em um barraco de madeira. Por meses, sobreviveram com R$ 400 do extinto Bolsa Família —atual Auxílio Brasil—, porque Elaine não conseguia trabalhar. Depois que voltou à venda de produtos de limpeza, o orçamento chega a uma média de R$ 600 por mês.

"Fiquei muito tempo sem conseguir dormir, só chorava. Tive que tirar forças de onde não tinha porque eu tenho que ser mãe e pai de minhas duas filhas", afirma.

Na Bahia, de março de 2020, início da pandemia, a janeiro deste ano, 108 casos de crimes famélicos foram registrados no sistema do tribunal: 54 em 2020; 51 em 2021; três neste ano, até janeiro.

De acordo com Pacheco, o perfil de quem comete furto de comida é quase sempre o mesmo: pessoas em situação de vulnerabilidade social, desempregadas, negras, mulheres chefes de famílias, moradoras das periferias ou em situação de rua.

A defensora afirma que o custo do processo e da prisão é maior para o Estado do que os valores dos produtos furtados, como biscoito e leite. "A gente não defende o crime, mas que a punição seja aplicada de forma proporcional."

Em Goiás, o furto famélico praticamente dobrou na pandemia, diz o defensor público Luiz Henrique Silva Almeida.

De julho a dezembro do ano passado, das 145 audiências de custódia nas quais o órgão atuou, 27 (18,6%) eram de casos desse tipo. Antes do surto de coronavírus, segundo Almeida, não chegavam a 10%.

"A maior quantidade de pessoas em situação de miséria influencia nesse número", diz. Os dados incluem furtos de bens essenciais, como remédios e itens de higiene pessoal.

Em setembro, por exemplo, a Defensoria defendeu uma gestante que furtou chocolates e canetas em um supermercado de Goiânia. Presa em flagrante, ela disse que estava com fome e que queria levar as canetas a seu outro filho. Foi libertada após a audiência de custódia e, mais tarde, o caso foi arquivado.

No Ceará, o defensor público Delano Benevides afirma que houve um aumento considerável de atuação em casos de furtos e roubos de alimentos. Para ele, os casos desse tipo também foram impulsionados pela pandemia. "É inegável que houve um aumento nos casos de furto. Eu diria que aumentou uns 40% a 50%."

Para Benevides, o direito penal precisa levar em conta mazelas e problemas sociais. "Uma pessoa que vai furtar comida está passando fome. Costumo dizer que a fome é a situação mais indigna para o ser humano. Não pode ser medida pelo Judiciário."

No Rio Grande do Sul, não há estatísticas oficiais, mas os casos estão aumentando de forma expressiva, na avaliação do defensor público Andrey Régis de Melo. Há registros em todo o estado de defesas alegando o chamado princípio da insignificância.

Com atuação em Pernambuco, o defensor público José Wilker acredita que o volume de casos de roubos e furtos tenha aumentado no Grande Recife. "Eu arriscaria que pelo menos dobrou o quantitativo de ocorrências."

Wilker avalia que a Justiça deve também focar a inclusão social de pessoas em vulnerabilidade que praticam roubos e furtos de comidas. "A prisão deve ser o último recurso."

Em São Paulo, ainda que sem dados contabilizados, o defensor público e assessor criminal da Defensoria Pública paulista Glauco Mazetto diz que casos de furtos de comida são constantes, o que indica que o problema vai além da pandemia.

"A desigualdade social, o excesso de pessoas em situação de pobreza, que é o catalisador da existência desses furtos", afirma.

No Rio de Janeiro, que ficou marcado na pandemia por cenas como a de pessoas disputando ossos em um caminhão, o aumento de situações de furto de comida é notado por defensores públicos, ainda que sem estatísticas oficiais.

"A gente consegue, sim, identificar um aumento das subtrações envolvendo alimento. São casos que estão relacionados à fome", diz Lucia Helena Oliveira, coordenadora de defesa criminal da Defensoria Pública.

Também no Rio, quando não há uso da violência, defensores têm usado o princípio da insignificância.

Foi o que ocorreu em um caso envolvendo o roubo de papel higiênico. A Defensoria impetrou um habeas corpus no STJ (Superior Tribunal de Justiça), citando o princípio da insignificância. A corte aceitou o argumento e suspendeu a pena.

Oliveira considera que, sem esse instrumento, pessoas que cometem furto por fome seriam ainda mais penalizadas.

"Não tem como ter outra conclusão a não ser dizer que elas estariam condenadas pela própria fome, pelas próprias necessidades. Então, é de suma importância esse princípio para essas pessoas, sobretudo em um momento de agravamento da crise."

Consultor de segurança e ex-secretário nacional de Segurança Pública, José Vicente Silva diz que o furto famélico é um problema social que atinge diversas partes do mundo e sempre existiu. Ele afirma ser favorável à detenção como resposta imediata ao delito.

"Eu tenho uma noção muito clara de que toda transgressão legal precisa receber a devida resposta prevista pela legislação, a resposta dada pelos órgãos do Estado. A polícia é obrigada, não pode decidir isso, se prende ou não. Tem que prender, e isso naturalmente compete a uma decisão judicial: se mantém a prisão, se dá a liberdade provisória."

Silva acrescenta que a maneira como essa resposta é dada faz parte de grandes debates no Judiciário, incluindo o STF (Supremo Tribunal Federal), o que faz com que as leis se conformem com a realidade. **Franco Adailton, José Matheus Santos, Vinicius Konchinski, Fernanda Canofre, Matheus Rocha e Paulo Eduardo Dias**

> Uma pessoa que vai furtar comida está passando fome. Costumo dizer que a fome é a situação mais indigna para o ser humano. Não pode ser medida pelo Judiciário
>
> **Delano Benevides**
> defensor público do Ceará

> Toda transgressão legal precisa receber a devida resposta prevista pela legislação. A polícia não pode decidir se prende ou não. Tem que prender, e isso compete a uma decisão judicial: se mantém a prisão, se dá a liberdade provisória
>
> **José Vicente Silva**
> consultor de segurança e ex-secretário nacional de Segurança Pública

Violência e assédio são as principais preocupações de brasileiras

SÃO PAULO A violência e o assédio são as principais causas de preocupação entre mulheres no Brasil. O quadro aparece em pesquisa realizada pelo Ipespe (Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas), entre os dias 19 de fevereiro e 3 de março deste ano. O levantamento, encomendado pela Febraban (Federação Brasileira de Bancos), traz um retrato da situação das brasileiras no que se refere ao preconceito e à violência. Foram ouvidas 3.000 mulheres nas cinco regiões do país.
Um dos principais pontos levantados é que 83% das respondentes acreditam que os casos de violência contra a mulher aumentaram durante a pandemia. Essa opinião é maior entre mulheres pretas (87%) do que entre brancas (81%) e pardas (83%).

A pesquisa mostra ainda que, apesar de 56% das entrevistadas afirmarem que a questão da igualdade de gênero no Brasil "melhorou" ou "melhorou muito" nos últimos dez anos, 8 em cada 10 se dizem insatisfeitas ou muito insatisfeitas com a forma com que as mulheres são tratadas na sociedade brasileira.

A violência e o assédio (40%), seguidos do feminicídio (26%) e da desigualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres, são os principais pontos negativos.

A grande maioria considera que há desigualdade entre mulheres e homens quanto à remuneração ou salários (82%), direitos (71%) e liberdade sexual (71%). E um terço (31%) indica o machismo como principal causa para o Brasil ocupar a quinta posição em mortes violentas de mulheres. Um quinto (20%) aponta que a impunidade ou falta de leis mais rigorosas levam a essa situação.

Ainda sobre violência, mais da metade (55%) das brasileiras viram ou tomaram conhecimento sobre mulheres próximas que foram vítimas de situações de violência verbal, física ou sexual. O número chega a 63% na faixa etária de 18 a 24 anos.

Também passam da metade as que já foram vítimas ou presenciaram situação de preconceito ou discriminação contra mulheres: na rua (67%), no transporte público (56%), em festas ou em locais de entretenimento (54%).

Quase 8 em cada 10 (77%) entrevistadas indicam a casa como o lugar onde as situações de violência, ameaça e assédio ocorrem com mais frequência, e 7 em cada 10 (69%) citam pessoas próximas ou conhecidas —atuais ou antigos cônjuges, companheiros e namorados— como os principais agressores.

"Indo direto ao ponto, a pesquisa nos faz um sério alerta de que, mesmo com os avanços dos últimos anos, as mulheres no Brasil ainda são, com frequência, vítimas de violência, assédio, preconceito e discriminação e de que precisamos de políticas e ações afirmativas que enfrentem esse grave problema", diz Isaac Sidney, presidente da Febraban.

No ambiente profissional, 40% das entrevistadas dizem já ter sofrido ou conhecem alguém que sofreu assédio moral por ser mulher. Esse percentual é muito similar ao das que apontam o assédio sexual no ambiente profissional (38%). Em ambos os casos, apenas um terço (33%) disse ter havido denúncia do crime.

A pesquisa também aponta que apenas 30% das vítimas denunciam o agressor aos órgãos oficiais. Além desses, 14% buscam apoio informal de amigos, familiares ou conhecidos; e somente 1% procura os gestores das instituições onde ocorreu o fato.

Para 59% a denúncia não acontece por medo de represália e de perseguição.

Thamirys Nunes narra como foi o processo de transição de gênero da filha Agatha, 7, no livro 'Minha Criança Trans' Fotos Divulgação

'Amor não tem gênero', afirma mãe de menina trans de 7 anos

Autora do livro 'Minha Criança Trans' vira ativista ao lidar com os desafios da transição de gênero de Agatha

Mãe e filha brincam de boneca no quarto rosa

MINHA HISTÓRIA
THAMIRYS NUNES

SÃO PAULO Aos 32 anos, Thamirys Nunes tornou-se mãe de Bento em 1º de fevereiro de 2015. Quatro anos depois, viu nascer Agatha, como a criança passou a se identificar a partir de junho de 2019, com suporte dos pais e de uma psicóloga.

O processo de transição de gênero na primeira infância foi doloroso para a família radicada em Curitiba. Tudo era novidade para os pais, uma comunicóloga e um arquiteto.

A experiência é narrada no livro "Minha Criança Trans" (256 págs., R$ 45), lançado em junho de 2020. Nessa jornada, Thamirys se tornou coordenadora da Área de Proteção e Acolhimento a Crianças, Adolescentes e Famílias da Aliança Nacional LGBTI+.

*

"Aos 2 anos, Bento apresentava desconforto ao colocar roupas masculinas ou quando ganhava carrinhos de brinquedo. Aos 3, ele já verbalizava que queria brincar de boneca: 'Mamãe, se eu tivesse nascido menina era mais legal'.

No aniversário, pediu uma Batgirl. Ganhou o Batman, mas fez um vestido de massinha para o boneco: 'Mãe, fiz a minha Batgirl'. Depois, pediu uma bicicleta da Barbie.

Quando ele começou a apresentar essas preferências, procuramos uma psicóloga que disse que nós não sabíamos educar um filho homem. Essa profissional recomendou que tirássemos do universo dele tudo que era feminino e reforçasse o masculino.

Criticou o fato de eu estar maquiada, sugerindo que deixasse de ser tão vaidosa. Passei a usar calça, trancamos o quarto da irmã mais velha, filha do primeiro casamento do meu marido. Era uma espécie de cárcere privado de gênero. Meu filho estava infeliz e eu também. Ele roía as unhas até sangrar, chorava do nada. Estava sofrendo.

Na festa de aniversário de 4 anos, Bento pediu o tema unicórnio, mas resolvemos fazer do Mickey. Sem a turma, porque ele certamente iria se agarrar à Minnie.

Quando chegou ao bufê infantil, disse que aquela festa não era a dele. Ficou sentado quatro horas, pedindo para ir embora, enquanto as outras 30 crianças brincavam.

Foi quando eu disse: 'Chega'. Não dava mais conta de brigar com meu filho, de ser essa mãe que não ama, mas aprisiona uma criança num lugar onde ela não quer estar.

Pedi para uma amiga trazer uma boneca de presente. Bento ficou muito feliz. Disse ao meu marido: 'De hoje em diante, nosso filho vai se vestir e brincar como quiser'.

Percebi o quanto aquela orientação da psicóloga foi preconceituosa. Começamos a conversar com Bento e com a escola, nada acolhedora. A diretora falou que era para eu ocupar a minha cabeça, que essas coisas não existiam naquela idade.

Sentíamos um abandono total. Ninguém queria falar sobre o assunto. Nosso círculo de amigos e família não estava preparado para lidar com uma criança trans.

O pediatra também foi muito reticente. Estávamos vivendo algo que não sabíamos o que era. Não encontrávamos amparo. Fui procurar livros sobre o assunto, mas só tinha sobre adultos trans.

O que fazer quando se trata de uma criança de 4 anos? A transição de gênero do Bento gerava angústia. Ele passou a usar vestido em casa. Pedia: 'Me chama de linda, mamãe'. Como se comportar nesses casos? Vai passar?

Procurei reportagens na internet. Havia muita coisa em inglês. Em 2019, encontrei uma família brasileira com uma criança trans de 9 anos.

Eles me indicaram a psicóloga da filha, uma menina trans. Para essa profissional, quando crianças e adolescentes se entendem como pessoas trans, elas devem ter o direito de existir e a liberdade de escolha, de experimentação.

> "Era uma espécie de cárcere privado de gênero. Meu filho estava infeliz, e eu, também. Ele roía as unhas até sangrar, chorava do nada. Estava sofrendo
>
> **Thamirys Nunes**
> sobre o desconforto antes da transição

Essa nova psicóloga explicou que era preciso respeitar o tempo da criança e ofertar um espaço neutro para ela manifestar os próprios gostos.

Não foi fácil. Fomos atacados, achincalhados. Fui chamada de louca, denunciada ao Conselho Tutelar. Denúncia anônima com alegação de maus-tratos por 'obrigar' meu filho a usar vestido.

Ligaram para meu marido sugerindo que eu fosse internada em um hospício. Nunca questionam ele, sempre a mim. Fui muito atacada enquanto mãe.

Temos uma família grande. Conversamos com nossos irmãos e pais. Com os demais, não. Postei foto no Instagram com a legenda: 'Minha filha, amor da minha vida, eu te amo'.

Alguns parentes e amigos vieram conversar. Outros sumiram. Não tinha nada a ser justificado. A mensagem foi: minha criança é assim.

O mais importante foi o Bento sentir que não ia perder o amor de pai e de mãe. O adulto não pode levar a sua dor para a criança em transição.

Vivemos um episódio em que entrei em pânico. Bento pegou uma tesoura para cortar o pipi. Quando percebi esse desejo de mutilação disse a ela que não ia ser menos menina por ter um pipi.

A decisão de mudar de nome foi ao final do processo, após a mudança do guarda-roupa e adoção do uniforme feminino na escola.

Cinco meses depois do aniversário de 4 anos, em 28 de junho de 2019, Bento comunicou ao pai: 'Sou uma menina. Meu nome é Agatha. E não tem problema ser menina de pipi'.

Nossa criança encontrou um ambiente seguro para se manifestar. Mudamos de casa e o novo quarto da Agatha já rosa. Ela chorou quando viu.

Deixamos as roupas e os brinquedos masculinos no armário até ela decidir doar. No tempo dela.

Quando começamos a ficar bem, pensei nas outras mães que estão no olho do furacão em meio a esse deserto de desinformação. Precisava falar para elas: 'Vai ficar tudo bem'.

No ano passado, chegou ao meu conhecimento o suicídio de dois adolescentes trans. Decidi que ia escrever um livro contando tudo que vivi. Queria que tivesse uma obra sobre o assunto ao alcance de outros pais.

Quando o livro estava pronto, fiquei pasma de as grandes editoras e livrarias não se interessarem. Peguei empréstimo e banquei a publicação. Criei um perfil no Instagram, Minha Criança Trans, como canal de venda e informação, que tem 47 mil seguidores. Já foram vendidos 1.100 exemplares do livro no boca a boca.

Recebo mensagens de muitas mães, que sempre começam com 'acho que tenho uma criança trans'. Criei um grupo de WhatsApp com 30 pessoas, hoje somos 290. É fundamental que as famílias se abram para o diálogo.

O entendimento de uma criança sobre gênero começa por volta dos 2 anos de idade. Enquanto as questões de sexualidade vêm com a puberdade, na adolescência.

Nas escolas, é mais difícil lidar com os pais dos coleguinhas. Tem aqueles inconformados, temendo que a convivência com uma criança trans vá influenciar os filhos.

Quando nossa filha adotou o nome social, fizemos mudança de escola, onde ela passou a ser identificada como Agatha e pedimos para não contar na sala que ela era trans.

Mas a informação vazou. Ela era do pré, mas no recreio foi abordada por dois meninos do 4º ano: 'Você é a menina de pipi'. Como a coordenação rompeu o pacto logo na primeira semana, decidimos tirá-la da escola.

'A menina de pipi sempre apanha', disse Agatha sobre a experiência. Veio a pandemia e ela passou a ter aula em casa com professor particular.

Ano passado, ela ingressou em uma outra escola, já com todos os documentos retificados. Os colegas não sabem que ela é trans. Nossa conversa é: se ela quiser contar, ela conta. Não se trata de esconder, mas de protegê-la.

Não tem nenhuma lei que proíba a escola de expor a identidade de uma criança trans. Todas as políticas públicas no Brasil são voltadas para a população trans adulta. Temos urgência em olhar também para essa faixa infantojuvenil.

Procurei o presidente da Aliança Nacional LGBTI+, que é um homem gay, e ele me disse: 'Precisamos de uma mãe nessa luta'. Quem vai brigar pela minha filha até ela crescer se não eu?

Abri mão do meu trabalho e passei a atuar como voluntária pelos direitos de crianças trans. São 12 horas por dia atendendo famílias, resolvendo problemas em escola.

Já temos alguns avanços. O decreto do nome social não fala especificamente de criança. Em vários estados, menor de 13 anos não pode adotar o nome compatível com o gênero com o qual se identifica. Em outros, menores de 16 anos precisam apresentar laudo médico.

Antes de ter a documentação, passamos por uma situação horrorosa na volta de uma viagem a São Paulo. O motorista do ônibus não queria nos deixar embarcar pelo fato de a Agatha estar vestida de menina e o documento a identificar como Bento.

Ele me disse que eu podia estar sequestrando a criança. Depois do constrangimento, consegui entrar no ônibus, mas fui ameaçada: 'Se for parado pela Polícia Rodoviária, deixo vocês na estrada'.

Tempos depois, voltei a São Paulo para fazer o novo RG da minha filha com o nome social escolhido por ela. Ela assinou o RG como Agatha. O passo seguinte foi mudar também o registro civil da nossa filha. Foi uma enorme conquista obter uma nova certidão de nascimento com retificação de nome e gênero da nossa filha em agosto de 2021.

Depoimento a Eliane Trindade

MORTES | coluna.obituario@grupofolha.com.br

Psicóloga, atuou pelos menos favorecidos na cracolândia

ANA BEATRIZ WANZELER TURA (1969-2022)

Priscila Camazano

SÃO PAULO Ana Beatriz Wanzeler Tura era psicóloga, porém a profissão que queria seguir na verdade era a de bailarina. Ela tinha um prazer enorme pela dança. Era muito boa também para lembrar letras de música, o que a fez sonhar em ser cantora um dia.

"Ela sempre teve um prazer enorme pelas artes, mas nunca conseguiu profissionalmente", lembra Fábio Antônio Tura, com quem foi casada por 21 anos.

Ana Beatriz nasceu no município paraense de Muaná, na ilha de Marajó, e foi criada em Belém. Quando se mudou para a capital paulista, conheceu Fábio Antônio. Em 2000, no dia do aniversário da psicóloga, 4 de julho, eles se casaram.

"Ela veio para São Paulo e me encontrou. Eu trabalhava na **Folha** e ela, no Datafolha. Vivemos felizes até enquanto durou", afirma o marido.

Formada em psicologia na Universidade Federal do Pará, Ana Beatriz prestou um concurso público da Prefeitura de São Paulo e ingressou na rede de saúde municipal depois de anos atuando em um consultório particular.

"No primeiro momento, ela caiu em um local em que eu não imaginava que fosse resistir. No CTA/SAE DST/Aids, da alameda Cleveland, no coração da cracolândia", afirma Fábio Antônio.

A unidade no centro paulistano foi o primeiro local designado a ela na saúde municipal. Na época, a psicóloga paraense surpreendeu ao assumir a defesa dos menos favorecidos na cracolândia.

Por causa de sua boa atuação na área, foi depois convidada a trabalhar na UBS (Unidade Básica de Saúde) Santa Cecília, também na região central paulistana. Ali, atendeu transexuais que passavam por hormonioterapia. "Ela fez isso com muito amor", conta Fábio Antônio.

Na unidade, esteve à frente de um dos laboratórios de hormonioterapia de referência em São Paulo ao lado de outras duas médicas, de acordo com o marido.

Com o fim do espaço, ela passou a atender idosos na unidade de saúde.

No último dia 16 de fevereiro, Ana Beatriz morreu aos 52 anos de câncer. A paraense deixa o marido, irmãos, sobrinhos e amigos.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Adams Carvalho

Easy Rider

Cancelem-me: Havaianas não são confortáveis; os chinelos estilo Rider são

Antonio Prata
Escritor e roteirista, autor de "Nu, de Botas"

Nasci e cresci na Guerra Fria. O mundo se dividia ao meio. Havaianas do lado esquerdo, Rider do lado direito. Havaianas simbolizavam a aposta na miscigenação e na semana de 22. Rider era o parnasianismo e o projeto branqueador.

Quando Caetano gritou pra plateia censora no Festival da Canção "se vocês, em política, forem como são em estética, estamos feitos!", ele certamente via todo o público de Rider. O público também o via de Rider, pois usar guitarra na música popular brasileira era, para eles, como usar sapatênis numa plenária da UNE. Rider era PDS, Del Rey, SBT, Agnaldo Rayol, Afanásio Jazadji. Havaianas era Novos Baianos, TV Pirata, MTV, Pedro Cardoso, Boiçucanga, SOS Mata Atlântica.

Nasci numa família de esquerda. Fui criado sob uma doutrina hippie ortodoxa. Se na infância eu dissesse, por exemplo, que pensava em ser engenheiro ou em ter um Monza, seria provavelmente levado à força a uma cachoeira onde um amigo cabeludo dos meus pais me submeteria a duas horas de "Stairway to Heaven" numa cítara enquanto eu ofereceria pétalas de flores amarelas a Oxum.

Durante boa parte da minha vida, portanto, usar Rider foi impensável. Faz um mês, contudo, que um Muro de Berlim desmoronou dentro de mim. Eu comprei um Rider.

Na verdade, não foi exatamente um Rider, foi pior: um genérico chinês com o qual o Instagram vinha me assediando havia meses. Comprei, chegou, calcei e o conforto foi diretamente proporcional ao pânico existencial. Devo admitir, após 44 anos de erro: no quesito chinelos, a direita tem razão.

Sei que eu não deveria escrever esta crônica no atual estágio do desmantelo nacional. Tenho consciência de que não devia dar munição ao inimigo, que doravante poderá incluir as Havaianas no amplo index das proibições absurdas, junto ao cinema, ao teatro, à literatura, ao meio ambiente, aos direitos humanos, à educação e até aos absorventes femininos.

Há momentos, porém, em que a mentira é tão aviltante que nenhum contorcionismo utilitarista a justifica. Cancelem-me, mas aqui vai: Havaianas não são confortáveis. Os chinelos estilo Rider são. A dureza da sola das Havaianas não é o mais grave. A bolha que surge entre os dedos quando você resolve ir até o outro lado da praia também não.

O que percebi, depois de umas semanas de (tipo) Rider, é que caminhar de Havaianas exige uma pressão sutil porém contínua do dedão e do dedo ao lado sobre a tira. É como andar segurando um envelope no sovaco. Você não sente o cansaço, mas cansa.

Migrei e não tem sido fácil. Meus filhos e minha mulher me tratam como se eu estivesse de pochete e sunga: gargalham. Família e amigos, quando não me desprezam, me encaram como se eu estivesse fazendo uma performance hipster, tipo "ai, tô num filme do Wes Anderson, ai, sou geração Z, ai, tudo aqui é ironia". Não compreendem que é a sério.

Mentira. Minha mulher compreende que é a sério e por isso mesmo se assusta. Enxerga no meu chinelo a pole position numa corrida que leva à camiseta regata, à pochete, à sunga e a tudo isso junto numa daquelas poltronas tipo a do Joey e do Chandler, em "Friends", reclinável, giratória, com porta-copos e hedionda. Gostaria de poder dizer que ela está errada.

'SUS da Educação' deve ser aprovado na Câmara

Texto da lei do Sistema Nacional de Educação passou no Senado; envolvimento do MEC surpreendeu congressistas

Paulo Saldaña

BRASÍLIA A Câmara dos Deputados deve votar na próxima semana o projeto que cria o SNE (Sistema Nacional de Educação). Considerado um "SUS da Educação", por prever mecanismos de colaboração entre os entes da Federação, o projeto passou no Senado na última quarta-feira (9).

O texto, sob relatoria do senador Dário Berger (MDB-SC), é muito similar ao projeto que tramita na Câmara. Além disso, congressistas conseguiram chegar a um acordo com o MEC (Ministério da Educação) para alinhar o teor, o que assegura, segundo deputados, um entendimento mais rápido e sem surpresas.

A Câmara já tem um pedido de urgência aprovado para agilizar a apreciação do tema no plenário. Depois, ele volta ao Senado para revisão e, se aprovado novamente, vai à sanção presidencial.

A ideia do SNE é consolidar o regime de colaboração e coordenar os esforços entre os níveis federal, estadual e municipal. Daí a comparação com o SUS (Sistema Único de Saúde).

O SNE cria instâncias de pactuação federativa, em que decisões que vão de iniciativas pedagógicas a financiamento devem ser tomadas em conjunto. A previsão é de criação de uma comissão tripartite, com representantes das três esferas, e de comissões bipartites, com estados e seus respectivos municípios.

Estão nos objetivos da criação do sistema o estabelecimento de mecanismos de articulação e realização conjunta de políticas, programas e ações educacionais, assim como a garantia da equidade no gasto público anual por aluno.

A resposta desigual à pandemia na educação pública, tanto em termos de oferta de ensino remoto quanto do próprio calendário de retorno presencial, é exemplo da falta de um sistema como esse.

Segundo o deputado Idilvan Alencar (PDT-CE), relator do texto da Câmara, a expectativa é ter o sistema em funcionamento até o ano que vem.

"A urgência com o SNE tem também a ver com o desafio da recuperação de aprendizagem [após o período de escolas fechadas na pandemia]. E a recuperação é uma pauta tão grande que não dá para fazer sozinho", diz Idilvan.

O MEC havia posto barreiras com relação ao teor dos dois projetos do Congresso e conseguiu adiar sua apreciação. Havia incômodo com o artigo que cria a comissão tripartite, cuja redação poderia reduzir autonomia do MEC, no entendimento da pasta.

Para o ministério, os textos iniciais poderiam causar confusão ao permitir que a comissão assumisse atribuições da comissão intergovernamental do Fundeb (o principal mecanismo de financiamento da educação básica).

Nos dois textos, do Senado e da Câmara, houve alterações para atender as indicações do governo, consideradas razoáveis. Surpreendeu congressistas a boa participação do MEC nos debates neste momento, uma vez que o governo costuma ser ausente em tramitações importantes.

De acordo com congressistas, o MEC ainda expôs ideias de transformar o CNE (Conselho Nacional de Educação) em uma espécie de sistema, o que não foi atendido.

A deputada Luisa Canziani (PTB-PR) diz que conversas com o líder do governo, deputado Ricardo Barros (PP-PR), e tratativas com o MEC garantiram a urgência na pauta e ajustes no texto.

"Essa é uma pauta antiga na Câmara e no Congresso, e que merece a nossa atenção, o nosso respaldo", diz Canziani. "O que seria do enfrentamento da pandemia no Brasil se nós não tivéssemos o SUS? Infelizmente, não temos ainda um Sistema Nacional na Educação."

A criação do SNE é apontada por especialistas como mecanismo de gestão essencial para organizar e equalizar a oferta escolar, além de dar eficiência aos gastos públicos.

O sistema deveria ter sido criado até 2016, segundo meta (desrespeitada) do Plano Nacional de Educação. A Constituição também cita a medida (a partir de emenda aprovada em 2009).

Atualmente, há pouca articulação entre as redes estaduais de ensino e as redes de seus respectivos municípios, que contam com menor orçamento e baixa capacidade de gestão.

Além disso, embora a Constituição defina que o ensino fundamental (do 1º ao 9º ano) deva ser responsabilidade de municípios, boa parte dessas matrículas ainda estão nas redes estaduais.

"É um orgulho para o parlamento que na mesma legislatura conseguimos aprovar o novo Fundeb e o SNE, pautas antigas e importantes", completa Idilvan.

saúde

Pedestres circulam pela avenida Paulista, na região central de São Paulo, com e sem máscara Zanone Fraissat - 9.mar.2022/Folhapress

Fim da máscara pode pôr em xeque esforço coletivo contra a Covid

Para especialistas, anúncio de nova regra deveria vir com mensagem sobre vacina

Ana Bottallo

SÃO PAULO Derrubar a obrigatoriedade do uso de máscaras em ambientes fechados, como decidiu na última segunda (7) a Prefeitura do Rio de Janeiro, pode passar a mensagem de que esforços coletivos para combater o coronavírus não são mais necessários.

E mesmo com o fim da obrigatoriedade em espaços abertos, como ocorreu no estado de São Paulo, o ideal seria aproveitar o momento para conscientizar a população sobre quais estratégias continuam sendo adotadas, como ampliação da testagem, avanço da vacinação em crianças e de reforço e diminuição de aglomerações, o que tampouco foi feito.

Essa é a avaliação de especialistas ouvidos pela **Folha**, que veem com preocupação a flexibilização das regras de uso da proteção facial.

Dois anos após a pandemia da Covid-19 ser oficialmente decretada pela OMS (Organização Mundial da Saúde), os protocolos de segurança foram muito pouco ou não foram revisados, afirmou o engenheiro e diretor do monitoramento e avaliação de políticas públicas da Prefeitura de Goiânia, Erick Sousa.

"A questão da importância do uso das máscaras é bem endossada, mas algumas outras estratégias, como ventilação, monitoramento de CO_2 e filtros Hepa [que retêm partículas contaminadas no ar], não foram implementadas", disse.

Para Sousa, também doutorando em ciência da saúde na Universidade Federal de Goiás, o uso de máscaras é análogo ao de guarda-chuva. "Se está chovendo, vou sair com guarda-chuva, mas também vou vestir casaco, para impedir o frio e o vento. A máscara é como o guarda-chuva. A vacinação é como o casaco, mantém meu corpo protegido."

A pesquisadora Lorena Barberia, professora do departamento de ciência política da USP, avalia que há uma falha ao anunciar o fim da exigência da máscara em espaços abertos e, nas próximas duas semanas, a possibilidade de retirada em locais fechados, como fez o governador João Doria (PSDB), na quarta (9).

"Não há a retirada [da exigência da máscara] em espaços abertos para conscientizar sobre o risco ou sobre ventilação, mas para fazer uma alusão de que hoje já existe um controle da pandemia, equiparando ter controle a usar ou não máscaras. E isso é uma confusão", afirmou Barberia.

Ela lembrou ainda que o uso de máscara é uma medida de relativo baixo custo para a saúde pública, uma vez que ampliar testagem —ou ofertar testes gratuitos— e disponibilizar medicamentos promissores, como pílulas antivirais, é muito mais difícil em um país como o Brasil.

A visão de ser necessário valorizar no debate público a soma de medidas, e não a retirada, é compartilhada pela biomédica Mellanie Fontes-Dutra, professora da Unisinos. "Temos dados de que somente o distanciamento físico sem máscara em ambientes abertos pode trazer o mesmo risco que estar em um ambiente fechado. A máscara continua muito importante", afirma.

Para Barberia, o uso de máscaras tem um caráter simbólico de igualdade. "Agora, fica a mensagem que a máscara é uma escolha individual se você quer ou não usar, e essa quebra, em uma sociedade com a desigualdade de acessos como a nossa, só coloca as pessoas vulneráveis em uma situação pior, quando deveríamos estar cuidando uns dos outros."

O epidemiologista Leonardo Bastos, responsável pelo boletim InfoGripe da Fiocruz, pondera que a proteção coletiva irá sofrer o impacto, uma vez que quem optava por não pôr máscaras vai continuar não usando, mas há um contingente de pessoas que se sentiam inibidas em sair sem e, portanto, usavam para cumprir medidas obrigatórias.

"As pessoas vão entender, com essas medidas, que as máscaras não são mais necessárias, e não é isso que está sendo dito", disse.

Apesar de defender que máscaras não precisam ser usadas em ambientes abertos, a pneumologista e pesquisadora da Fiocruz Margareth Dalcolmo vê como precipitada a desobrigação do uso em espaços fechados. "Você fragiliza uma medida tão potente e coloca em risco as demais medidas não farmacológicas", afirmou.

"No Brasil, tivemos uma boa adesão à vacinação, e os esforços de saúde pública deveriam priorizar a cobertura vacinal em crianças e a dose de reforço, e não a flexibilização de máscaras em espaços fechados", acrescentou.

Ultraprocessados trazem riscos para jovens

Chance de obesidade é 45% maior entre adolescentes que comem muito esses produtos, aponta pesquisa da USP

Karina Toledo

AGÊNCIA FAPESP Com base em dados de 3.587 adolescentes de 12 a 19 anos que participaram do inquérito nacional de saúde e nutrição dos EUA, pesquisadores da USP (Universidade de São Paulo) calcularam quanto o consumo de alimentos ultraprocessados impacta no risco de obesidade.

No estudo, os jovens foram divididos em três grupos de acordo com a quantidade ingerida desses produtos.

Ao comparar os que mais comiam ultraprocessados (em média 64% do total de gramas da dieta) com aqueles que comiam menos (18,5% em média), observou-se que o primeiro grupo tinha 45% mais chance de obesidade, 52% mais chance de obesidade abdominal (gordura na barriga) e —o dado mais preocupante— 63% mais chance de obesidade visceral (acúmulo de gordura entre os órgãos), que está altamente relacionada com o desenvolvimento de hipertensão, doença arterial coronariana, diabetes tipo 2, dislipidemia e aumento do risco de mortalidade.

Os resultados completos da pesquisa, apoiada pela Fapesp, foram divulgados no Journal of the Academy of Nutrition and Dietetics.

"A evidência científica tornou-se bastante sólida em relação ao papel negativo dos alimentos ultraprocessados na pandemia de obesidade", diz Daniela Neri, autora do artigo e integrante do Nupens (Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde) da faculdade de saúde pública da USP. "Entre os jovens, os resultados referentes à associação entre padrões alimentares baseados em ultraprocessados e desfechos de saúde, entre eles a obesidade, eram escassos e inconsistentes."

Coordenada pelo professor Carlos Augusto Monteiro, a equipe do Nupens foi pioneira em associar as mudanças no processamento industrial de alimentos com a pandemia de obesidade, que teve início nos Estados Unidos nos anos 1980 e, no século 21, atingiu a maioria dos países do mundo.

A partir dessa hipótese, o grupo desenvolveu uma classificação para os alimentos, denominada Nova. Ela é baseada no nível de processamento industrial.

O trabalho alicerçou as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira lançado em 2014, que recomenda priorizar as preparações culinárias com alimentos in natura ou minimamente processados e evitar os ultraprocessados —refrigerantes, bolachas recheadas e salgadinhos de pacote, e até mesmo pão de forma integral.

Os ultraprocessados têm aditivos, como corantes e espessantes, que buscam melhorar as características sensoriais do produto. Muitos deles têm alta densidade energética e altos teores de açúcar e gordura, o que contribui para o ganho de peso.

"Mas mesmo aqueles com baixas calorias, como o refrigerante diet, podem favorecer o desenvolvimento de obesidade de formas que vão além da composição nutricional. Por exemplo, interferindo na sinalização de saciedade do organismo ou modificando a microbiota do intestino", explica Neri.

Na pesquisa publicada, a dieta dos adolescentes foi avaliada por meio de uma metodologia conhecida como recordatório alimentar de 24 horas, que consiste na obtenção de informações sobre os tipos e quantidades de todos os alimentos e bebidas ingeridos.

Os dados avaliados na pesquisa da USP foram extraídos do National Health and Nutrition Examination Survey, o inquérito nacional de saúde e nutrição realizado continuamente nos EUA. Trata-se de um banco público de dados que abrange uma amostra nacionalmente representativa da população dos EUA.

No estudo, foram usadas informações coletadas entre 2011 e 2016. Segundo Neri, as conclusões podem ser extrapoladas para os jovens brasileiros, que também estão expostos desde cedo aos alimentos ultraprocessados, ainda que em menor proporção.

"No Brasil não há nenhum levantamento que forneça, ao mesmo tempo, informações sobre consumo alimentar de adolescentes e dados antropométricos coletados em avaliações presenciais. Esse tipo de inquérito nutricional tem alto custo e requer financiamento contínuo. No país há algumas iniciativas similares, porém, mais simples", comenta Neri.

Os dados mais recentes do Vigitel, inquérito nacional conduzido pelo Ministério da Saúde, apontam que a taxa de obesidade na população adulta do Brasil passou de 11,8% em 2006 para 21,5% em 2020, ou seja, praticamente dobrou.

Salgadinhos são alimentos classificados como ultraprocessados Gabo Morales - 31.jul.12/Folhapress

ciência

Dono da padaria, Renato Mota, 81, mostra garra de espécie de preguiça terrestre já extinta Fabiano Maisonnave - 8.fev.22/Folhapress

Padaria no interior do Acre abriga fósseis de milhões de anos

Responsável pelo acervo, policial aposentado reuniu cerca de 150 peças, mas não tem a quem doar

Fabiano Maisonnave e Lea Tomass

MARECHAL THAUMATURGO (AC) À primeira vista, a padaria sem nome não se diferencia dos outros comércios da ladeira do porto de Marechal Thaumaturgo (AC). Mas basta atravessar a porta do sobrado de madeira para dar de cara com mastodontes, preguiças-gigantes e o maior jacaré que já existiu na Terra.

Os fósseis desses animais estão sobre prateleiras ao lado da entrada. Antes de buscar seu pãozinho, o cliente passa por uma costela de preguiça de 1,35 m, um molar de mastodonte (parente do elefante) de 3,6 kg e grandes dentes de Purussaurus, jacaré de até 10 toneladas extinto há 5 milhões de anos. São amostras do tesouro do dono da padaria, o policial aposentado Renato Mota, que coleciona fósseis desde que se mudou para a cidade, há 40 anos.

O paleontólogo amador estima ter 150 peças, todas encontradas na região, em praias do rio Juruá e afluentes. A maior delas, guardada em sua casa, no andar de cima da padaria, é a omoplata de 32 quilos de uma preguiça-gigante.

Aos 81 anos, andando a passos lentos, Mota nem precisa mais ir atrás dos ossos. Conhecido por todos na cidade de 20 mil habitantes, agora são os moradores que levam para ele o que encontram.

"Hoje me trouxeram esse osso de uma preguiça-gigante. Essa parte é da canela com o pé. Estavam tomando banho no rio São João e acharam."

A sua maior ossada era a cabeça de um mastodonte, que habitava a América do Sul. Pesava 70 kg. Mas, ao tentar limpar o fóssil com uma lavadora de alta pressão, houve um acidente. "Tirei com o lava-jato o barro que tinha dentro da cabeça, e muitos pedaços de osso quebraram", lamenta.

Mota conta que gosta de colecionar desde criança. Primeiro, foi lápis, depois fósforos. "Tinha muitos chaveiros, mas começaram a enferrujar." Na parede da padaria, há também facas e espadas, segundo ele, do Dom Quixote, do rei Arthur, do Robin Hood e do filme "Piratas do Caribe".

Como todo colecionador que se preza, ele estudou com afinco. Sabe identificar quase todos os fósseis, conhece as características e a distribuição geográfica dos animais extintos e montou "cards" explicativos com a ajuda do paleontólogo Alceu Ranzi.

Só que ele se cansou do desinteresse do poder público. Há anos, vem tentando doar a sua coleção, sem sucesso. "Tenho batalhado com todos os prefeitos para abrir um museu público, mas até hoje não consegui. Fico triste até. Depois de tantos anos coletando essas coisas, vou embora e não tem um local adequado para deixar para o público."

"A coleção é muito relevante", diz a paleontóloga Lucy Souza, do Musa (Museu da Amazônia), em Manaus, que analisou fotos do acervo a pedido da reportagem. "Já vi gente ter uma vértebra, dois ou três dentes, mas o acervo dele é uma coisa única."

"Há fósseis muito bem preservados, principalmente de preguiças-gigantes. Vi uma mandíbula de mastodonte completa. Isso é um registro que precisa ser estudado e pode complementar nosso conhecimento sobre esses animais do passado amazônico."

Para ela, outro fator relevante é o local onde foram achadas essas peças. "Marechal Thaumaturgo e o rio Juruá são locais pouco explorados perto de outras regiões. Por mais que já sejam de espécies conhecidas, esses registros ajudam a gente a entender a distribuição das espécies, as variações que podem existir na anatomia delas", explica Souza, que também ensina na Faculdade Estácio do Amazonas.

Segundo a pesquisadora, faltam políticas públicas para a paleontologia no país.

"A arqueologia, legislativamente falando, é muito mais evoluída do que a paleontologia. Existe o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), órgão regulamentador que faz a lei acontecer. Em uma escavação em sítio arqueológico, é preciso parar e contratar uma equipe de arqueólogos para fazer o salvamento desse material", diz.

"Na paleontologia, também há uma lei que garante a soberania sobre esses fósseis. Mas não temos um órgão capaz de fazer o que o Iphan faz. Se alguém construir um prédio em local com fóssil e destruí-lo, não vai acontecer nada. É um crime sem punição", diz.

Essa maior proteção para artefatos arqueológicos, no entanto, tampouco funciona na prática em todos os casos. Santarém (PA) foi palco em janeiro de uma querela envolvendo o sítio Aldeia, um dos mais importantes das Américas e registrado no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do Iphan desde 2008.

Sem licenciamento arqueológico, a prefeitura começou a construir um camelódromo na praça Rodrigues dos Santos, dentro do sítio Aldeia. Ao iniciar as escavações, foi encontrada uma grande mancha de terra preta de índio, indicativo de ocupação milenar, e fragmentos de cerâmica.

A obra foi embargada após mobilização dos movimentos indígenas e outras entidades da sociedade civil, com apoio do Ministério Público Federal. Apesar de Santarém ter reconhecimento arqueológico de ocupação contínua desde o século 9, a cidade não dispõe de uma representação do Iphan.

No caso de fósseis localizados, explica Souza, o procedimento correto seria entrar em contato com um paleontólogo. Em Marechal Thaumaturgo, cidade só acessível por barco e avião, o profissional mais próximo está em Cruzeiro do Sul (AC), a 140 km em linha reta.

Trata-se do paleontólogo Francisco Negri, professor do campus local da Ufac (Universidade Federal do Acre). Por telefone, ele conta que conhece Mota há muitos anos e que ele já o procurou para doar os fósseis, mas que o desejo maior do seu colega é que a coleção fique em Thaumaturgo.

"Não tenho autoridade para dizer que vou pegar esse material para que fique em uma instituição segura. Não posso tirar da casa dele. Seria uma grosseria aos anos de trabalho que ele teve em coletar esse material."

> Tenho batalhado com todos os prefeitos para abrir um museu público, mas até hoje não consegui. Fico triste até. Vou embora e não tem um local adequado para deixar para o público
>
> **Renato Mota**
> colecionador e dono da padaria

A megafauna da padaria de Marechal Thaumaturgo (AC)

Purussaurus brasiliensis

- Maior jacaré que já existiu
- **Período:** 5 a 15 milhões de anos
- **Tamanho:** Até 12,5 m
- **Peso médio do adulto:** 8 a 10 toneladas
- **Alimentação:** Carnívoro

Eremotherium laurillardi

- Preguiça terrícola
- **Período:** Extinta há cerca de 11 mil anos
- **Tamanho:** 6 m (média)
- **Peso médio do adulto:** 5 toneladas
- **Alimentação:** Herbívora

6 m
1,7 m

Notiomastodon platensis

- Mastodonte
- **Período:** Extinto há cerca de 11 mil anos
- **Tamanho:** 2,5 m de altura
- **Peso médio do adulto:** 5 toneladas
- **Alimentação:** Herbívoro

2,5 m
1,7 m

Fonte: paleontóloga Lucy Gomes de Souza (Museu da Amazônia)

Órfãos de liberdade e esperança

Show em defesa do ambiente impressionou; centrão e Bolsonaro seguem detonando

Marcelo Leite

Jornalista de ciência e ambiente, autor de "Psiconautas - Viagens com a Ciência Psicodélica Brasileira" (ed. Fósforo)

A correspondente Sylvia Colombo, de Buenos Aires (ARG), brindou leitores da **Folha** *com a informação poética: Gabriel Boric, 36, novo presidente do Chile, está morando numa casa da rua Huérfanos, entre Libertad e Esperanza. Me fez pensar no Brasil.*

Jair Bolsonaro, 66, largará a Presidência da República aos 67 (ou não). Deixa centenas de milhares de órfãos da Covid-19, a liberdade ameaçada pela sombra militar, policial e miliciana sobre as eleições e a esperança garroteada por pecuaristas do centrão votando em manada para passar a boiada de Salles.

Enquanto Arthur Lira (PP-AL) destampava na Câmara sua urgência para o projeto de lei 191, com o propósito de estuprar terras indígenas sob o pretexto vil da guerra na Ucrânia, milhares tomavam a Esplanada para caetanear. Inebriados com a liberdade pós-pandemia e com a esperança de estancar o descalabro ambiental.

Não são poucos. De acordo com a pesquisa de opinião Mudanças Climáticas na Percepção dos Brasileiros: 96% dos brasileiros declaram acreditar que o aquecimento global é fato, e 77% o atribuem à ação humana.

Nem para vacinação contra Covid se encontra apoio tão dominante numa questão de sobrevivência. E olhe que o coronavírus tem sido ameaça presente e disseminada, enquanto a crise do clima ainda é percebida como perigo futuro, que se pode combater e mitigar —na pior hipótese, preparar-se para o impacto.

Nem sempre a unanimidade se funda em noções corretas e objetivas. Não faltam evidências de que a adesão superficial a causas populares é tão rápida e fácil quanto manipulável e inconsequente —a mitologia sanguinária do heroísmo ucraniano está aí para ninguém espalhar fake news sozinho.

Exibir bandeirinhas azuis e amarelas na lapela ou no vidro do carro custa tanto quanto fazer o mesmo com as verdes e amarelas. Bem menos que entrar na fila de SUVs para abastecer com gasolina em alta disparada e odiar Vladimir Putin por encarecer combustível fóssil que já tem seus dias contados.

Vamos todos pagar cada vez mais caro por insistir na dependência de hidrocarbonetos formados milhões de anos atrás. Todos se preocupam com a saúde da Petrobras por causa da interferência nos preços, hoje, mas com o encalhe líquido e certo do patrimônio do pré-sal, amanhã, ninguém parece se importar.

Só para lembrar: a fim de estancar em 1,5°C o aquecimento global no qual todos virtualmente acreditam, como estipula o Acordo de Paris (2015), há que cortar quase pela metade a emissão de carbono em menos de uma década. E zerá-la nos 20 anos seguintes. Tchau, gasolina!

Atire o primeiro coquetel molotov quem acreditar que isso possa acontecer, com ou sem Putin e Zelenski. Do ponto de vista da atmosfera e do efeito estufa, tanto faz se o gás natural russo fluir para a Europa Ocidental ou para a China.

Do ângulo do futuro, tampouco importa se 25% ou 30% dos brasileiros puserem Bolsonaro no segundo turno por medo de Lula, da ideologia de gênero ou do espantalho da corrupção. A maioria deles diz acreditar em aquecimento global e que se trata de obra humana, mas não liga uma coisa com a outra.

Vibrei com a multidão que foi ao showmício na frente do Congresso, na quarta (9). Estranhei a retórica gritada nos discursos iniciais de lideranças progressistas, verdade, mas relevei ao racionalizar que deve ser porque todos nos sentimos órfãos, nesta altura, de liberdade e esperança.

Berrar, então. Quem sabe alguém escuta.

ESPORTE AO VIVO 11h Chelsea x Newcastle Inglês, ESPN | 16h Mirassol x São Paulo Paulista, RECORD/PREMIERE | 18h30 Palmeiras x Santos Paulista, HBO MAX/TNT SPORTS

Centroavante aprovado por Ronaldo também tem história de superação

Edu começa bem no Cruzeiro e tenta nova recuperação com o clube, que busca voltar à elite

Klaus Richmond

SANTOS O centroavante Edu conta sem qualquer rodeio ter ficado mexido quando soube de uma proposta do Cruzeiro poucos dias depois do encerramento da última Série B, no início de dezembro. À época, ainda nem sabia que trabalharia sob os olhos de alguém que conhece bem sua posição, Ronaldo.

"Quis fechar na mesma hora. Falei ao meu empresário para aceitar, estava convicto", disse à **Folha**.

O jogador de 29 anos tinha bem viva na memória uma cena que vivenciara em 9 de novembro de 2021, atuando pelo Brusque, equipe catarinense pela qual foi artilheiro da competição com 17 gols.

No ano de seu centenário, o Cruzeiro precisava vencer o Brusque pela 35ª rodada para assegurar a permanência na segunda divisão nacional. Chocou Edu o apoio de cerca de 32 mil torcedores.

"A festa que faziam foi algo que me marcou, era inexplicável. Eu falava aos meus companheiros dentro de campo: em um dia de semana, com o time sem chances de subir e ameaçado de rebaixamento, não era normal", conta.

Ele enxergou no momento do Cruzeiro o retrato da sua própria superação na carreira. Cria das categorias de base do Vasco, Edu rodou por diversos clubes menores até encontrar, quase depois de uma década, já com idade considerada avançada para o futebol, sua melhor fase.

"O meu primeiro salário no Brusque era de R$ 600, mal dava para pagar uma conta na época. Não tenho vergonha nenhuma em falar, mas precisei trabalhar muito para conseguir algo no futebol", relata.

"Passei por muitas dificuldades mesmo. Eu me recordo de quando estava em um time pequeno que jogou a semifinal da Copa Rio. Chegamos para almoçar, e a comida estava toda azeda, estragada mesmo. Tivemos que ir para campo sem nada na barriga, debaixo de sol de 38 graus."

O salário modesto em Santa Catarina é recordação de pouco mais de cinco anos, ocorreu em 2016. Antes disso, passou pela base de times como Botafogo, Portuguesa-RJ e Flamengo até começar a rodar por pequenos do Rio, como Boa Vista, São Gonçalo, Itaboraí e Nova Iguaçu. Ele quase desistiu de tudo em 2013.

"Meu contrato com o Flamengo acabou, e um empresário me prometeu algo. Fiquei esperando, esperando... Já estava parado fazia quatro meses, muito acima do peso. Foi quando recebi um convite do São Gonçalo, de um antigo treinador, e as coisas começaram a andar novamente. Fui do jeito que deu", explica.

Edu ainda jogou pelo Atlético Tubarão-SC antes da segunda passagem pelo Brusque, em 2020, um marco para a mudança na carreira.

Desacreditado no início, despediu-se do Brusque como um ídolo, com direito a uma atuação memorável diante do Remo. Marcou um gol e ainda defendeu um pênalti como goleiro improvisado.

"Não trocaria nenhuma rua em que entrei neste percurso, por mais que tenha traçado um trajeto mais longo e difícil. Tenho muito o que agradecer ao Brusque, é um amor recíproco. Espero viver isso no Cruzeiro também", diz.

O sonho de jogar no Cruzeiro esteve em xeque quando a agremiação adotou o modelo SAF (Sociedade Anônima do Futebol), comprada pelo ex-jogador Ronaldo.

Logo em suas primeiras ações, o grupo de trabalho estabelecido pelo ex-atacante reviu contratos classificados como "impagáveis e irresponsáveis". Contratações como a do goleiro Jailson, a do lateral direito Pará e a do zagueiro Maicon foram desfeitas.

"Quando acertamos, foi diretamente com o Alexandre Mattos [agora ex-diretor de futebol do clube] e com o Vanderlei Luxemburgo [ex-técnico]. Ficou uma tensão sobre quais contratos seguiriam, mas pessoas ligadas ao Ronaldo garantiram que a minha situação seria mantida normalmente", conta.

Bancado pelo Fenômeno, ganhou do ídolo histórico, que tem diferentes tipos de superação em sua trajetória, a chance de ser o centroavante. Correspondeu com um ótimo início: seis gols em nove jogos disputados — a última dessas partidas, o clássico contra o Atlético-MG, foi interrompida de forma inesperada, após choque de cabeça com o goleiro rival Everson.

As conversas com Ronaldo até aqui foram rápidas e não envolveram dicas sobre posicionamento ou coisas típicas da posição. Mesmo assim, ele conta que o agora gestor frequentemente pergunta se há melhorias no dia a dia a ser feitas no clube.

Cruzeiro e Edu estão unidos por algo em comum: a obsessão pela Série A e a superação. O clube mineiro está afastado desde 2020 da elite do futebol nacional, e Edu jamais jogou a principal competição do país. Seu contrato vai até o final de 2024.

"O objetivo é o acesso da Série A. Não abrimos mão do Mineiro e da Copa do Brasil, mas a meta é subir. Conquistando esse acesso, vamos marcar o nosso nome na história por recolocar o clube em seu lugar. Eu nunca joguei na elite, mas, se cheguei até aqui, tenho certeza de que a minha hora vai chegar. E a do Cruzeiro, também", conclui.

O atacante Edu, 29, é o centroavante em quem Ronaldo confiou em seu início como controlador do Cruzeiro Cris Mattos/Cruzeiro

Uma ode ao Palmeiras

Na verdade, '45 do Segundo Tempo' é declaração de amor ao futebol, à vida, ao futuro, um filmaço

Juca Kfouri

Jornalista e autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

"45 do Segundo Tempo" é o nome do filme dirigido por Luiz Villaça, palmeirense de sangue verde, daquelas obras de arte que provocam risos e lágrimas, porque divertem, emocionam e fazem pensar.

Villaça conseguiu a proeza de reunir três atores, Tony Ramos, Cassio Gabus Mendes e Ary França, como se formassem um trio ao estilo de Ademir da Guia, Dudu e César, para os mais velhos, ou Raphael Veiga, Dudu e Weverton para os mais moços.

Mas poderiam ser também Pelé, Coutinho e Pepe, Sócrates, Casagrande e Wladimir, ou Leônidas da Silva, Raí e Rogério Ceni, embora não seja um filme só sobre futebol.

É muito mais, porque sobre a amizade, a fé e a falta da fé, e sobre, segundo o escritor argelino Albert Camus, a única questão realmente relevante na filosofia: o suicídio.

O são-paulino Tony Ramos faz um palmeirense tão perfeito como só ele seria capaz, assim como Bruno Gagliasso fez o delegado torturador no filme "Marighella".

Também tricolor, Gabus Mendes está exuberante, ao lado de mais um tricolor, Ary França, no papel de padre corintiano que dá verdadeiro show ao tomar um porre homérico e botar em dúvida sua fé em Deus. Se o futebol imita a vida e vice-versa, Villaça goleia ao expor quão verdadeira é a comparação.

Se não bastasse, duas atrizes excepcionais, como Denise Fraga e Louise Cardoso, pontuam como protagonistas em curtas, porém preciosas, participações especiais.

A cantina Baresi, homenagem a um dos maiores zagueiros da história do futebol, o italiano Franco Baresi, está falida, e o dono, encenado por Tony Ramos, disposto a se suicidar assim que o Palmeiras for campeão do Campeonato Brasileiro, nas derradeiras rodadas, com o Corinthians na dianteira e o Palmeiras em perseguição direta.

Gabus Mendes, no papel de muito bem-sucedido advogado, vive às voltas com o fim do casamento e atormentado por descobrir ser gay o filho único. Denise Fraga, no papel de sua mulher, vive cena antológica ao descascar uma mexerica. Sim, uma cena antológica ao descascar uma mexerica.

O padre, virgem como têm de ser os padres, está em crise de fé e disposto a perder a virgindade.

Contar mais seria estragar prazeres, e o melhor será indicar à rara leitora e ao raro leitor que não deixem ver o filme, no circuito a partir do próximo dia 12 de maio.

Mas ainda é possível dizer que os três amigos, depois de quatro décadas sem se encontrar, resolvem reviver os tempos de ginasiais do colégio Dante Alighieri e viajam para Areado, pequena cidade mineira a 343 quilômetros de São Paulo. Lá esperam reencontrar a colega de escola Soninha, papel de Louise Cardoso, certos de que a verão tão desejável como antes.

De certa forma não será exagero dizer que o filme de Vilaça fecha uma trilogia iniciada por "Boleiros", do também palmeirense Ugo Giorgetti, e continuada por "O casamento de Romeu e Julieta", de Bruno Barreto, que não liga para futebol.

Filmes que tornaram inesquecíveis o ator Otávio Augusto no papel de árbitro e Luis Gustavo como o pai alviverde de Julieta.

Agora, "45 do Segundo Tempo" eternizará Tony Ramos no papel de Pedro Baresi.

Giorgetti, Barreto e Villaça formam outro trio formidável nesta dura empreitada de manter alto o nível do cinema brasileiro.

O Palmeiras será campeão? Pedro Baresi se suicidará?

Dia 12 de maio num cinema perto de você.

Combinaram com os russos?

Existem muitas opções estratégicas; melhor é a mais bem executada, na hora certa e de acordo com rival

Tostão

Cronista esportivo, participou como jogador das Copas de 1966 e 1970. É formado em medicina

Na véspera da final da Copa de 2002, jornalistas alemães presentes na sala de imprensa me disseram que era a pior seleção da Alemanha dos últimos anos. Isso não diminui a brilhante conquista brasileira, mas serve para lembrar que, na época, o jogo coletivo estava estagnado, chato, pragmático e previsível.

Depois do Mundial, o futebol começou a mudar para melhor, progressivamente. O Barcelona, dirigido por Guardiola, iluminou o espetáculo, que se espalhou pela Europa, criando muitas variações da maneira de jogar.

Alguns craques baixinhos, meio-campistas, como Xavi, Iniesta e outros, voltaram a ser badalados. O Brasil não acompanhou essa evolução e, só recentemente, após o 7 a 1 e a chegada de vários treinadores, estrangeiros e brasileiros, começou a jogar um futebol mais moderno e eficiente.

O jogo, especialmente na Europa, está mais intenso, com menos espaços entre os setores, com mais pressão para recuperar a bola, com variação da marcação mais adiantada e da mais recuada, com mais troca de passes e triangulações e outros detalhes.

Individualmente, houve também evolução da parte técnica. Os goleiros aprenderam a jogar fora da área e, com os zagueiros, desenvolveram um melhor passe. Há mais jogadores capazes de atuar de uma intermediária à outra. Os cruzamentos das laterais são mais fortes e mais difíceis para a defesa. Os goleiros são mais altos e rápidos, uma das razões da diminuição do número de gols de falta.

Os treinadores que gostam de atuar com três zagueiros usam, cada vez mais, pelos lados, pontas hábeis, dribladores e velozes no lugar de laterais com funções de alas. Os times pressionam, deixam quatro jogadores no próprio campo (três zagueiros e um volante) e atacam com seis. O Bayern atua quase sempre dessa forma. Outros clubes europeus fazem o mesmo.

O Palmeiras também tem usado meias ofensivos, como Scarpa, como alas. O Flamengo coloca o meia Éverton Ribeiro ou mesmo um atacante, como Vitinho, como ala esquerdo. Os treinadores portugueses que atuam no Brasil estão mais atentos ao que acontece no mundo.

Existem muitas opções estratégicas. A melhor é a mais bem executada, no momento certo e de acordo com o adversário. Entre as histórias do futebol, verdadeiras ou inventadas, uma deliciosa é a de Garrincha, após a preleção de Vicente Feola, antes do jogo contra a Rússia, na Copa de 1958, quando Mané perguntou ao treinador: "Já combinaram com os russos?".

O criador e a criatura

O Galo Doido, personagem símbolo da torcida do Atlético, foi suspenso por um jogo porque pressionou o jogador do Cruzeiro que comemorava o gol. O criador, a pessoa que estava dentro da vestimenta, é quem deveria ser punido.

Isso me faz lembrar que, na vida, muitas pessoas usam a personagem para se proteger de atitudes ilegais, absurdas, imorais, como o deputado que ofendeu as ucranianas e todas as mulheres. Ele se justificou dizendo que era um áudio privado, conversa com amigos, como se o responsável fosse a personagem, não ele.

No mundo, é frequente pessoas criarem personagens para conviver em sociedade, o que é compreensível, desde que não façam grandes besteiras. "Conheceram-me logo por quem não era e não desmenti, e perdi-me. Quando quis tirar a máscara, estava pegada à cara. Quando a tirei e me vi ao espelho, já tinha envelhecido (Fernando Pessoa)."

AMOR ESTRANHO AMOR

Chico Felitti

folha.com/nossoestranhoamor

Karla e Gustavo: amor ao pé do ouvido

"Sejam bem-vindas e bem-vindos a mais uma edição do Budejo!" Toda quinta-feira, Karla Lima e Gustavo Pereira ouviam a voz melíflua de Luan Alencar saudar os ouvintes do podcast Budejo, uma mesa de conversa gravada em que Luan, Carol Aninha, Vamille Furtado e Pedro Philippe conversam sobre todo e qualquer assunto, de política a chifre (que, eles defendem, é uma forma de pedagogia).

Karla e Gustavo ouviam o mesmo programa, mas não se conheciam e estavam divididos por meio Brasil. Karla estava no Crato, no mesmo Cariri cearense em que o Budejo costuma ser gravado. Mas Gustavo estava a quase 3.000 km, em Curitiba. O que os unia, e eles não sabiam, era o papo budejeiro —o nome vem do verbo bodejar, que o dicionário define como "Verbo intransitivo: Soltar a voz (o bode)."

Gustavo tinha chegado ao podcast em 2020 por indicação de uma amiga, porque na pandemia passou a ouvir mais e mais programas do tipo. Depois de ouvir e curtir o programa, ele entrou no grupo de Telegram do Budejo. Eram cerca de cem pessoas que contribuíam com o podcast e, por isso, podiam estar naquele grupo, trocando mensagens com os apresentadores e entre si. O bancário de 29 anos era uma delas. A psicóloga de 27 anos era outra.

No fim de 2020, o grupo estava organizando o amigo secreto. Foi quando Karla notou a existência de Gustavo. Sua foto de perfil mostrava que era magro, de cabelo castanho-claro e liso. Karla gostou do que viu. E foi para o ataque. "Eu mandei uma indireta, uma brincadeirinha, que nem lembro o que era, mas ele é burro, então ele não entendeu que eu estava dando uma flertada", ela brinca. Mas Karla não cansa fácil. Foi nas mensagens privadas puxar assunto. Depois de muita conversinha, agiu. No Natal de 2020, levou Gustavo para jantar. Ou o mais próximo que podia fazer disso, dada a distância: mandou um prato de massa do Spoleto, entregue pelo iFood.

Em fevereiro de 2021, ele veio com um convite. Já estava com viagem marcada para Fortaleza, e propôs: "E se eu fosse para o Crato, passar uns dias com você, antes de ir para Fortaleza?" Ela topou. Alugaram um AirBnb, para passar uma semana juntos. Não era para ser romance. Era para ser só um lance. "Eu já sabia que tinha umas meninas em Fortaleza que ele ia ficar, e estava tudo bem", diz Karla. Só que, no terceiro dia da viagem, algo aconteceu. "A gente se olhou e…" Ele disse que não queria mais ficar com as meninas de Fortaleza. "Mas isso é um pedido de namoro?", ela perguntou. E ele respondeu: "É".

Ele explica seu pedido. "Quando a gente se encontrou, foi muito forte. Eu gosto muito da inteligência emocional da Karla." E ela explica ter dito sim ao pedido. "Eu via que ele era muito inteligente, no sentido de conseguir conversar sobre os mais diversos assuntos. Sempre estudou sobre política e tem uma opinião política parecida com a minha. Eu passei a admirar a inteligência e a sinceridade dele. A gente sempre teve muita leveza." No fim, ela viajou com ele para Fortaleza. Foram juntos a uma festa onde estariam algumas das amigas virtuais em quem ele tinha interesse.

Passaram 15 dias juntos. Depois, começaram a especular quando conseguiriam se ver de novo. "A gente pensou no feriado da Semana Santa, em abril de 2021." Dessa vez, ela foi até Curitiba. O que era pra ter sido um par de semanas se esgarçou até março de 2022. "Eu fui ficando, fui ficando…" E ficou. Karla se mudou com uma mala de viagem de 15 dias. Desde então, cada amigo dela que vai do Ceará para o Paraná tem de levar uma mala com os seus pertences. A decisão foi drástica, mas ela defende que foi necessária. "Eu não ia conseguir viver um relacionamento a distância, é muito longe. E você já viu o preço de passagem aérea no Brasil?"

Como ela atendia seus pacientes online, tanto fazia se estivesse no Cariri ou no interior do Paraná. "Eu vi a oportunidade de me afastar um pouco das coisas que aconteceram no Crato, e começar de novo." Em novembro, o casal viajou para o Cariri e Gustavo pôde conhecer a família inteira de Karla.

O futuro dos dois talvez não esteja nem no Crato nem em Curitiba. "Eu não quero ficar por aqui, não", ele diz. Não sabem para onde vão. O que eles sabem, por ora, é que vão juntos. E, honrando uma tradição do Budejo, Gustavo pede para mandar um cheiro, um afago em alguém que merece: "Eu tô em dívida com a amiga que me indicou esse podcast. Sem ela, nada disso teria acontecido".

Lynsey Addario/The New York Times

IMAGEM DA SEMANA

Ataques russos se intensificaram nos arredores de Kiev, capital da Ucrânia, no domingo (5). O número de deslocados já ultrapassa 2 milhões, segundo agência da ONU para refugiados. Em registro divulgado na segunda (6), uma família de quatro civis é atingida por fogo russo e soldados ucranianos tentaram salvar o pai, Serhiy Perebyinis, que afirmou considerar importante que a morte de sua esposa e filhos fosse registrada para que o mundo soubesse o que está acontecendo, diz.

CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. Do vinagre **2.** Ferido / O que transforma linha em bolinha **3.** Um carro da Honda / No basquete, mover o pé de apoio, sem quicar a bola **4.** Que tem semelhança com outra coisa / Erva seca usada para alimentar animais **5.** Outro nome da ave maracanã **6.** Concentrada **7.** Cercar com fios de latão **8.** As consoantes de teto / Conecta o PC à net **9.** Capacidade de conter os próprios impulsos / (Sigla) Instituto de Geologia **10.** Que se tem por natureza / (-stop) Contínuo, sem interrupção **11.** Dó, compaixão / Tronco de madeira grossa que serve para cortar a carne nos açougues **12.** Pode ser de mel / Adolescente **13.** Mistura de resinas, substâncias minerais e corantes, usada para vedar garrafas, selar e fechar cartas etc.

VERTICAIS

1. A primeira letra do alfabeto grego / O de 10 é 30 **2.** Colheita de cereais / Instituto de estudos superiores **3.** Estender ao comprido / (Inform.) Meio pelo qual podem trafegar dados **4.** (Pop.) De acordo! / (Esp.) Jogo ou série de dois jogos, em que o perdedor sai da competição **5.** A primeira parte da viagem / Longínquo, distante / Joaquim Cruz, medalhista olímpico nos 800 m do atletismo **6.** Encerrado, enclausurado, isolado / Uma característica como o verde **7.** No meio de / Uma característica dos polos sul e norte **8.** Gordura de porco / Um cliente do oftalmologista **9.** O símbolo da autoridade do rei / Anãozinho de fábula.

HORIZONTAIS: 1. Acético, **2.** Lesado, Bo, **3.** Fit, Andar, **4.** Afim, Feno, **5.** Ararinha, **6.** Atenta, **7.** Aramar, **8.** Tt, Modem, **9.** Recato, IG, **10.** Inato, Non, **11.** Pena, Cepo, **12.** Lua, Jovem, **13.** Lacre. **VERTICAIS: 1.** Alfa, Triplo, **2.** Ceifa, Ateneu, **3.** Estirar, Canal, **4.** Tá, Mata-mata, **5.** Ida, Remoto, JC, **6.** Confinado, Cor, **7.** Dentre, Neve, **8.** Banha, Míope, **9.** Coroa, Gnomo.

SUDOKU

texto.art.br/fsp

DIFÍCIL

		7		9	2		8	
6		1	5	3		9	4	
3	8		2			1		
	7						2	
		2			6		9	3
	9	3		2	1	6		4
	6		9	5		8		

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

8	3	9	1	7	4	2	6	5
5	4	7	6	9	2	3	8	1
6	2	1	5	3	8	9	4	7
3	8	5	2	4	9	1	7	6
9	7	6	3	1	5	4	2	8
4	1	2	7	8	6	5	9	3
7	9	3	8	2	1	6	5	4
1	6	4	9	5	7	8	3	2
2	5	8	4	6	3	7	1	9

FRASES DA SEMANA

VIA INTERDITADA

Wallace Landim (Chorão)

Um dos principais líderes da greve dos caminhoneiros de 2018 se diz arrependido de ter apoiado o presidente Jair Bolsonaro (PL), após a Petrobras ter anunciado um mega-aumento no preço da gasolina, do gás de cozinha e, principalmente, do diesel

"Apoiei o Bolsonaro, fiz campanha para ele, e de graça. Recebi a comenda do mérito de Mauá, o maior mérito do transporte que existe no Brasil, pelos serviços prestados ao transporte. E, com toda sinceridade, não trabalho mais para ele, não voto nele. Tudo o que prometeu para nós, ele não cumpriu"

SAPATILHAS NA MALA

Victor Caixeta

Com os rumores sobre o decreto de lei marcial na Rússia, sofrendo com as sanções econômicas e prestando solidariedade aos colegas ucranianos, bailarino brasileiro que é primeiro solista do Mariinsky, de São Petersburgo, deixou o país

"Agora perdi tudo o que sempre sonhei na minha vida, todas as estreias programadas para este ano. Deixei meu apartamento em São Petersburgo todo mobiliado, até com o meu computador. […] Pus cinco anos de Rússia numa única mala"

NA PRÁTICA, A TEORIA É OUTRA

Jair Bolsonaro

Presidente (PL) assinou na terça-feira (8) decreto que prevê distribuição gratuita de absorventes, medida vetada por ele no ano passado, em tentativa de diminuir rejeição junto às mulheres

"Hoje em dia as mulheres estão praticamente integradas à sociedade. Nós as auxiliamos. Nós estamos sempre ao lado delas.

JÁ QUE ESTAMOS AQUI

Tabata Amaral

No dia em que o PSB acertou a filiação de Geraldo Alckmin ao partido, do qual o namorado compõe a cúpula, a deputada federal fez ácidas críticas ao PT em um jantar com empresários em São Paulo. Ela estava ao lado do namorado, o prefeito de Recife, João Campos (PSB)

"Já que a gente vai ter o Lula, que seja com um vice como Geraldo Alckmin"

AMOR+

Thamirys Nunes

Mãe de Agatha, 7, menina trans, conta que sofreu preconceito, inclusive de psicólogos, quando buscou informação sobre crianças LGBTQIA+

"O adulto não pode levar a sua dor para a criança em transição"

POSSE

Camila Vallejo

Secretária de Governo do esquerdista Gabriel Boric, mais jovem a assumir a presidência no Chile, na sexta-feira (11), celebra coalizão de setores progressistas que garantiu a vitória

"Estou orgulhosa do que o Chile fez. Dos cidadãos, da mobilização social, das organizações e do que temos trabalhado com Gabriel, com Giorgio, com Izkia e outros colegas do mundo feminista e da luta social"

ATO PELA VIDA

Nando Reis

Cantor se une a artistas em protesto contra afrouxamento da legislação ambiental no STF na quarta (9)

"A importância de vir aqui é que isso não é mais uma questão do jogo político, o que está em jogo é a vida. A destruição desses pacotes que estão sendo votados na calada da noite. Não sou um artista, sou um cidadão, um avô e me desespero ver questões tão sérias serem tratadas de uma maneira irresponsável"

ACERVO FOLHA

Há 100 anos 13.mar.1922

Bernardistas são orientados a não agitar discussões

Com a contagem dos votos da eleição presidencial, Arthur Bernardes teria telegrafado a amigos de Buenos Aires dizendo já ter certeza da vitória, que seria reconhecida oficialmente.

Os deputados mineiros e paulistas (que apoiaram Bernardes) receberam ordem de não agitar discussões na Câmara Federal.

O grupo acredita que, sem agitação, o reconhecimento da vitória possa ser feito, de surpresa, em fins de maio ou no começo de junho.

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

Folha da Noite

A LIBERDADE DE IMPRENSA

Pela Sociedade

Tragicomédia brasileira

Peça inédita de Roberto Schwarz retrata país como um reino castigado por golpes e corrupção C4

Ilustração *Adams Carvalho*

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

Mayara Magri
O cisne brasileiro

[RESUMO] Aos 27 anos, carioca filha de um taxista e de uma dona de casa debuta como a bailarina principal do balé da Royal Opera House, em Londres, e estreia um dos papéis mais aspirados por qualquer profissional de seu segmento: o de Odile/Odete, em "O Lago dos Cisnes", de Tchaikovski

Por *James Cimino, de Londres*
Jornalista e mestrando em International Affairs pelo King's College, trabalha na Royal Opera House como guia turístico multilíngue e usher (profissional que organiza e dá informações à plateia antes do início das apresentações)

Quem visita o famoso distrito de Covent Garden, no centro de Londres, não deixa de notar uma estrutura de formato espiralado que atravessa a Floral Street. Projetada pelo arquiteto Wilkinson Eyre, ela conecta a escola do Royal Ballet ao imponente edifício da Royal Opera House (ROH), um dos teatros mais tradicionais do West End, referência em balé clássico e ópera.

*

Conhecida como ponte da aspiração, é chamada pelos bailarinos da escola de "ponte da transpiração", pois, em média, apenas 2% dos alunos conseguem atravessá-la para se incorporar profissionalmente à companhia de ballet da Royal. Dentre as felizardas que já fizeram a travessia estão Dame Darcey Bussell e a argentina Marianela Nuñez, uma das mais —se não a mais celebrada— bailarina contemporânea que, junto à russa Natalia Osipova, atrai multidões para suas performances na ROH.

*

Dez anos atrás, no entanto, uma brasileira também cruzou a ponte: Mayara Magri, que nessa última sexta estreou um dos papeis mais aspirados por qualquer bailarina: Odile/Odete em "O Lago dos Cisnes", de Tchaikovski.

*

Homônima da atriz que fez fama nas novelas de TV dos anos 1980, essa carioca de 27 anos, filha de um taxista e de uma dona de casa que tardiamente se formou em administração de empresas, foi promovida a principal em maio, quando o teatro ainda não tinha reaberto devido às restrições da pandemia de Covid-19. A promoção deveria ter ocorrido em 2020, mas foi adiada pelo mesmo motivo.

*

Na época, Mayara conta, o diretor do balé, Kevin O'Hare, disse a ela que seria quase impossível financeiramente para a companhia arcar com os custos de mais uma principal. Ainda assim, decidiu apostar na brasileira mesmo antes de o Reino Unido ter certeza de que o lockdown que terminara em abril seria o último. E sem saber se o teatro poderia, finalmente, voltar à ativa.

*

Questionado pela coluna o que o teria feito correr esse risco, O'Hare se limitou a dizer, via email, que "Mayara é uma artista maravilhosa que tem sido um membro chave da Companhia e realmente merece sua promoção". Sobre o que a brasileira tem que a distingue dos outros principais, o diretor respondeu que "Mayara tem uma personalidade única aliada a uma forte técnica que imediatamente se conecta com o público".

*

A técnica de Mayara veio do que no Brasil a gente classificaria com a metáfora do "chão de fábrica". Ela começou a estudar balé na escola particular Petite Dance, na Tijuca, com bolsa de estudos integral obtida através de um projeto social chamado "Dançar a Vida". Começou aos oito e ficou lá por mais oito anos. Em 2011, aos 16, foi a primeira brasileira a ganhar o Prix de Lausanne em duas categorias. A medalha de ouro deu a ela uma bolsa de estudos na escola do Royal Ballet, onde ficou apenas um ano. O segundo prêmio foi de "favorita do público".

*

Embora tenha ficado apenas um ano na escola do Royal Ballet, Mayara conta que isso foi suficiente para ela receber o "selo de qualidade". "Acho tão engraçado que internamente eles dizem 'ela veio da escola do Royal Ballet'. E eu falo: 'Calma, gente, eu estudei um ano apenas com vocês'." Obviamente não há nenhum tom de ingratidão em sua cautela, mas um senso de reconhecimento e gratidão a tudo o que adquiriu dançando no Brasil.

*

"O que diferencia a gente do balé inglês, por exemplo, é que no Brasil eles colocam as crianças no palco tão jovens...", diz. "As crianças inglesas que fazem balé nunca estão no palco. Já nós dançamos em lona cultural, piso de concreto, escola pública. A nossa professora na Petite Dance vivia incentivando a gente a ir dançar nesses lugares. 'Vamos dançar no shopping!'. E você perde aquele medo de estar no palco, ganhando ao mesmo tempo experiência e confiança."

*

Ser promovida a principal na Royal Opera House significa muitas coisas. Uma delas é dançar para uma plateia que recebe a nobreza inglesa, real ou decadente, artistas como Tracey Ullman, a ex-premiê britânica Thereza May e até popstars como Justin Bieber, que apareceu em janeiro para ver "O Quebra-Nozes" e que teria saído ao fim do primeiro ato porque, segundo rumores, teria achado o elenco "branco demais".

*

Ela também passou a integrar o seleto time de 16 bailarinos que só interpretam os papéis principais nas produções do Royal Ballet e que podem se dar ao luxo de não dançar papéis secundários, como os destinados aos solistas.

*

"O solista é o segundo papel mais importante de qualquer balé, como a Rainha das Willis, em 'Giselle', por exemplo. Nos primeiros anos como principal você ainda pode fazer esses papéis se você quiser. Eu sempre peço para fazer porque eu gosto de estar no palco. Senão eu iria aparecer a cada um ou dois meses. Prefiro fazer algo para me manter em forma e estar no palco sem tanta pressão de carregar o balé, sabe? Além do que, o solista às vezes rouba a cena."

Mayara Magri em "O Lago dos Cisnes", na Royal Opera House, em Londres Andre Uspenski/Royal Opera House/Divulgação

*

Seu "debut" como principal deveria ter acontecido na semana do Natal de 2021, no papel da Fada Açucarada em outro balé de Tchaikovski, "O Quebra-Nozes". Mas a variante ômicron atrasou tudo. A ROH fechou por duas semanas e a estreia aconteceu apenas em janeiro, durante a última performance da temporada.

*

Foi uma apresentação complicada. O sistema de troca de cenários projetado pela Rolls Royce, que permite que a ROH possa ter diferentes espetáculos no mesmo palco, no mesmo dia estava com problemas. E a cena mais espetacular do balé, quando o personagem Grosselmeister encolhe os personagens e a árvore de Natal "cresce" no palco, não aconteceu.

*

Uma das bailarinas caiu, o solista do segmento "Arabian Nights" quase perdeu o equilíbrio nas duas vezes em que teve de carregar sua parceira suspensa acima da cabeça, e Mayara terminou um solo de várias piruetas um segundo antes da orquestra. "Na verdade, o que aconteceu foi que o maestro terminou a música alguns segundos antes e veio me pedir desculpas depois. Porque são eles que acompanham a gente, não o contrário."

*

Depois da Fada Açucarada, Mayara também fez sua estreia em "Romeu e Julieta", de Sergei Prokofiev, em que ela dançou como Julieta, enquanto seu parceiro na realidade, o bailarino Matthew Ball, foi um dos principais que interpretaram Romeu. Juntos há quatro anos, eles acabam de se mudar para o apartamento que compraram juntos no norte de Londres, mas evitam de dividir o palco.

*

"A gente sobreviveu bem durante a pandemia, porque a gente era parte da bolha um do outro treinando da cozinha de casa, fazendo exercícios no parque. Mas eu prefiro evitar de levar essa convivência para o palco, porque quando você está em um relacionamento você fica muito sincero com outro. Você fala da maneira que é, e às vezes não é muito legal trabalhar com alguém assim."

*

Como se pode perceber, Mayara é muito sincera, centrada, focada, e sabe de onde veio. Por isso que, ao falar de outra grande mudança que a promoção a principal lhe deu, não deixa de analisar seu trabalho sob um viés político também. Embora não cite cifras, Mayara explica que o aumento de salário que recebeu como principal lhe permite, por exemplo, pagar um plano de saúde para os pais no Brasil. E lamenta o descaso dos políticos brasileiros com as artes e os programas sociais voltados a esse mercado.

*

"Aqui, a carreira de bailarina é realmente uma profissão em tempo integral. O salário dá para viver e dá para viver bem. Minha irmã, que é cinco anos mais velha e fez engenharia no Brasil, por exemplo, não ganha o tanto que eu ganho, mesmo fazendo a conversão. Mas, claro, eu vou parar de trabalhar muito mais cedo que ela também porque eu comecei a trabalhar aos 17 anos. No Brasil eu sou rica. Aqui eu sou classe média. Mas o que é mais triste é saber que a gente tem que sair da nossa própria terra para conseguir viver dignamente nesta profissão. Especialmente tendo bailarinos incríveis, criativos, que dançam pelo amor à arte mesmo."

Sai desse trem!

Racismo contra não brancos é explícito nas rotas de fuga da Ucrânia

Marilene Felinto
Escritora e tradutora, autora de 'As Mulheres de Tijucopapo'. Email: textosfazendaria@gmail.com

Quem já foi chamado de "macaco" (assim desumanizado) ou mesmo de "cocô" (assim coisificado) conhece aquele trem cuja entrada é vedada a gente de pele escura, trem que percorre trilhos do que há de mais abjeto no gênero humano: a discriminação do outro pela cor da pele.

O trajeto desse trem não é apenas aquele que sai da Ucrânia em guerra e entra na Polônia receptiva a refugiados europeus brancos. Ele cruza fronteiras e séculos, vai para todo canto.

Quem já foi chamado de "macaco" conhece aquele trem cuja porta se fecha para negros em fuga da guerra na Ucrânia. Militares ucranianos e poloneses, armas na mão, mandam para o fim da fila dos trens os africanos, indianos, árabes, brasileiros —os indesejados, os banidos, os de vida proibida. "Sai desse trem", dizem para a gente escura.

Quem já foi chamado de "cocô" conhece aquele trem. Chocado com as cenas de racismo explícito em Lviv, próxima da fronteira da Ucrânia com a Polônia, até mesmo um fotojornalista português que cobria a guerra comoveu-se e disse: "Quem tem pele escura não passa"; "eu não sabia que havia tantos negros, indianos e asiáticos lá".

Se escrevi "até mesmo um português", é porque considero Portugal um dos países mais racistas do mundo, entre todos os que já conheci. Pelo menos com negros brasileiros é ultrarracista: nem na Alemanha, França, Holanda ou Estados Unidos fui discriminada como em Portugal.

A propósito, eis uma ilustração do histórico racismo português: o fato de não haver em Lisboa nenhum museu que exponha a barbárie da escravidão negra ou do genocídio indígena que os portugueses perpetraram além-mar por séculos.

Também a propósito, ressalto logo aqui o fato bastante odioso de que a própria imprensa naturaliza a discriminação racista na guerra da Ucrânia —no noticiário brasileiro de jornais, TVs e afins, o assunto é pauta ligeira, em vez de ser denunciado como crime contra a humanidade.

Conhecemos o trem que seleciona gente na base do desrespeito deliberado. "Respeito", como observa Muniz Sodré, seria a abertura de um corpo para a aceitação de outro como parceiro pleno na condição humana. Nas fronteiras da humilhação mundo afora ("Sai desse trem!"), porém, a gente de pele escura não é tratada pelos parâmetros da condição humana. Animalizada ou coisificada, está fora da "primazia existencial" que é vantagem daqueles de pele branca.

"A cor clara é, desde o nascimento, uma vantagem patrimonial que, na ótica dos beneficiários, não deve ser deslocada", diz Sodré. O senso comum, afirma o professor, alimenta o sentimento —inscrito como padrão subconsciente no arcaísmo predominante, sem justificativas racionais ou doutrinárias— de que não se deve mexer com aquilo que se eternizou como natureza!

Ou seja: de que não se deve reverter a rejeição "natural" ao chamado "homem negro", muito pelo contrário, que se reafirme seu lugar "natural" de subalterno, de inferior, no fim da fila.

Aquele é o trem do horror, da lei da segregação nos Estados Unidos do século passado, dos assentos apartados, reservados à "gente de cor". É o trem da tocante história "Boy on a Train" (menino andando de trem, tradução livre, minha) do escritor negro Ralph Ellison (1913-1994), um conto em que o menino negro James, de 11 anos, se revolta ao perceber pela primeira vez que o tratamento hostil recebido por sua família num vagão de trem se deve à cor da pele deles.

James, a mãe, viúva recente, e o irmão bebê tinham saído do Sul racista e seguiam para o norte do país, em busca de condições de vida menos indignas. Quando a mãe chora no trem, contando ao menino momentos de violência racista que já vivera, James engole seu próprio choro e sente raiva.

Ele se questiona, acha que "alguma coisa" deveria receber punição por fazer sua mãe chorar. Se ao menos ele soubesse o que era ou quem era que fizera mal à sua mãe, mataria aquilo. "Seria Deus?", ele se pergunta: "Sim, eu vou matá-lo. Vou fazê-lo chorar. Mesmo que seja Deus. Vou fazer Deus chorar – pensou. Vou matá-lo. Vou matar Deus, sem dó!".

Quem já foi desumanizado sabe esconder as lágrimas instantâneas que o choque da ofensa provoca. Banido do trem da guerra dos brancos, engole o choro e foge andando. No cotidiano da "paz" brasileira, às vezes disfarça; outras, deixa escorrerem as lágrimas (que se confundiram, aliás, certo dia, com a água de uma piscina onde a pessoa foi chamada de "tão preta quanto um cocô" —e chorou, em choque, os olhos ardendo dentro d'água, mas ninguém viu... porque parecia efeito do cloro).

A pessoa, porém, no fundo, seguirá alimentando a fantasia de que, de fato, um dia, arma na mão, mataria uma pessoa tranquilamente. Mataria também, inclusive, Deus. E quem não mataria?

> [...]
> Quem já foi chamado de 'macaco' conhece aquele trem cuja porta se fecha para negros em fuga da guerra na Ucrânia. Militares ucranianos e poloneses, armas na mão, mandam para o fim da fila dos trens os africanos, indianos, árabes, brasileiros —os indesejados, os banidos, os de vida proibida

| DOM. Bernardo Carvalho, Itamar Vieira Junior, Marilene Felinto

Brasil em transe

[RESUMO] 'Rainha Lira', peça inédita do crítico literário Roberto Schwarz publicada em livro pela editora 34, recria em tom alegórico a crise política brasileira dos últimos 10 anos, assim como as figuras públicas de Lula, Bolsonaro e Dilma, zombando de direita e esquerda. Inspirada em Shakespeare e Brecht, a trama se passa em um reino que se esfarela com protestos populares, golpismo e criminalidade

Por ***Claudio Leal***
Jornalista e mestre em teoria e história do cinema pela USP

Ilustração ***Adams Carvalho***
Artista plástico

O teatro foi a arena escolhida pelo crítico literário Roberto Schwarz, 83, para pensar o retrocesso político do Brasil na última década, sem aliviar sua crítica à direita e à esquerda. O autor dos clássicos estudos "Ao Vencedor as Batatas" e "Um Mestre na Periferia do Capitalismo: Machado de Assis" lança neste mês a peça "Rainha Lira", pela editora 34, ainda sem previsão de montagem. É a sua segunda incursão na literatura dramática.

Em 1977, Schwarz satirizou as figuras grotescas da ditadura militar na peça "A Lata de Lixo da História", que adaptava a novela "O Alienista", de Machado, em seu exame do ambiente de loucura, delação e terror no país. Definida como chanchada política e lançada no início da abertura do regime, ela começou a ser criada, em verdade, pouco antes do AI-5, decretado em dezembro de 1968, e da partida de Schwarz para o exílio.

"Rainha Lira" surge em outro momento de abalo da democracia, ascensão da extrema direita, derrota da esquerda e desfile de governantes caricaturais. Sua escrita se deu entre 16 de novembro de 2015 e julho de 2021, absorvendo os impactos dos protestos de 2013, com sua aparência de convulsão social, do impeachment de Dilma Rousseff, da prisão de Luiz Inácio Lula da Silva e da vitória de Jair Bolsonaro. Roberto Schwarz decidiu não conceder entrevistas no lançamento do livro.

A peça joga com situações de "Rei Lear", obra da fase madura de Shakespeare, em que o rei ancião da Grã-Bretanha reparte o reino entre suas três filhas, sendo traído por duas delas.

No Brasil (ou Brazul), a Rainha Lira convive com suas três filhas —Valentina, guerrilheira; Austéria, de "gosto pela finança"; e Maria da Glória, "um legítimo coronel de saias", fazendeira com talento para conchavos. "Eu sou a Rainha Lira da Brazulândia. Tenho três filhas amadas, que se detestam, com as quais vou reerguer o meu país que está afundando", ela anuncia. O reino se esfarela com protestos populares, golpismo e criminalidade.

Dilma, Lula e Bolsonaro são figuras recriadas pela ficção, mas os personagens Rainha Lira, Rei e Coiso vão além das marcas de personalidade e concentram impasses históricos. Na panorâmica de dramaturgo, o crítico retoma questões discutidas em seu ensaísmo, como a aposta da elite liberal na política do porrete e os traços arcaicos da modernidade brasileira.

Na sala do palácio, Fidelino, ex-comunista convertido ao mundo financeiro, confabula com o ministeriável Conselheiro Alves. "A minha ciência econômica não serve para nada se eu não souber de véspera as decisões do governo. Um banqueiro de primeira linha não pode apostar às cegas como um pato", defende Fidelino. "Eu é que ando com pesadelos. Se a rainha não der um chega-pra-lá na polícia, meu filho inteligente será preso. E o honesto não vai dar conta do recado", reage Alves.

A personalidade confusa da monarca merece o sarcasmo do Bobo. "Eis a rainha Ziguezague, também conhecida por Zaguezigue, que só entra para sair e só sai para entrar. Se ela dá um passo à esquerda, é porque vai para a direita. Se der um passo para trás, sai da frente porque vai avançar. De coração é revolucionária, por experiência é ressabiada, mas não completamente, o que atrapalha tudo. Indecisão é com ela mesmo."

Na peça de 16 atos, as falas longas à la Tchekhov convivem com a influência do teatro dialético de Brecht na orquestração de argumentos e movimentos amplos da sociedade. Schwarz constrói quadros da crise política brasileira e zomba da desconexão dos palácios com as ruas, da cacofonia discursiva da esquerda, do descaro da direita e da incongruência ideológica de personagens da vida pública.

Ele fustiga ainda o consumismo atrelado à ascensão social, as relações promíscuas do Estado com o setor privado e a irrelevância dos esclarecidos na virada antidemocrática. O capital, este deus acima de todos, é um dos braços da repressão. "Como ensina Karl Marx, a injustiça é muito grande e não se sustenta se não for a pau", Fidelino pontifica.

Na revisão do país, Schwarz esquadrinha o avanço das milícias e do banditismo político dos anos Bolsonaro, um cenário ainda não explorado em sua obra ensaística. Da terra devastada, surge a liderança miliciana do Coiso, síntese do bolsonarismo. Em uma das passagens mais saborosas, um chefão da favela invade o palácio com seus apaniguados e dialoga com a Rainha Lira e as princesas, que se espantam com o grau de organização dos criminosos.

Pouco depois de listar seus serviços à comunidade —"gás de cozinha ilegal, gato na eletricidade, televisão a cabo, ligação de internet, transporte escolar da criançada, quadra esportiva", além do comércio de drogas—, o chefão desloca o lugar da delinquência. "Quer dizer então que os bárbaros somos nós? Na maior caradura, vocês nos deixaram ao deus dará, morando em buracos, sem trabalho nem comida, para não falar em salário e aulas de português. Deve ter sido a missão civilizatória do homem branco."

Uma análise áspera do Brasil das milícias aparece no discurso do chefão. "Vocês ouviram falar em dualidade de poderes? É uma ideia da esquerda revolucionária, que estou reciclando pela direita. Segundo os comunistas, haveria um momento em que os trabalhadores, à margem da lei, sem pedir licença, pela força das coisas, por serem numerosos —como nós agora—, ganhariam peso a ponto de governar a marcha da sociedade, deixando os proprietários pendurados na brocha. É exatamente o que estamos fazendo, só que em lugar de socialismo nós vamos implantar o condomínio do medo."

Continua na pág. C5

Continuação da pág. C4

Schwarz apresentou "Rainha Lira" ao diretor teatral Sérgio de Carvalho, da Companhia do Latão, que, sem demora, manifestou o desejo de encená-la no segundo semestre deste ano, em São Paulo. "A peça é um acontecimento mobilizador de debates, uma tentativa de pôr em chave negativa todos os problemas recentes da política, retomando a ideia do progresso à brasileira, que é aquele que aprofunda a escravidão. A inscrição na modernidade vem em cima do retrocesso. Todos somos funcionários do capital, mesmo no campo da esquerda", avalia Carvalho.

"O texto pode ser encenado como uma grande assembleia. Começa no palco e tem que acontecer fora dele", acrescenta o diretor, que levou a ideia ao Sesc-SP. De laços antigos com Schwarz, sobretudo no diálogo sobre Brecht e o teatro épico, Carvalho pensa em uma montagem com "muitos atores, não só atores profissionais, mas pessoas da vida pública".

As atrizes Fernanda Montenegro e Fernanda Torres são outras leitoras de primeira hora da peça. Montenegro reconheceu nela uma retomada de questões do Teatro de Arena. Torres, sua filha, também se entusiasmou com o retrato insolente do país em pandarecos.

"É uma espécie de ópera bufa e me lembrou 'O Rei da Vela'. É um panorama do Brasil de 2013 para cá. Estamos todos perdidos, todo mundo em um Titanic afundando, a esquerda e a direita, cada uma com sua visão do caos", afirma Fernanda Torres, colunista da **Folha**, destacando a "ironia brechtiana" do texto de Schwarz. "O povo diz que os estudantes não o representam, cada um fica em seu nicho. E um nicho não dialoga com o outro", observa. "O Brasil está muito careta. Todos os dias a gente leva uma surra da realidade. Roberto conseguiu fazer uma peça à altura deste momento."

Torres segue disposta a participar de uma futura encenação. "Eu queria muito fazer, não um podcast, mas um radioteatro. Ela é uma peça com muitos personagens, quase um musical da Broadway. Como é difícil no mundo encontrar um espaço para produzir algo nesse nível, muito difícil encontrar um lugar que produza algo dessa dimensão e dessa ironia, busquei muitas portas para tentar uma gravação disso. Foi muito difícil. Não consegui."

Na gravação planejada, com sons de passeatas e bombas, Montenegro faria o papel da Rainha, Torres seria uma das três filhas e a Companhia do Latão integraria a trupe.

Um regresso aos ensaios de Roberto Schwarz sobre o teatro enriquece a leitura de sua obra dramatúrgica. Com domínio da língua alemã e frequentador do círculo intelectual do crítico Anatol Rosenfeld, ele se aproximou, ainda na juventude, da obra de Bertolt Brecht.

Em 1968, traduziu "A Vida de Galileu", encenada pelo Teatro Oficina, e "A Exceção e a Regra", montada pelo Tusp (Teatro da USP). Em 1982, seria a vez de "A Santa Joana dos Matadouros", cujos trechos traduzidos aparecem no livro "Que Horas São?", de 1987. O prefácio da segunda edição de "A Lata de Lixo", relançada pela Companhia das Letras, em 2014, expõe sua crítica ao atraso brasileiro na criação teatral.

Suas reflexões teatrais incluem ainda "Altos e Baixos da Atualidade de Brecht", comentário feito após a leitura pública de "Santa Joana" na Companhia do Latão, e "Cultura e Política", seu clássico ensaio sobre a cultura brasileira de 1964 a 1969, no qual abordou os limites estéticos do Teatro de Arena e do Teatro Oficina durante a ditadura militar. O segmento teatral de "Cultura e Política" apresenta questões que também norteiam a "Rainha Lira", como as diferenças de interesses em movimentos de massa e os riscos da representação demagógica do povo.

Na peça de Schwarz, numerosos personagens ecoam a polifonia das passeatas, com seus choques de visões e divergências de pautas, das mais chulas às revolucionárias —"O povo tem direito a geleia", "Morte ao comunismo! Os cacarecos que temos são sagrados e ninguém vai nos tirar!".

"Essa multidão imensa, nunca vista, memorável, histórica, precisa urgente de um cursinho de marxismo", ironiza a professora Vera. A derrota da esquerda, tema delicado no Arena pós-1964, é enfrentada com humor ácido em "Rainha Lira". A pena da galhofa, aliás, favorece o distanciamento brechtiano dos personagens.

O crítico admite a influência do deboche do modernista Oswald de Andrade com o Brasil, mas, além do "Rei da Vela" encenado pelo Oficina, tanto "A Lata de Lixo" como "Rainha Lira" dialogam com a abordagem do caos, da cacofonia, das tensões de classes sociais e dos entraves à revolução no filme "Terra em Transe" (1967), de Glauber Rocha, um dos eventos estéticos centrais na erupção do movimento tropicalista, no final da década de 1960.

O olhar tropicalista sobre o Brasil, relevante para a geração de Schwarz, não deixa de ser uma forte referência para o painel demolidor de "Rainha Lira". Em 2014, em uma conversa com Schwarz sobre "A Lata de Lixo", em seminário internacional de teatro organizado pela Companhia do Latão, Sérgio de Carvalho questionou o crítico sobre a presença de "certa atitude tropicalista" na estrutura da peça, "em que o lado do atraso se dá no plano do assunto crítico, e o lado moderno, em uma performatividade da linguagem". E provocou: "O maior dos críticos ao tropicalismo, quando se torna artista, não é também um pouco tropicalista?".

Roberto Schwarz reconheceu então seu interesse por essa dualidade, mas afirmou que a explorou "como problema, e não como uma essência nacional ou algo positivo". Apesar do universo em comum, ele ressaltou as diferenças com a tropicália. "Diria que a minha peça compartilha certo ambiente com o tropicalismo, uma certa combinação de tempos e dissonâncias, além da estridência, mas conservando em relação a elas uma atitude racional e distanciada, e nesse sentido ela é antitropicalista".

No último ato de "Rainha Lira", a representação de Lula despe o que houve de farsa em sua prisão e reconhece seu papel de negociador, mas também traz uma nota de incerteza sobre o destino de seu mito.

"Vocês conheceram as minhas meninas, agora vou falar de meu pai. O reinado dele foi para lá de brilhante", introduz a Rainha Lira, que relembra a melhora da vida dos pobres e, ao mesmo tempo, os ganhos incessantes dos ricos. "Papai parecia a prova viva de que no trópico o impossível era possível, e mais, possível a baixo custo, sem grandes traumas."

"O clima virou, e o que era bonança se transformou em descontentamento. Agora, para que os ricos não parassem de enriquecer, os pobres tinham que empobrecer; o dinheiro não chegava mais para todos. Em dois tempos, a paciência de uns com os outros desapareceu, e papai, que era candidato certo a prêmio Nobel da Paz, foi posto na cadeia como um malfeitor. Na cadeia, para que a ordem reinasse. O país quase paradisíaco, exemplo de progresso para o mundo, voltava a ser o lamaçal de irresponsabilidade, barbárie e epidemias que sempre havia sido."

Em novembro de 2019, depois de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), o ex-presidente Lula deixou a cadeia em Curitiba. Com a notícia da soltura, Schwarz escreveu o final da peça, "A Segunda Aclamação do Rei", aberto pela marchinha "Retrato do Velho", de Haroldo Lobo e Marino Pinto, marco da vitória de Getúlio Vargas na eleição de 1950: "Bota o retrato do velho outra vez/ Bota no mesmo lugar".

Em um monólogo, antes de ser solto pelo carcereiro, o Rei medita. "Só eu neste país converso com todos, dos humildes aos graúdos, da esquerda à direita, dos operários aos patrões, dos brancos aos pretos, do interior às capitais, dos ignorantes aos economistas, dos gays ao presidente dos Estados Unidos. É óbvio que, comigo trancado na cadeia, não tem negociação nacional possível. Aliás, quando me fecharam aqui, foi exatamente para acabar com a negociação. Bateu neles a saudade da escravidão", ele afirma. "Para minha glória e vexame dos que mandaram me prender, serei convocado —sem ter ideia do caminho." ←

Rainha Lira

Autor: Roberto Schwarz. Editora: 34. R$ 54 (128 págs.)

TRECHO

O COISO Tem uns que apostam as fichas em Deus, outros na propriedade privada, outros no socialismo, outros na cor da pele, outros no trabalho duro, outros nos Estados Unidos, outros na família importante. Tem os que acreditam na China. Faço negócio com todos. A minha regra é passar por cima da regra e avançar na rapadura direto. Primeiro a cacete, depois com negociação. Ninguém é melhor do que ninguém. Na hora do aperto, todos topam uma sociedade. Comigo não tem moleza, mas mal ou bem dá liga. Não é à toa que sou conhecido pelos meus olhos de peixe morto.

OUTRA SENHORA Não escondamos o sol com a peneira. A esquerda perto dele é civilizada, eu quase diria aceitável. Com solavancos e tudo, ela não rompe conosco, temos em comum o Humanismo. Ela só quer tornar realidade o que toda vida nós prometemos (com boa-fé discutível). Eu tenho mais pavor do Coiso que da redistribuição de renda.

UM SENHOR Minha senhora, não estamos falando de civilização nem de má-fé. Estamos falando de propriedade privada, que é uma coisa diferente.

OUTRO A pretexto de acabar com o comunismo, ele coloca fora da lei os pobres, os pretos, os sindicatos, as feministas, os progressistas, os LGBT, os cientistas, os artistas, os professores, a igreja civilizada. É o caminho da treva. Vocês imaginam o rebaixamento que vai sair daí? Seremos referência mundial em matéria de retrocesso.

Contradições e ambiguidades da Semana

[RESUMO] Embora tema de imensa gama de estudos, a centenária Semana de 22 ainda tem seu entendimento crivado por lacunas e imprecisões, aponta biógrafo de Mário de Andrade, para quem é um equívoco afirmar que o movimento era puramente elitista, cooptado pelo projeto de poder da oligarquia do café, ou que tenha deliberadamente excluído manifestações de outros estados em favor de uma centralidade paulista

Por ***Jason Tércio***
Escritor. Autor, entre outros livros, de 'Em Busca da Alma Brasileira', biografia de Mário de Andrade

"O que atrapalha tudo é essa história de modernismo. Parece uma putinha intrigante que apareceu pra desunir os amigos. Ninguém sabe definir essa merda, que todo o mundo quer ser." O desabafo de Manuel Bandeira a Mário de Andrade em carta de 13 de novembro de 1926 sintetizou bem o clima no debate sobre o movimento que oficialmente completava pouco mais de quatro anos. Era a fase heroica, com muita criatividade, excessos, polêmicas internas e com os passadistas.

O poeta pernambucano radicado no Rio de Janeiro estava comentando as diferenças estilísticas e qualitativas nas obras dos colegas, cariocas e paulistas. Sua irritação fazia sentido, por causa da amplitude e das muitas contradições e ambiguidades do modernismo brasileiro, bem de acordo com as (as)simetrias do país.

A primeira ambiguidade é a própria Semana de Arte Moderna, que não foi semana nem totalmente moderna, mas se consagrou como rito inaugural da renovação estética, ganhando significado histórico.

Do rito ao mito. A partir dos anos 1960 e 1970, o desenvolvimento técnico e artístico da indústria cultural, o advento de uma mentalidade renovadora e rebelde da juventude, além de uma imensa oferta de talentos em todas as áreas criativas provocaram, entre outras coisas, uma reativação dos legados do modernismo.

De novo antiestablishment, o movimento assumiu diferentes configurações, como o tropicalismo, a poesia marginal, o cinema udigrudi com seus filmes experimentais, Hélio Oiticica com seus parangolés.

Ao contrário, contudo, dos movimentos de vanguarda europeus, o brasileiro foi não apenas artístico-literário, e sim um movimento de ideias envolvendo diferentes áreas do conhecimento: história social, etnografia, folclore, educação, política. Os debates multidisciplinares desaguaram em um ideário cuja finalidade era, nas palavras de Mário de Andrade, "abrasileirar o Brasil".

Apesar da imensa e interminável fortuna crítica, tanto a Semana quanto o modernismo em si ainda são crivados de lacunas, imprecisões, mal-entendidos. Um equívoco bastante replicado diz que São Paulo era uma pacata província até 1922 ou mais além.

No entanto, ainda em 1917, ano que Mário considerou o início efetivo do modernismo, com a exposição de Anita Malfatti, a cidade tinha múltiplos e diversificados espaços de sociabilidade, correspondentes à sua crescente industrialização e urbanização.

Com cerca de 500 mil habitantes em 1917, tinha atividades de lazer cultural e mundanas em proporções bem superiores à sua dimensão. Toda noite havia algum motivo para sair de casa: concerto, recital, circo, sarau como "Hora Literária" (apresentado aos sábados por Mário de Andrade no Conservatório Dramático e Musical), festa, baile, exposição, filmes nos mais de 30 cinemas, opereta e comédia nos teatros, show de variedades nos cafés-concertos, fora os cafés e restaurantes no centro.

Nas noites de domingo, a juventude chique e bem-nutrida dançava freneticamente ragtime e tango no Trianon (atualmente Masp). Tráfico e consumo de cocaína eram notícias ocasionais na imprensa. No Carnaval, além do corso, dos clubes e dos cordões, desfilavam carros alegóricos das agremiações Tenentes do Diabo e Fenianos, imitações das homônimas cariocas.

Ainda naquele ano de 1917, a cidade teve a primeira greve geral no país, com uma semana de tumultos e confrontos entre trabalhadores e a polícia, resultando em mortos e feridos. Havia, portanto, bem antes de 1922, as características e problemas de uma metrópole em gestação.

É óbvio que, comparada a Paris ou Berlim dos anos 1920, São Paulo (e mesmo o Rio) era provinciana, porque, a rigor, todo o Brasil era uma imensa província. Como não seria provinciano um país que, em 1920, com 30,6 milhões de habitantes, tinha quase 72% de analfabetos e 69,7% morando na roça, sem energia elétrica, sem escola, sem terra, sem saúde? No campo e nas cidades, morria-se muito de varíola, sarampo, sífilis, tuberculose, malária (principalmente no interior e na zona rural), diarreia, febre tifoide, febre amarela.

A França, nessa época, tinha quase 10 milhões de habitantes a mais que o Brasil e somente 8,2% de analfabetismo. Neste aspecto, as elites brasileiras não imitaram Paris.

Um mal-entendido relevante é que a Semana foi um acontecimento elitista, patrocinado pelas oligarquias do café, que teriam cooptado o movimento para realizar sonhos hegemônicos.

Certo: a Semana foi realizada no Theatro Municipal (símbolo do poder econômico e do gosto estético bem-comportado), os organizadores receberam uma pequena verba doada por um grupo de ricos liderados por Paulo Prado, e, nos primeiros anos, os modernistas frequentaram reuniões, almoços e saraus em algumas mansões.

Daí se originou a versão de que "o modernismo nasceu nos salões dos Prados e dos Penteados" (José Guilherme Merquior), de que o movimento foi viabilizado em São Paulo pela riqueza da aristocracia rural, que podia viajar à Europa e ter contato com as vanguardas.

Essa versão desconsidera que as elites paulistanas (e dos demais estados) eram antimodernistas, tanto a burguesia agrária tradicional quanto a fração liberal nacionalista que criou o Partido Democrático em 1926. Nenhum dos lados cultivava arte moderna, muito menos queria atualizar hábitos mentais no país. Nem Paulo Prado conhecia arte moderna antes de 1922. Seu gosto, até então, era clássico.

A doação financeira totalizou o equivalente ao salário de um tenente-coronel na época, hoje pouco mais de R$ 11 mil. Assemelhava-se a muitos atos de filantropia e assistencialismo praticados por alguns membros das elites, em uma época em que ainda não havia instituições públicas para a área social.

O Theatro Municipal não recebia só concertos eruditos, recitais e óperas, mas também variados eventos sociais, cívicos e mundanos, a preços populares.

Portanto, a Semana foi uma iniciativa de jovens intelectuais e artistas da classe média e da pequena burguesia. Todos trabalhavam, até Oswald, como advogados, professores, jornalistas — com exceção de

Continua na pág. C7

Para a maioria dos modernistas, de todas as cidades, a relação com as elites não significou adesão a um projeto nacional de poder. A prova disso é que, após a Semana, nenhuma realização do grupo recebeu financiamento de qualquer ricaço. O Brasil nunca teve a cultura do mecenato, infelizmente

Retrato do escritor Mário de Andrade em óleo sobre tela de Lasar Segall de 1927
Vincent Bosson/ Fotoarena/ Folhapress

Continuação da pág. C6

Rubens Borba de Moraes, que era contador (guarda-livros) da Recebedoria de Rendas. Frequentar as mansões de Paulo Prado, Olívia Guedes Penteado e Freitas Valle não significou uma integração orgânica ao fechado e pequeno núcleo social em que sobrenome valia muito.

Segundo uma linha de interpretação, o movimento decorrente da Semana foi parte de um projeto de hegemonia político-cultural paulista nos anos 1920 e 1930. Na verdade, contudo, participou desse projeto apenas a minoritária ala conservadora, os verde-amarelos (liderados por Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo e Plínio Salgado).

Eles desqualificavam o Rio em seus artigos enquanto louvavam São Paulo, contribuindo para reforçar as representações sociais que, desde o século 19, passaram a definir a identidade regional paulista (pragmatismo, empreendedorismo, disciplina, trabalho).

Em contraposição, o Rio começava a tecer a mística carioca, de cidade maravilhosa com um povo malandro, "bon vivant" e cosmopolita. Essa imagem seria projetada por meio da imprensa, da música popular e do cinema, sobretudo nas chanchadas dos anos 1950.

Para a maioria dos modernistas, de todas as cidades, a relação com as elites não significou adesão a um projeto nacional de poder. A prova disso é que, após a Semana, nenhuma realização do grupo recebeu financiamento de qualquer ricaço. O Brasil nunca teve a cultura do mecenato, infelizmente. Também nesse aspecto as elites brasileiras não imitaram Paris ou Nova York.

Os modernistas paulistas (cariocas também, com raras exceções) pagavam do próprio bolso a publicação de seus livros; as revistas e os jornais tiveram curta duração por carência financeira; Mário de Andrade se endividou para fazer suas viagens pelo Brasil —não gostava que lhe pagassem nem um cafezinho.

Paulo Prado, o amigo milionário dos modernistas, era antes de tudo um empresário. Contribuiu com a Klaxon, mas não a ponto de evitar o fim da revista após nove edições, por falta de dinheiro. Em 1924, ele se esquivou de financiar um novo livro de poesia de Manuel Bandeira com "objeções puramente comerciais", como se queixou o poeta em carta a Mário de Andrade em abril daquele ano.

O "aristocratismo" do grupo, mencionado pelo autor de "Macunaíma" na célebre conferência de 1942 no Itamaraty, era apenas de espírito. "Nenhum burguês nos apoiava", disse ele.

Vozes dissonantes acusam uma incômoda centralidade paulista nas narrativas do modernismo, como se São Paulo tivesse sequestrado o movimento, impondo uma versão paulistocêntrica, em prejuízo de outros olhares, temas e personagens.

Há uma curiosa semelhança no discurso dos críticos atuais e dos antimodernistas de 1922. Nessa época, a imprensa em geral, tanto de São Paulo quanto do Rio, ignorou a Semana ou a subestimou como um evento pitoresco, insignificante, ridículo.

Revista carioca D. Quixote, 1º de março de 1922: "O público paulista não aceitou a Semana de Arte Moderna. E com os nossos parabéns a S. Paulo, um abraço de comiseração aos futuristas promotores da malfa...dada...semana". A revista Careta, em edição de 1º de abril daquele ano, deu página inteira sobre a "falida conspiração de futuristas inéditos".

Os revisionistas de hoje também subestimam ou relativizam a importância da Semana atacando a alegada paulistanidade que teria sido responsável pelo esquecimento deliberado de muitos nomes de outras regiões, quando não enquadrados como "pré-modernistas".

Uma questão aparentemente esquecida é que a mobilização modernista começou ao mesmo tempo em São Paulo e no Rio. Já desde 1920, as primeiras articulações e manifestações pela imprensa foram feitas por artistas e escritores paulistas, que buscavam organizar algo especial em função do centenário da Independência do Brasil. No ano seguinte, a viagem de Mário e Oswald à casa de Ronald de Carvalho, no Rio (12 horas de trem-leito), confirmou o interesse na participação carioca.

Ronald ainda via o cubismo como "simples decomposição matemática das coisas" e que o "aparelho mental" humano não conseguia penetrar o dadaísmo nem o simultaneísmo poético do francês Picabia, como afirmou no artigo "A tortura da arte contemporânea", publicado pouco antes da visita.

Além de Ronald, vários artistas plásticos, escritores, jornalistas, poetas, cantoras líricas, músicos e críticos literários do Rio ou residentes na capital fluminense aderiram ao modernismo com entusiasmo e o apoiaram publicamente: Graça Aranha, Prudente de Morais Neto, Manuel Bandeira, Sérgio Buarque de Holanda, Di Cavalcanti, Aníbal Machado, Villa-Lobos, Álvaro e Eugênia Moreyra (que fazia declamações de poesia modernista em teatros do Rio e de São Paulo), Renato Almeida, Paulo Silveira, Elsie Houston, Germana Bittencourt, Tristão de Athayde (Alceu Amoroso Lima), Agrippino Grieco e outros.

Não significa, evidentemente, que todos, e os de outras regiões, tenham sido influenciados ou aliciados pelos paulistas. Isso pouco importa. Os grupos das duas cidades cultivavam boas relações, embora não isentas de polêmicas, fermento natural das vanguardas e do Brasil em geral na época.

A integração entre Rio e São Paulo chegou ao ponto de um jornal carioca, A Noite, prestigiar os modernistas com o maior espaço concedido a eles na imprensa até então: um mês inteiro, de segunda a sábado, com textos de ficção, crônica e poesia de seis autores, de São Paulo, Rio e Belo Horizonte —um deles foi o ainda inédito em livro Carlos Drummond de Andrade.

Portanto, o Rio participou e abraçou o modernismo nascido oficialmente em 1922, embora houvesse na cidade, claro, muitos críticos, por conservadorismo ou espírito de competição.

Inevitavelmente, a centralidade paulista no movimento começou a ser construída pelos protagonistas locais, contando suas versões da história. No Rio. também isso aconteceu, com Graça Aranha disputando a liderança nacional do movimento. Entretanto, o que não se discute é que foram os cariocas da gema e os radicados no Rio que ajudaram, espontaneamente, na legitimação do modernismo paulistocêntrico.

Depois da Semana, ainda em 1922, quem chamou os modernistas paulistanos de "bandeirantes de uma cruzada única, por enquanto, no Brasil"? O poeta carioca Ronald de Carvalho em um jornal do Rio. Quem escreveu na imprensa carioca que "o império do café deslocou o cetro das letras para S. Paulo"? O jovem e já respeitável crítico carioca Tristão de Athayde. Quem dizia, em 1924, que "o movimento moderno, a onda moderna, partiu de São Paulo"? O poeta pernambucano-carioca Manuel Bandeira. Apenas três em muitos exemplos.

Mário de Andrade, apesar de ocasionalmente também criticar o Rio, abominava o "bairrismo histérico" que fazia do país um "vasto hospital amarelão de regionalismo". Um dia, em 1925, ele reclamou ao poeta Bandeira: "Essa gente do Rio nunca perdoará São Paulo por ter tocado o sino". ←

Obrigado, Arthur do Val

Essas declarações assinalaram o fim da nossa tolerância à cretinice

Ricardo Araújo Pereira
Humorista, membro do coletivo português Gato Fedorento. É autor de 'Boca do Inferno'

Sinceramente, agradeço. Era uma dúvida que eu tinha: até que ponto a gente tolera cretinice? Quando Trump revelou o modo como lidava com mulheres bonitas que acabava de conhecer, desculpou-se dizendo que se tratava de conversa de vestiário. Muita gente concordou. Eu também. Porque, supus, estávamos a falar do vestiário da prisão. Acredito que seja o tipo de conversa que decorre lá.

Entretanto, Bolsonaro disse ter tido quatro filhos e uma filha, pois, depois de ter concebido os quatro homens, deu uma fraquejada. Ele já tinha revelado que não estupraria uma deputada porque ela não fazia seu gênero, e tinha acusado uma jornalista de querer "dar o furo".

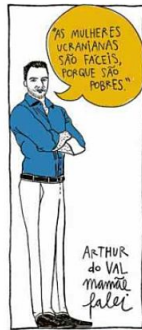
Os filhos que Bolsonaro teve sem fraquejar também têm produzido várias declarações que costumam ser consideradas manifestações de "masculinidade tóxica". Discordo da designação. Por uma razão simples: aquilo não é masculinidade. Quando um touro defeca, isso não é bovinidade tóxica. Não decorre do fato específico de ele ser um boi, mas sim do fato geral de ele ser um animal. Mas agora, finalmente, descobrimos o nosso limite.

Quando as opiniões de Arthur do Val, conhecido pelo apelido Mamãe Falei, se tornaram públicas, percebemos que a nossa linha vermelha era aquela. E também ficou clara a razão pela qual o deputado é, ao que parece, o orgulho de sua mamãe sempre que fala.

Confrontado com o horror da guerra, ele conseguiu operar um milagre de que só os maiores poetas são capazes: descobrir, no meio da devastação, uma flor. No caso, contemplou o cenário desolador e notou que as mulheres ucranianas, além de bonitas, são, e cito, "fáceis, porque são pobres".

Todos pensávamos que nada de bom podia sair da guerra, mas Arthur do Val descobriu um aspecto positivo. Infelizmente, essas declarações assinalaram o fim da nossa tolerância à cretinice. Até Bolsonaro as considerou asquerosas, que é a maior condenação possível. Quando Bolsonaro acha que uma opinião sobre mulheres é inaceitável, sabemos que alguma coisa muito grave foi dita.

Agora resta saber que tipo de punição social vai ter Arthur do Val. Espero que não seja alvo de um ostracismo tal que o condene à miséria. Embora essa condição de vulnerabilidade o tornasse fácil. E se alguém consegue encontrar o lado positivo dessa circunstância é ele.

Luiza Pannunzio

DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUA. Gregorio Duvivier | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Filme recria o horror de escola bombardeada por engano

O Bombardeio
Netflix, 16 anos
Durante a Segunda Guerra, os aliados bombardeiam por engano uma escola em Copenhague, achando se tratar do quartel-general da gestapo. A tragédia faz com que se cruzem os destinos de diversos personagens. Este filme dinamarquês talvez não seja a escolha ideal para quem quer escapar do noticiário sobre a guerra na Ucrânia.

Tommy
Amazon Prime Video, 16 anos
A ópera-rock do grupo Who sobre um rapaz cego, surdo e mudo ganhou uma delirante versão para o cinema em 1975, dirigida por Ken Russell. Roger Daltrey, o vocalista da banda, assume o papel-título, e o elenco ainda inclui Elton John, Tina Turner e Ann-Margret, indicada ao Oscar de melhor atriz.

Undine
Para compra ou aluguel no Now, Google Play e YouTube, 14 anos
Uma mulher que vive em Berlim sente que precisa matar o amante que a traiu e voltar para a água de onde veio. O elogiado drama do alemão Christian Petzold traz para os dias de hoje o mito das sereias.

Homem-Aranha: Longe de Casa
Record, 13h45, 10 anos
Este é o segundo longa em que Tom Holland encarna o personagem, que tem que lidar com a perda de alguém importante. Com Samuel L. Jackson e Zendaya.

Love Story – Uma História de Amor
Telecine Cult, 20h10, livre
Ryan O'Neal e Ali McGraw fazem um jovem casal que parece ter a vida inteira pela frente, até que... Em 1970, o mundo inteiro chorou com este filme, baseado no best seller de Erich Segal.

Canal Livre
Band, 23h, livre
O programa discute as novidades da Fórmula 1, com os comentaristas Reginaldo Leme, Max Wilsosn e, diretamente do Bahrein, o correspondente Felipe Kieling.

Eu Sou a Fúria
Globo, 0h30, 16 anos
John Travolta faz um homem que perdeu a esposa durante um assalto. Revoltado, ele persegue os policiais corruptos que não capturaram o assassino de sua mulher.

QUADRÃO | Ricardo Coimbra

UM DIA DE CÃO

ESSE É CARAMELO, UM SIMPÁTICO VIRA-LATA CUJO DONO TRABALHA EM UMA EMPRESA PET FRIENDLY

DE FATO, A PRESENÇA DE CARAMELO NO ESCRITÓRIO DIMINUI O ESTRESSE E MELHORA O CLIMA ENTRE OS COLABORADORES

CARAMELO PASSA OITO HORAS POR DIA SENDO ACARICIADO, APERTADO, FOTOGRAFADO, SUSPENSO NO AR E OBRIGADO A USAR ROUPINHAS RIDÍCULAS

ALGUNS COLABORADORES CHEGAM MESMO A COMPARTILHAR COM CARAMELO SEUS MEDOS, CARÊNCIAS, NEUROSES, RECALQUES E ANGÚSTIAS EXISTENCIAIS

DE VOLTA PRA CASA, CARAMELO AINDA DÁ ATENÇÃO AO SEU DONO

CARAMELO NÃO AGUENTA MAIS

DOM. Jan Limpens, Luiz Gê, Ricardo Coimbra, Angeli, Laerte

Documentário sobre Semana de 22 estreia no Sesc

SÃO PAULO No dia 21 de março, às 20h, estreia na programação do CineSesc de São Paulo o documentário "22 em XXI", sobre a Semana de Arte Moderna.

O longa-metragem analisa o legado da Semana de 1922, que completou seu centenário neste ano.

Dirigido por Helio Goldsztejn, o filme mistura ficção com realidade e traz depoimentos de pesquisadores e artistas, incluindo Caetano Veloso, Emicida, Ruy Castro, Maria Adelaide Amaral e Jerá Guarani, dentre outros, sobre o impacto da Semana de 1922 na arte brasileira.

A estreia do documentário no CineSesc, que fica na rua Augusta, 2.075, tem entrada gratuita. O Sesc também promove um debate sobre o filme no dia 22 de março, às 16h, em seu canal no YouTube.

O evento contará com a presença de Helio Goldsztejn, diretor do longa, da dramaturga Maria Adelaide de Amaral e do filósofo e escritor Pedro Duarte. A mediação da discussão será de Maurício Trindade, sociólogo do Centro de Pesquisa e Formação do Sesc.

Justiça confirma acusação contra Gérard Depardieu

SÃO PAULO|AFP A Justiça francesa confirmou nesta quinta-feira a acusação de Gérard Depardieu por estupro e agressão sexual contra a atriz Charlotte Arnould em agosto de 2018, acusações que o ator nega.

"A câmara de inquérito [do tribunal de recurso] considera que existem, nesta fase, indícios graves, ou concordantes, que justifiquem que Depardieu continue sendo investigado", informa um comunicado do Ministério Público francês.

Charlotte Arnould, nascida em 1995, acusa o ator de estupros e agressões sexuais que teriam ocorrido em 7 e 13 de agosto de 2018 na casa parisiense do astro de 73 anos, amigo de sua família. A Procuradoria de Paris havia arquivado a investigação em junho de 2019. A atriz conseguiu, no entanto, que um juiz de instrução reabrisse o caso em agosto de 2020 e, em dezembro do mesmo ano, acusasse o ator de estupro e agressão sexual.

Antes do arquivamento inicial, uma acareação entre ator e atriz havia sido organizada na sede da polícia judiciária de Paris, segundo pessoa próxima ao caso.

Ópio pós-moderno

[RESUMO] Lançado há 20 anos, o BBB, principal reality show do país, antecipou a atmosfera de exposição e subjetivismo exacerbado das redes sociais, tornando-se signo dos valores narcísicos que regem o neoliberalismo. Em sua ambiguidade, reivindica o realismo, ao mesmo tempo que se apresenta como jogo de extermínio no qual a audiência se diverte com uma guilhotina simbólica

Por **Fábio Palácio**
Jornalista, doutor em ciências da comunicação pela ECA/USP e professor de jornalismo da UFMA (Universidade Federal do Maranhão)

Participantes do BBB 22 Globoplay/Reprodução

"O espetáculo é uma permanente Guerra do Ópio", dizia Guy Debord. A metáfora é duplamente oportuna: ao passo que semantiza com maestria o teor narcotizante de uma sociedade em que tudo assume caráter tecnoestético, ainda guarda o prodígio de evocar a célebre figura do "ópio do povo", um dos diamantes da obra de Marx. A diferença está em que, se este falava de religião, Debord se refere ao mundo espetacularizado de hoje.

O recall da metáfora não é casual. A referência se ajusta, com efeito, não apenas ao fenômeno religioso, mas também ao entendimento das contemporâneas formas midiáticas que não deixam, elas próprias, de exalar persistentes odores divinatórios —com efeitos igualmente opiáceos.

É o que podemos extrair de um exame do Big Brother Brasil. Principal reality show e uma das grandes audiências da televisão brasileira, o BBB acaba de completar 20 anos. Que balanço podemos fazer dessas duas décadas?

Não se trata, aqui, de resgatar o debate empoeirado sobre "efeitos" da TV, pois a verdade é que esse meio, longe de ser "causa" de qualquer fenômeno, é ele mesmo manifestação de uma ordem social profundamente entranhada.

Seria improdutivo, assim, conceber a influência do BBB como mero resultado da ação instrumental dos "meios de comunicação de massa". Importa, para além disso, inquirir as formas pelas quais essa ação de sentido, uma vez deflagrada no espaço comunicacional, e em interação recíproca com ele, constitui-se em poderoso vetor de realização das tendências da sociedade em seu automovimento global.

O gênero chamado reality surge nos Estados Unidos dos anos 1970, mas só se impõe duas décadas depois, no ápice do vendaval neoliberal. Isso não ocorre à toa. O programa é um signo dos valores narcísicos que regem a orquestra da financeirização econômica mundial.

O BBB é, para todos os efeitos, um jogo de extermínio, em que a audiência se diverte com uma guilhotina simbólica. Os participantes devem "vencer a qualquer custo", como, aliás, sugere a música-tema do programa, interpretada pelo cantor Paulo Ricardo: "O que você faria? Aonde iria chegar?".

A pergunta retórica reflete o vale-tudo ferino da luta pela sobrevivência. O programa glamouriza, a golpes de edição e efeitos visuais, as tendências ao darwinismo social em que se ancora o neoliberalismo. É o mundo financeirizado tirando aquele self.

Os realities abrigam uma curiosa ambiguidade. Reivindicam o realismo nos termos de sua própria definição como gênero. Ao mesmo tempo, apresentam-se como simples aparência, um mundo feito para ser contemplado. Afinal, "tudo não passa de um jogo".

Se, contudo, não é a "pura realidade", o programa está longe de ser mera ficção. É o retrato de um mundo que se aliena de si para apresentar-se como "não realidade". Esse "falso real", porém, não se diferencia do mundo que pressupõe e cujas leis reitera.

Se o espetáculo midiático se apresenta como poder à parte é porque, no mundo em que vivemos, o próprio trabalho, fonte última dos poderes humanos, se desvinculou dos indivíduos, sob a forma das mercadorias, e se sobrepôs a eles. Nessa sociedade reificada, em que os sujeitos são objetificados enquanto os objetos assumem propriedades humanas (ou extra-humanas), o trabalho deixou de servir ao homem. Agora é este que serve ao trabalho.

Essa coisificação do ser humano engendra um mundo de formas aparentes, em que a falsificação se impõe como regra. Não surpreende que o BBB, embora anterior à web 2.0, já trouxesse consigo os componentes de uma atmosfera que costuma ser associada à irrupção das redes sociais. Vinte anos atrás já estava tudo ali: cisão entre racionalidade e afetos, vida privada sobreposta à pública, subjetivismo exacerbado e outros componentes que ajudaram a configurar a crise contemporânea da esfera pública.

Programas como o BBB celebram a (ir)racionalidade do sistema. Ocorre que, na cultura de massa, o trabalho se reflete como não trabalho. Seria ilusório pensar que a mercadoria interpela o trabalhador apenas no momento de sua produção. Ela o faz também na "livre fruição". É quando a produção alienada dá as mãos ao consumo alienado, completando-se o circuito da reificação.

Em outras palavras, o modo como as pessoas empregam seu tempo fora do trabalho diz muito sobre o caráter do próprio trabalho. Na sociedade em que vivemos, nem mesmo o tempo livre está liberado da racionalidade produtiva: o lazer é o mesmo trabalho a repor suas condições alienadas, ainda que sob uma aparência de "livre escolha".

Esta é, aliás, a maior de todas as aparências do BBB: a da "escolha racional", que oculta, no entanto, a mais completa irracionalidade. A participação maciça nas definições do programa, por meio do voto para eliminar concorrentes, é uma "livre" seleção que de livre não tem nada. Representa a sujeição a um sistema de escolhas predeterminadas.

Theodor Adorno e Max Horkheimer não nos deixam errar quando dizem que, na indústria cultural, a aparência de diversidade e escolha é "a troca de vestimentas do sempre igual; a variedade como um esqueleto que conhece tão poucas mudanças quanto a própria motivação do lucro".

Ali, de fato, tudo se transforma em mercadoria: intrigas, humilhações, imposturas, intrujices, maquinações e, sobretudo, os próprios participantes, cujo modo de atividade reproduz as tendências da desregulamentação do trabalho sob o neoliberalismo, com sua "gestão flexível".

O BBB é, assim, um jogo tautológico. O que realiza, ao final, é sempre aquilo que propôs como princípio: a ideia de uma natureza humana torpe e egoísta. Ideia que, a cada edição, se oferece como hipótese, ainda que negá-la não seja uma opção.

Embora o programa exiba semblante de diálogo, dos participantes entre si e com o público, seu caráter é de fato monológico. Se algum diálogo existe, é apenas o "espelho, espelho meu" com que a forma-mercadoria faz seu autoelogio.

O programa possui a aura própria de tudo o que se sacraliza. Sabemos que a divisão do trabalho e a irrupção das classes sociais abriram caminho, desde muito cedo, à contemplação sagrada como especialização da vida.

O BBB é, para todos os efeitos, um jogo de extermínio, em que a audiência se diverte com uma guilhotina simbólica. Os participantes devem 'vencer a qualquer custo', como, aliás, sugere a música-tema do programa, interpretada pelo cantor Paulo Ricardo: 'O que você faria? Aonde iria chegar?'

A religião justificava hierarquias sociais projetando-as no além como ordenamentos cósmicos. Essa ordem mística, correspondente aos interesses dos poderosos, operava no plano do imaginário o que o trabalho não podia operar em seus próprios termos: a celebração e fetichização do poder.

O espetáculo moderno, nesse sentido, atualiza dramaticamente o fenômeno religioso. A sociedade da mercadoria traz consigo sua própria religião: a religião do consumo. Não é por acaso que Marx, ao analisar essa sociedade, jamais se furtou ao poder explicativo das alegorias divinatórias para expressar o caráter hipnótico da mercadoria.

Os sacerdotes dessa nova religião são as vedetes. Elas são as encarnações vivas do ser humano total, que vive livremente e age globalmente. A vedete supera as especializações parcelares que geram vidas estilhaçadas. Encarnam a totalidade do trabalho social que se tornou inacessível aos indivíduos. Representam a verdade em um mundo de verdades escassas.

Apresentada como ápice da individualidade, a vedete é, contudo, o "não indivíduo", pois não pertence mais a si: renunciou a toda autonomia para tornar-se um modelo de identificação. Estamos diante de pessoas-imagem, ou de imagens que se comportam como pessoas. Pessoas expostas ao voyeurismo geral exatamente como a mercadoria que se exibe na vitrine, sensual e concupiscente, à espera do consumidor para a conjunção libidinal.

Essa "renúncia a si mesmo", que transforma um indivíduo em popstar, pode ser perigosa, como vemos no caso paradigmático do "rei do pop", o multiartista Michael Jackson. Na tentativa de apagar as fronteiras entre o ser humano e o personagem, ele fez de sua pessoa um laboratório de experimentos kitsch. Pagou por isso alto preço e terminou a vida como pálida caricatura de si mesmo. O ópio do espetáculo pode ser fatal.

Mas a alegoria marxiana é muito mais ambivalente do que parece à primeira vista. Basta voltar ao texto original para perceber isso com clareza: "A religião é o suspiro do ser oprimido, o íntimo de um mundo sem coração e a alma de situações sem alma. É o ópio do povo. A miséria religiosa constitui ao mesmo tempo a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real".

Se a "miséria religiosa", além de "expressão da miséria real", é igualmente o "protesto" contra ela, o mesmo podemos dizer do espetáculo midiático. Como a religião, também a cultura de massa não se resume a uma "falsa consciência". Ou melhor: até mesmo para que se imponha como tal, ela precisa debruçar-se sobre ansiedades reais.

Seria antidialético pensar que a reificação das relações sociais tem o condão de inviabilizar o desenvolvimento da consciência de uma classe emergente. O pensamento oposicionista sempre reinventa formas de resistência e abre caminho.

Nenhuma cultura, nem mesmo a mais absurdamente mercadológica, pode chegar ao grau zero da perda de autenticidade, isolando-se da vida real. A história do BBB prova essa tese. A quinta edição do programa (2005), que lançou nomes como Jean Wyllys e Grazi Massafera, teve a maior audiência já registrada. Após 2008, o programa viveu um período de esgotamento, chegando a 2013 com menos de metade da audiência registrada em 2005.

Com isso, o BBB passou por mudanças. De um lado, houve o aprofundamento de recursos apelativos. De outro, a direção do programa decidiu variar a composição do cast, incluindo personagens ligados a segmentos sub-representados, alguns deles expressando demandas por direitos e reconhecimento, dando vazão a debates em curso na sociedade. Essa tendência atingiu seu ápice na última edição, que, segundo dados do Painel Nacional de Televisão, registrou a melhor média de audiência desde 2010.

Isso mostra que nenhum programa cultural, por mais pasteurizado que seja, pode deixar de refletir, em alguma medida, as tendências da vida comum. O imaginário social pode ser fetichizado e distorcido, mas isso não acontece sem que se forneça um óbolo em paga à cultura genuína do povo.

Valha-nos, neste ponto, a advertência de Fredric Jameson: "As obras de cultura de massa, mesmo que sua função se encontre na legitimação da ordem existente [...], não podem cumprir sua tarefa sem desviar a favor dessa última as mais profundas e fundamentais esperanças e fantasias da coletividade".

É verdade que a cultura reificada não toca nas contradições e inquietudes sociais senão para resolvê-las de ilusoriamente, assimilando-as a técnicas de marketing psicológico, compondo estruturas compensatórias, projetando miragens de harmonia social —ou plantando a desarmonia real. Porém, assim como o trabalho alienado ainda é trabalho, a cultura alienada ainda é cultura.

Assim como as religiões recalcam ao mesmo tempo que revelam e como não podem oferecer soluções imaginárias sem que se debrucem sobre problemas reais, o mesmo ocorre com o contemporâneo espetáculo midiático.

Em um mundo que se diz prenhe de racionalidade, mas vive embriagado de encantamento, o Big Brother também pode ser definido como "alma de situações sem alma", "expressão da miséria real" que pode, por vezes e obliquamente, encarnar o "protesto" contra essa mesma miséria. Como religião de nosso tempo, o BBB é um ópio pós-moderno. ←

O tour soviético de Graciliano

[RESUMO] Publicado postumamente, 'Viagem', livro em que Graciliano Ramos narra sua visita à União Soviética em 1952, ganha nova edição em um momento em que a Rússia volta ao centro do noticiário ao invadir a Ucrânia. Embora datado e enviesado politicamente em alguns trechos, uma vez que o autor era filiado ao Partido Comunista, o relato eleva a experiência do viajante a sublimes minúcias da observação

Por **Zeca Camargo**
Jornalista e apresentador. Autor de 'A Fantástica Volta ao Mundo'

O escritor Graciliano Ramos (terceiro da esq. para dir., segurando mala) e delegação brasileira chegam a Moscou para os festejos do Dia do Trabalho, em 1952 Divulgação

Em apenas uma frase, um resumo quase perfeito da experiência de viajar: "Saímos, andando à toa, vendo coisas que se perdem em um instante". Isso foi bem antes das selfies eternizarem momentos banais, quando não tolos, e o comentário não se refere a qualquer viagem. Tampouco seu autor é um turista qualquer.

Convidado em 1952 para visitar a União Soviética e a Tchecoslováquia (hoje República Tcheca), dois territórios que nem existem mais, pelo menos no que diz respeito à cartografia, o escritor Graciliano Ramos embarcou em uma experiência que, como descreve logo no primeiro parágrafo do seu relato, jamais imaginou que "pudesse acontecer a um homem sedentário, resignado ao ônibus e ao bonde quando o movimento era indispensável". E disso nasceu "Viagem".

Publicado postumamente em 1954, um ano após a morte do escritor, o livro ganha uma nova edição agora, como parte das celebrações dos 90 anos da editora José Olympio, e chega às livrarias no momento em que a Rússia está na pauta do dia com sua estúpida guerra contra a Ucrânia. Uma oportuna coincidência.

"Insignificâncias perdidas entre pessoas de 60 países", foi como Graciliano definiu a certa altura o grupo de brasileiros de sua comitiva. Convidado para uma viagem de caráter aparentemente cultural pela União Soviética e Tchecoslováquia, o já renomado autor de "Vidas Secas" (1938), acompanhado por sua segunda esposa, Heloísa Medeiros Ramos, juntou-se às tais insignificâncias e colecionou um punhado de notas que não escondem o viés político desse membro do Partido Comunista do Brasil desde 1945.

Se sua recusa em transformar a literatura em veículo de propaganda já era famosa, como dá a entender o texto que acompanha esse relançamento, neste diário mais pessoal os óculos cor-de-rosa parecem, nas suas observações do cotidiano soviético dos anos 1950, substituir a sóbria armação que sempre definiu o rosto do autor alagoano nos seus retratos mais conhecidos.

Ao visitar uma casa de repouso para trabalhadores da indústria do chá em Sucumi (no livro, grafado como no original, Sukhumi), hoje capital da Abecásia, uma república autônoma dentro da Geórgia, que pertencia à União Soviética, Graciliano assim compara o individualismo do Ocidente e a uniformidade da sociedade soviética:

"Um ofício não é superior ao outro — e os homens tendem a uniformizar-se. Essa ideia choca nosso individualismo pequeno-burguês: achamos vantagens nas discrepâncias, receamos tornarmos rebanho. E nem vemos que somos um rebanho heterogêneo, medíocre, dócil ao proprietário. Queremos guardar o privilégio imbecil de não nos assemelharmos ao vizinho. Enfraquecendo-nos, julgamo-nos fortes. Realmente, somos bestas".

Lidas 70 anos depois da vivência que as inspirou, essas linhas, coerentes com a paixão de Graciliano, ecoam com certa lucidez, ainda que distorcida. Organizado em torno de uma parada em Moscou para celebrar o 1º de Maio de 1952, cada encontro desse itinerário havia sido rigorosamente coreografado pelos agentes da União Soviética para que pudesse ser divulgado pelos convidados de várias partes do mundo.

É possível que Graciliano tivesse a compreensão, ou ao menos a suspeita, de que toda a empreitada era uma gigantesca manobra de propaganda, mas nem por isso o autor deixava de se encantar com a eficiência de tudo que via. Um bom exemplo disso é o relato da reação dos ilustres convidados ao desfile do Dia do Trabalho na praça Vermelha: "O que nos enchia de pasmo era a alma de todo um povo, manifesta nas organizações de operários, de estudantes, de sociedades incontáveis. Gente das oficinas, dos esportes, dos jornais, dos teatros, a marchar sempre, sempre".

Surpreendentemente, porém, os elogios ao comunismo soviético dos anos 1950, ainda que generosos e às vezes ingênuos, não são a parte mais deliciosa dessa leitura. O que mais encanta nos relatos de Graciliano sobre essa viagem são justamente os detalhes pitorescos a respeito de outras culturas vindos de alguém que certamente não estava acostumado a sair do seu canto. Vejamos.

Em um passeio por uma "ruela arcaica" em Praga: "À esquerda, em fila triste e humilde, casinhas insignificantes se envergonham, escoram-se umas às outras como se receassem cair de velhice, friorentas e bambas".

Fim de noite no hotel Alcron (Praga): "Ao fundo alguns pares dançavam. Sujeitos bem vestidos, arredios, mulheres elegantes, criaturas ali bem visíveis, a alguns metros, e afastadas, afastadas em excesso dos operários, dos artistas e das pessoas que iam a Moscou, voltavam de Moscou. Eram restos da classe velha, tipos que já não podiam ter escravos e se arruinavam em loucura furiosa, agarrados a prostitutas".

Sobre uma bailarina em uma recepção de despedida da comitiva da Geórgia: "Depois de executar várias dificuldades em companhia de um profissional, pôs-se a escolher pares na assistência. Os brasileiros, afeitos ao samba, resistiam, afinal se resignavam, desazados e perros, a mexer-se nas sábias piruetas do Cáucaso".

Se essas foram as coisas que o olhar de Graciliano conseguiu registrar em "Viagem", é possível lamentar a ausência de outros tantos detalhes que, como ele disse na frase que abre este texto, perdem-se em um instante. A própria obra, com sua publicação póstuma, não estava finalizada. Já na edição de 1954, ela vinha com notas "pormenorizadas" do roteiro da viagem. Como explica a introdução, elas são um "complemento natural da parte realizada e formam, como esta, um todo homogêneo que nos revele uma face nova do escritor".

Ou talvez nem tão nova assim, podem argumentar os admiradores de "Vidas secas", "São Bernardo" (1934) e "Memórias do Cárcere" (1954). A genialidade da escrita de Graciliano está sim, se não sob o manto da literatura, entrelaçada em um nada casual diário de viagens.

Assim como as "casinhas insignificantes" de Praga ou a "loucura furiosa" da velha classe na Geórgia, por todos os parágrafos o autor eleva a experiência do viajante a sublimes minúcias da observação, o que todo turista deveria carregar prioritariamente na mala. Tanto quanto a imponência de monumentos que visitamos pelo mundo, os pormenores de cada parada e sobretudo dos encontros com pessoas desconhecidas são a trama principal do aprendizado de uma viagem.

É impressionante como a vivência de Graciliano décadas atrás ainda nos é familiar. Que estrangeiro já não se sentiu como ele no saguão do teatro Bolshoi diante de uma língua desconhecida? "A turba escasseava, e no rumor decrescente não distingui uma palavra conhecida. Retalhos de frases davam-me a curiosa sensação de me haver tornado surdo. Os sons escorregavam-se confusos nos ouvidos inúteis."

O 'gran tour' pelo epicentro soviético foi a última empreitada global de Graciliano. Datado? Sim. Com um viés político? Sim. Mas sobretudo um registro atemporal do aprendizado que é viajar

Por todos os parágrafos o autor eleva a experiência do viajante a sublimes minúcias da observação, o que todo turista deveria carregar prioritariamente na mala

Que brasileiro, experimentando o frio do hemisfério norte pela primeira vez, não pensou o mesmo que o autor atingido pelo gélido vento do Cáucaso? "Num país de clima temperado, a cruviana descia de golpe e nos pregava uma peça, como se as neves eternas, vistas com respeito dias antes, decidissem abandonar a montanha clássica, entrar na roupa de infelizes americanos desprevenidos."

São passagens assim que nos aproximam de "Viagem" e nos fazem desejar que Graciliano tivesse se lançado mais por outros horizontes. Seu "gran tour" pelo epicentro soviético foi sua última empreitada global. Datado? Sim. Com um viés político? Sim. Mas sobretudo um registro atemporal do aprendizado que é viajar.

Tais lições nunca são óbvias ou diretas. Como a própria história, o que vivemos quando nos aventuramos pelo mundo são dias gastos, para citar mais uma vez o autor, "a pensar em ver coisas que virão, coisas que se foram. O futuro e o passado. E o presente? O presente é o horrível hiato: nele se acumulam dificuldades medonhas".

A brilhante colocação vem com a anotação "Mediterrâneo - 4 - julho - 1952", indicando que Graciliano fazia questão de marcar onde havia escrito cada capítulo. Tamanha é sua força, porém, que ninguém acharia estranho se ela viesse seguida de "Kiev - 13 - março - 2022". ←

Viagem
Autor: Graciliano Ramos. Editora: José Olympio. R$ 54,90 (182 págs.)